

O NORDESTE E SEUS DESAFIOS

Rosilene Dias Montenegro(Org.)



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Editor Assistente*

Cidoval Morais de Sousa | *Editor Assistente*

Conselho Editorial

Luciano do Nascimento Silva (UEPB)

Antônio Roberto Faustino (UEPB)

Cidoval Morais de Sousa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Antônio Guedes Rangel Junior (UEPB)

Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Conselho Científico

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)

Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Vincenzo Miltello (UNIPA / IT)

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)

Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB)

Germano Ramalho (UEPB)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Rosilene Dias Montenegro
(Organizadora)

O Nordeste e seus desafios



Campina Grande - PB
2019

Copyright © EDUEPB

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EDUEPB segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | **Diretor**

Antonio Roberto Faustino da Costa | **Editor Assistente**

Cidoval Morais de Sousa | **Editor Assistente**

Design Gráfico e Diagramação

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

José Igor Macedo Silva

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Revisão Linguística

Antônio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

N828 O Nordeste e seus desafios [Livro eletrônico]. / Rosilene Dias Montenegro (Organizadora). – Campina Grande: EDUEPB, 2019. 981 Kb. - 205 p.

ISBN978-85-7879-533-7 (E-book)

ISBN978-85-7879-532-0 (Impresso)

Nota: Esta publicação foi originada do Encontro dos Bispos do Regional Nordeste 2, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizado em 28 e 29 de novembro de 2006, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Em comemoração aos cinquenta anos do histórico *Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste*, ocorrido entre 21 e 23 de maio de 1956.

1. Desenvolvimento regional - Nordeste. 2. Brasil - Nordeste - Aspectos socioeconômicos e políticos. 3. Nordeste - Políticas públicas. 4. Desenvolvimento regional - História. 5. Desenvolvimento econômico - Brasil - Nordeste. I. Montenegro, Rosilene Dias [Organizadora].

21. ed. CDD 338.909813

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB-15/368

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 8

Rosilene Dias Montenegro

INTRODUÇÃO, 13

“Deus não nos fez bispos de almas desencarnadas” (Dom Hélder Câmara).

“DEUS NÃO NOS FEZ BISPOS DE ALMAS DESENCARNADAS” (SAUDAÇÃO DOS BISPOS DO REGIONAL NORDESTE 2 DA CNBB), 17 SAUDAÇÃO DE DOM GERALDO MAJELLA, 24

MENSAGEM DE SAUDAÇÃO DE DOM EUGÊNIO SALES, 29

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2006.

Meu caro Dom Jaime,

O NORDESTE NOS ANOS 50: DESAFIOS E PROPOSTAS DA ÉPOCA, 32

Denis Bernardes

O NORDESTE DOS ANOS 50, O NORDESTE ATUAL E O NORDESTE QUE PODERÁ VIR A SER, 42

Aspásia Camargo

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE CINQUENTA ANOS DO

PRIMEIRO ENCONTRO DE BISPOS DO NORDESTE, 48

Raimundo Caramuru Barros

NORDESTE: DOS ANOS 50 ÀS QUESTÕES ATUAIS, 79

José Otamar de Carvalho

O NORDESTE ATUAL: CONSIDERAÇÕES DA CNI, 89

Manuel Marcos Maciel Formiga

SONHOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO: 50 ANOS DEPOIS DO PRIMEIRO ENCONTRO DE BISPOS DO NORDESTE, 96

Rosilene Dias Montenegro

A SUDENE E O NORDESTE: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, 115

Abelário Vasconcelos da Rocha

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DESAFIOS E PRIORIDADES PARA O NORDESTE, 121

Mário Antônio Borba

DESAFIOS E PROPOSTAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 124

Tânia Bacelar de Araújo

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL: ARACAJU, UMA CIDADE PARA TODOS, 134

Fernando Antônio dos Santos de Souza

DESAFIOS ESPECIAIS NO MUNDO RURAL E PROPOSTAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO, 138

Dom Tomás Balduino

SEMIÁRIDO BRASILEIRO: INCOMPREENSÕES E CONQUISTAS, 145

José Procópio de Lucena

**O NORDESTE ATUAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
PRIORITÁRIAS, 161**

Pedro Brito do Nascimento

**PERSPECTIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO DO
NORDESTE NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL, 165**

Armando Avena Filho

**POLÍTICAS PÚBLICAS PRIORITÁRIAS PARA O NORDESTE
ATUAL, 169**

Pedro Rafael Lapa

**O NORDESTE E SEUS DESAFIOS: A RECRIAÇÃO DA SUDENE,
177**

José Ribeiro

**A CHESF NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO
NORDESTE, 185**

José Ailton de Lima

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A TÍTULO DE ENCERRAMENTO,
191**

Dom Jaime Vieira Rocha

ENCERRAMENTO, 196

Dom Antônio Muniz Fernandes

**DECLARAÇÃO DO ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE 2
CAMPINA GRANDE, 28 E 29 NOVEMBRO DE 2006
O NORDESTINO TEM FOME E SEDE NUMA
REGIÃO COM ELEVADAS PONTENCIALIDADES, 197**

Campina Grande, 29 de novembro de 2006.

APRESENTAÇÃO

O PRESENTE LIVRO É UM DOS RESULTADOS DO ENCONTRO DOS BISPOS do Regional Nordeste 2, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizado em 28 e 29 de novembro de 2006, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Esse evento teve como principais objetivos comemorar os cinquenta anos do histórico *Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste*, ocorrido entre 21 e 23 de maio de 1956 e fazer um balanço crítico da história dessa região após meio século desse acontecimento histórico. Comemoração justificada pela contribuição fundamental do encontro de 1956 que reuniu os Bispos do Nordeste e mobilizou a sociedade civil organizada para discutir e propor um conjunto de reivindicações para a mudança da orientação política dos governos federais em relação à região Nordeste do Brasil. ¹

As reivindicações foram entregues ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que se fez presente ao evento. A comemoração registrada por meio do evento *50 Anos do I encontro de Bispos do Nordeste: o Nordeste e seus desafios* tem sua relevância pela reunião de especialistas nos temas socioeconômicos e culturais dessa região, estudiosos acadêmicos e técnicos, políticos, entidades civis organizadas e governantes que compareceram ao evento com o objetivo de compartilhar suas análises sobre as permanências, rupturas e mudanças ocorridas meio século após o I encontro de Bispos do Nordeste.

O encontro foi ao mesmo tempo comemorativo dos cinquenta anos do histórico *Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste*, de

análise histórica das mudanças e permanências referentes às grandes questões sociais, econômicas e políticas nesses últimos cinquenta anos da história brasileira e, particularmente, da história do desenvolvimento regional, e, por fim, de avaliação dos aspectos socioeconômicos e políticos atuais.

O objetivo principal foi realizar uma reflexão das principais questões para o desenvolvimento da região Nordeste. A organização das análises e discussões foi proposta por tópicos analíticos, os quais constituíram os temas das seguintes mesas-redondas: “o Nordeste nos anos 50: desafios e propostas da época”; “O Nordeste nos anos 50 e do ano atual: um balanço crítico”; “Propostas para o Nordeste do século XXI: o Nordeste atual: desafios e prioridades”; e, “o Nordeste atual e as políticas públicas prioritárias”. Essas discussões também tiveram o objetivo de subsidiar o encontro dos Bispos do Brasil do Regional Nordeste 2 na elaboração de um documento propositivo intitulado “Declaração do Encontro dos Bispos do Nordeste 2”, o qual se encontra ao final deste livro.

As análises sobre o Nordeste nos anos 1950 apresentaram ao público informações sobre o contexto histórico nacional e internacional do pós Segunda Guerra Mundial, destacando as enormes diferenças e desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil naqueles tempos de meados do século passado, algumas das quais originadas no século dezenove. Nos anos cinquenta do século passado, viviam-se tempos de reordenação da economia mundial, no âmbito internacional, e de debates e propostas para o desenvolvimento nacional, no âmbito nacional, hegemonzados pelas ideias desenvolvimentistas e de modernização. Esses debates, análises e propostas deles decorrentes buscavam atender aos reclamos da sociedade brasileira acerca das graves diferenças que no Brasil, por vezes, eram entendidas como insolúveis. O *Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste* ocorreu no início do mandato do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que se apresentava comprometido em resolver os grandes problemas que prendiam o país ao atraso econômico. É nesse momento de grandes expectativas e também de incertezas em relação ao governo JK que a Igreja Católica, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),

que representando a quase totalidade da sociedade brasileira daqueles tempos, apresentava ao governo JK o apelo de milhares de brasileiros que habitantes e naturais do Nordeste sofriam as consequências dos longos períodos de estiagem, em situação de grave vulnerabilidade.

Eram tempos de incertezas e profundas tensões sociais e políticas. Os artigos que analisaram aspectos dessa história do Brasil nos anos cinquenta permitem ao leitor compreender os diferentes e conflitantes interesses de então.

Os artigos resultantes das análises que tiveram como objetivo avaliar as políticas para o desenvolvimento regional no Nordeste, avanços e limites dessas políticas, a situação recente em que se encontram e a apresentação de propostas para senão a solução ao menos o avanço das experiências acertadas constituem importante contribuição para o conhecimento das grandes questões sociais, econômicas e políticas do Nordeste hoje. São questões para a agenda das políticas públicas para o desenvolvimento regional, e também do desenvolvimento sustentável para o país. Contribuições trazidas de diferentes setores dos órgãos públicos por agentes sociais que falam de lugares de poder, sejam de cargos políticos, de cargos técnicos, em que ocupam, na condição de funcionários de carreira, cargos de instituições estratégicas ao desenvolvimento do país e, especialmente, da região Nordeste, em geral, agentes que têm primado pelo conhecimento teórico e técnico, visando contribuir a partir de seus saberes para o desenvolvimento do Nordeste.

Portanto, este livro “O Nordeste e seus desafios” permite um mergulho na história do Nordeste, em seus problemas, desafios apontados para a solução dos problemas e, particularmente, nas propostas para a transformação dessa região em lugar de prosperidade e de respeito ao homem, à preservação do ambiente e à vida, que é o sentimento e o desejo dos que conhecem e vivem nessa região.

Logo, as palestras apresentadas e as discussões realizadas, aqui reunidas em livro, constituem relevante contribuição para se conhecer a história recente do Nordeste, interrogar sobre suas permanências e alcance das mudanças e, sobretudo, propor soluções

a partir da larga experiência coletivamente obtida nesses últimos cinquenta anos. Para isso, foi fundamental o acontecimento histórico do primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste.

A maioria dos artigos que compõem o presente livro foi resultado da transcrição da gravação da palestra de seu autor. O trabalho de degravação demandou um tempo considerável o que atrasou em muito a proposta de organização do material em livro e posterior publicação. Todavia, o trabalho mais difícil e também mais arriscado, porque mais suscetível a incompreensões, foi o da transcrição.

O uso dessa técnica da metodologia em história oral consiste na intervenção pelo organizador no texto original (registro escrito da explanação oral). Essa intervenção é feita pelo pesquisador, ou, no caso deste livro, por membro da equipe organizadora do livro. O objetivo da transcrição é tornar o texto inteligível e agradável ao leitor, de maneira a excluir os vícios de linguagem, as ideias e informações repetidas, os lapsos de memória, os termos coloquiais, enfim, as expressões, os gestos, que estão na fala, ou a ela dão ênfase ou dramaticidade, mas tendo e fazendo sentido na forma oral de comunicação não são igualmente perceptíveis na expressão escrita. Enfim, a opção pela transcrição se deu a partir da proposta em transformar a apresentação oral em um texto escrito fluido, agradável à leitura e sem prejuízos de sua essência.

Uma intervenção que requereu, além de muito tempo e atenção, para não retirar dos textos os sentidos que seus autores lhes atribuíram, o conhecimento da metodologia da história oral e o conhecimento aprofundado do tema do encontro. Intervenções justificadas por uma opção pela apresentação ao público de um texto fluído, de leitura agradável e de fácil compreensão, não obstante a complexidade dos assuntos tratados.

Esta segunda edição inseriu várias correções no texto do livro. A primeira edição teve um problema grave. O livro publicado não foi o da versão final com as devidas correções, mas a chamada “boneca” do livro. Não obstante esse problema, todos os que leram o livro destacaram a enorme contribuição para a discussão da história recente da região e, particularmente, para a discussão do desenvolvimento regional. Com o propósito de apresentar ao leitor

um texto de leitura mais agra-dável, introduzimos, nesta segunda edição, alterações na estruturação do livro, retirando as partes que não apresentavam conteúdo analítico do tema em discussão no encontro. Também fizemos uma nova diagramação e uma nova capa, visando atrair o leitor para o tema.

De modo que o leitor tem diante de si um livro que retrata a análise de uma época feita num tempo muito especial da história do país, tempo de entusiasmo e esperança de reconstrução da nação. Este livro também permite um mergulho na história do Nordeste, em seus problemas, nos desafios apontados para a solução dos mesmos e, particularmente, nas propostas para a transformação dessa região no lugar de prosperidade e de respeito ao homem, à preservação do ambiente e à vida, que é o sentimento e o desejo dos que conhecem e vivem nessa região.

Mais uma vez a iniciativa dos bispos do Nordeste, representados no Regional Nordeste 2 da CNBB, foi fundamental para a comemoração do histórico primeiro encontro dos bispos ocorrido no século passado e discussão das questões atuais da região Nordeste. O encontro comemorativo do cinquentenário foi fundamental para a apresentação dos problemas, propostas de solução, anseios, e sonhos dos milhares de habitantes dessa região e, portanto, para toda sociedade brasileira. Tendo sido imprescindível o empenho dos bispos do Regional Nordeste 2, representados na pessoa de Dom Jaime Vieira Rocha, bispo de Campina Grande, grande liderança religiosa, a quem atribuímos a capacidade de envolver e obter a colaboração de muitas outras pessoas, dentre elas o Rosalvo de Menezes Filho, João Adriano Silva, Josineide Silveira, Fábio Ronaldo da Silva e Neuma Antonia Silva. Por fim, foi fundamental a colaboração dos conferencistas, compartilhando com o público seus conhecimentos, análises, experiências e propostas.

Rosilene Dias Montenegro

INTRODUÇÃO

*“Deus não nos fez bispos de almas desencarnadas”
(Dom Hélder Câmara).*

O NORDESTE BRASILEIRO SEMPRE PREOCUPOU A IGREJA CATÓLICA pela intensidade de desafios, que começam pela singularidade climática, cujas potencialidades requerem políticas públicas específicas, capazes de as desenvolver. Aqui vive um bom número de pessoas em uma situação de empobrecimento constante, as quais, outrora acorriam ao êxodo para o Sudeste do país, hoje, mesmo que não continuem se deslocando de sua terra, continuam ainda carecendo de melhorias de vida.

Há cinquenta anos, Dom Hélder Câmara, então Secretário-Geral da CNBB e, como nordestino, bastante sensível à realidade da região, convocou o encontro que ficou conhecido como *I Encontro dos Bispos do Nordeste*, sediado em Campina Grande/PB. Na ocasião, o grande desafio era a falta d'água, de alimentos e demais elementos indispensáveis para a qualidade de vida do povo nessa terra. Daqui, homens e mulheres migravam em *paus-de-arara*, sonhando ganhar dinheiro em outras regiões do país, e, lá chegando, fortaleciam a miséria nas grandes cidades e ajudavam a proliferar grande número de favelas. Os bispos do Nordeste, no início da década de cinquenta, liderados por Dom Hélder, então Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, recorreram às autoridades para reclamar soluções imediatas, através das quais, o povo nordestino tivesse condições de viver em sua terra e, assim, interromper o fluxo migratório para

as favelas dos grandes centros urbanos do Sudeste do país.

A cidade de Campina Grande, encravada na região da Borborema, foi escolhida como local estratégico, do qual ecoaria o grito desse povo sofrido amplificado pela voz da igreja através de seus bispos. De 21 a 26 de maio de 1956, a cidade, mesmo sem condições de hospedagem, e vivendo o grande problema da falta d'água, abrigou as autoridades que foram participar do evento. O então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, fez-se presente, o que resultou em projetos sociais significativos para o desenvolvimento da região. Diz o professor Cipriano C. Martin que:

Nesse primeiro encontro, 19 projetos apresentados pelos técnicos e bispos do Nordeste foram transformados em decretos, não obstante alguns fiquem no papel, outros vingaram e, durante sua existência apresentaram resultados positivos, como se pode constatar ao analisar as colaborações do II Encontro, realizado na cidade de Natal, em maio de 1959. (MARTIN, 2006, p.18-19).

Passados cinquenta anos, os bispos do Nordeste, a exemplo de Dom Hélder e seus irmãos no episcopado, continuam a preocupar-se com condições de vida digna para seu rebanho. Continuam despertando a consciência da sociedade para o desenvolvimento social, econômico, político, ambiental, bem como as relações do setor público e privado. Os bispos do Regional Nordeste 2, conscientes da importância da presença pública da Igreja em vista dos desafios atuais do povo nordestino, tiveram a iniciativa de fazer o resgate histórico do primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorrido em 1956.

Com zelo pastoral e alegria cristã, convocaram-se o clero da Diocese de Campina Grande e da região, as lideranças locais, as Universidades do Estado da Paraíba, as entidades de classes, os movimentos sociais e demais povo de Deus para comemorar os cinquenta anos do memorável evento de 1956, mas também para equalizar as lutas e esperanças na construção de um Nordeste mais promissor.

Ao projetar o encontro de 2006, acordou-se que o Nordeste a ser buscado é aquele em que seus habitantes sejam felizes, educados, abertos ao convívio com outras culturas. Um Nordeste com estrutura fundiária bem distribuída e uma base econômica competitiva e dinâmica. Com cidades médias bem dotadas de infraestrutura e metrópoles sem periferias faveladas.

Em sintonia com toda a Igreja do Brasil, a Diocese de Campina Grande cuidou da preparação do evento, desde o início do ano de 2006, convidando autoridades e assessoria. Nesse sentido, as respostas ao apelo deste servo, que Deus colocou em Campina Grande e que teve a iniciativa de propor e organizar o encontro foram satisfatórias. No dia 27 de novembro de 2006, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição em Campina Grande recebeu vinte e seis bispos e arcebispos, autoridades civis e demais povo de Deus para a solene celebração em ação de graças pelo evento que se iniciaria no dia seguinte. Na homilia, Dom Aldo Pagotto, arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, lembrou que somos continuadores na investida pela modernização das potencialidades produtivas do Nordeste.

Com a graça de Deus, vivemos, nos dias 28 e 29 de novembro, no Centro de Convenções de Campina Grande, um encontro, tendo como tema **O Nordeste e seus desafios**, cujo conteúdo aprofundou os seguintes tópicos:

- O Nordeste dos anos 50: desafios e propostas da época;
- O Nordeste dos anos 50 e do ano atual: um balanço crítico;
- Propostas para o Nordeste do século XXI: o Nordeste atual: desafios e prioridades;
- O Nordeste atual e as políticas públicas prioritárias.

Desse evento, participaram vinte e seis Bispos, além de setecentas de pessoas inscritas, dentre os quais o Presidente da CNBB, Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo; autoridades políticas, entre as quais o Governador do Estado, Cássio Cunha Lima, o Prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego e demais Prefeitos da região, Senadores e Deputados e o Ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, além de estudantes, intelectuais e técnicos estudiosos do assunto, representantes do povo e entidades não governamentais.

Como fruto das palestras e debates, foi redigido um documento com o título: **O Nordeste tem fome e sede numa região com elevadas potencialidades**, que foi posteriormente entregue, em ato solene, aos Governadores dos quatro Estados que compõem o Regional Nordeste 2 (Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas).

A publicação deste livro, patrocinado pela Universidade Estadual da Paraíba se constitui uma semente de memória e de referência no cultivo de estudos, aprofundamento e conquista de políticas públicas, pontuais e decisivas para a mudança definitiva do rosto deste Nordeste, até agora sempre sofrido e condenado a sua própria sorte.

“Não terão fome nem sede, a canícula e o sol não os molestarão”
(Is. 49:10 - Dom Jaime Vieira Rocha - Bispo Diocesano de Campina Grande – PB).

“DEUS NÃO NOS FEZ BISPOS DE ALMAS DESENCARNADAS” (Saudação dos Bispos do Regional Nordeste 2 da CNBB).

SAUDAÇÃO DE DOM JAIME VIEIRA ROCHA

HÁ EXATOS CINQUENTA ANOS, REALIZAVA-SE, EM CAMPINA GRANDE, o Encontro dos Bispos do Nordeste, que buscou apresentar à sociedade a situação em que se encontrava a região nordestina, concluindo com a apresentação da **Carta dos Bispos**, que mudou as relações do Governo Federal para com o Nordeste, através de políticas públicas específicas para o seu desenvolvimento.

Agora, passados cinquenta anos, busca-se avaliar o que foi realizado, as conquistas conseguidas, e propor uma nova lista de prioridades para os próximos cinquenta anos, pois os ganhos resultantes do *I Encontro de Bispos do Nordeste*, embora tenham sido muitos, não foram suficientes para tirar o Nordeste do estado de dependência em relação a outras regiões e ao Governo Federal, continuando essa região como a mais pobre do país. Com essa preocupação, é que os bispos do Nordeste se reúnem novamente em Campina Grande, estado da Paraíba, e novamente convocam a classe política, empresarial e o povo em geral na busca de encaminhamentos e soluções para os nossos mais graves problemas na atualidade.

“Deus não nos fez bispos de almas desencarnadas”, frase lapidar de Dom Hélder Câmara, proferida no *I Encontro dos Bispos do Nordeste* em Campina Grande, em 1956, por ele articulado e coordenado. Encontro de grande repercussão regional e nacional que contou com a presença do Presidente da República, Juscelino Kubitschek,

e de cinco ministros de seu governo, e resultou em dezenove decretos do governo federal, relativos a políticas públicas específicas e pontuais para o Nordeste.

Cinquenta anos se passaram, algumas conquistas e vitórias foram alcançadas sem, no entanto, serem suficientes para imprimir ao Nordeste uma condição satisfatória na verificação de seu desenvolvimento e garantia de vida digna para a maioria de sua população. Alguns desafios e problemas daquela época ainda permanecem hoje.

A frase não menos emblemática que permanece válida e atual como nunca, dita pelo eminente brasileiro e nordestino, primeiro diretor da SUDENE, cuja memória queremos homenagear neste evento, Celso Furtado, ao voltar do exílio: “O Nordeste é o espelho onde a imagem do Brasil se reflete com brutal nitidez”.

Por essas razões, Dom Jaime, bispo de Campina Grande, na época, não poderia deixar passar transcurada essa oportunidade para um resgate histórico sobre o que foi aquela tão importante reunião dos Bispos do Nordeste em Campina Grande, em 1956, e a de Natal, em 1959. Agradeço, portanto, o apoio e o assentimento colegial deste encontro que hora se inaugura oficial e solenemente como uma proposta e iniciativa do Regional Nordeste 2 da CNBB e com participação fraterna e solidária de outros irmãos bispos dos outros regionais do Nordeste.

Sem a pretensão de querermos atingir a importância e repercussão do I Encontro, temos, porém, a certeza de que estamos agindo na mais legítima conformidade com a nossa missão e responsabilidade de pastores perante a realidade e vida do povo nordestino que o Senhor nos confiou. Submetido à exiguidade do tempo que deve ser observada, e com atenção às justificativas socioeconômicas, pastorais e eclesiais para a realização deste encontro, faço minhas as palavras que me sucederão, sobremaneira, o conteúdo da mensagem recebida do Excelentíssimo Senhor Núncio Apostólico no Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri, sinal visível da nossa comunhão com o Santo Padre, o Papa Bento XVI, a quem agradecemos profundamente, e do Eminentíssimo Senhor Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, testemunha viva

e executor de tantas políticas sociais decorrentes do I Encontro dos Bispos do Nordeste.

Constituem-se os objetivos deste encontro, conforme o seu projeto de elaboração: a discussão dos principais desafios que devem ser enfrentados pelos que aqui vivem. A identificação de propostas a serem patrocinadas e as políticas públicas que devem ser priorizadas, em vista de um Nordeste, onde seus habitantes sejam felizes, educados, tenham saúde, moradia, renda familiar e sejam abertos ao convívio com outras culturas. Um Nordeste com estrutura fundiária bem distribuída e, prioritariamente, acompanhada e assistida com incentivos públicos de toda ordem para a construção de uma base econômica competitiva e dinâmica. Um Nordeste capaz de desenvolver e fortalecer alternativas de produção familiar e de convivência com o *semiárido*. Um Nordeste com cidades médias bem dotadas de infraestrutura e com metrópoles sem periferias faveladas.

Convocando a todos para esses dois dias de intenso trabalho para a obtenção desses objetivos, queremos, desde já, em nome da Equipe de Coordenação deste evento, proclamar os nossos mais altos sentimentos de gratidão para com todas as pessoas, organismos, instituições e o poder público, que firmaram parcerias ou outras formas de colaboração e apoio para a realização deste encontro de Bispos e sociedade civil.

Aos nossos irmãos bispos, ao Presidente da CNBB, cardeal D. Geraldo Majella, a quem desde já estendemos nossa gratidão. Senhor Cardeal, pela sua compreensão, bondade de estar aqui tão solícitamente conosco e participando, honra-nos profundamente a sua presença como sinal de comunhão de trabalho e esperança e símbolo do que representa a CNBB para o Brasil, para a Igreja Católica e toda sociedade. Queremos agradecer de modo muito particular aos patrocinadores deste evento, ao Governo do Estado, aqui presente na pessoa do Excelentíssimo Senhor Governador Cássio Cunha Lima, que não mediu esforços, apoio irrestrito a esta promoção, à Prefeitura Municipal de Campina Grande por todo empenho, apoio e presença neste encontro. Podemos ver, neste momento, representantes de todas aquelas instituições que compõem

não só o patrocínio como já ressaltado, ainda o Banco do Nordeste, Federação das Indústrias da Paraíba, Governo do Estado, Instituto Nacional do Semiárido, Prefeitura Municipal de Campina Grande e apoios, Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande. Quando falamos na Associação Comercial de Campina Grande, vale ressaltar que foi em suas dependências e a partir de suas iniciativas que aconteceu, juntamente com toda coordenação de Dom Hélder Câmara, aquele encontro de cinquenta anos atrás. Parabéns pelos oitenta anos vividos atualmente pela Associação Comercial. Nossos agradecimentos ao Banco do Brasil, Câmara Municipal de Campina Grande, a SEPLAN, a Chesf, FACISA, FAEP, Ministério da Ciência e Tecnologia, Parque Tecnológico da Paraíba, SEBRAE, Sindicato Rural de Campina Grande, SINTRANS, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande, UNIMED e todos os outros organismos e instituições aqui presentes ou representados, que logo assumiram com muito empenho e boa vontade o apoio a este evento.

Ainda saudamos e apresentamos a participação da professora e economista Tânia Bacelar, que é a responsável técnica pela montagem dos temas e elaboração deste encontro. Aos nossos colaboradores mais diretos: Prof. Rosalvo de Menezes Filho, João Adriano, organizando e coordenando todas as providências, a imprensa local e estadual, à mídia, a Cáritas Regional, aos padres das nossas paróquias incentivando e divulgando este encontro às pastorais mais diversas, as ONGs, Seminário Diocesano, a Catedral de Campina Grande.

Por todos esses citados, fazemos a mais alta reverência de gratidão e reconhecimento por todo o apoio recebido. Neste momento, pedimos ao presidente do Regional Nordeste 2, Dom Antônio Muniz Fernandes, para fazer a leitura da mensagem do Excelentíssimo Reverendíssimo Senhor Nuncio Apostólico do Brasil, Lorenzo Baldisseri.

A seguir, apresentamos a carta do Nuncio Apostólico, Dom Lorenzo Baldisseri, em saudação a este nosso encontro:

Brasília, 27 de novembro de 2006.

Excelência,

Saúdo, na pessoa de Vossa Excelência, a todos os participantes deste importante evento, que, sendo organizado pelo Regional Nordeste 2 da CNBB, conta com a presença dos Bispos do Nordeste, e se propõe a estudar os grandes desafios que existem nesta região brasileira. Saúdo de modo particular, o Emmo. Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, bem como os Senhores Arcebispos e Bispos. Na pessoa do Exmo. Sr. Cássio Rodrigues da Cunha Lima, Governador do Estado da Paraíba, desejo saudar a todas as autoridades do meio político e empresarial.

Este encontro, realizado conjuntamente entre personalidades do âmbito religioso, político e civil, manifesta de maneira clara as excelentes relações que existem entre a Igreja local e a administração pública que, por serem instituições autônomas, possuem responsabilidades comuns no compromisso de trabalhar em prol de um mundo melhor, como recentemente recordou o Papa Bento XVI, em sua encíclica “Deus Caritas Est”, citando o Concílio Vaticano II: “As duas esferas são distintas, mas (estão) sempre em recíproca relação” (DCE 28).

Esta consciência já estava presente em um primeiro encontro do Episcopado do Nordeste, que se realizou nesta cidade de Campina Grande, há exatos cinquenta anos. Recordando aquele memorável encontro, o presente evento se propõe a fazer um balanço crítico dos avanços e recuos que ocorreram com relação às condições de vida da população nordestina.

O Nordeste, todos sabemos, é uma das regiões mais carentes do país. O flagelo da seca continua a ser uma dura realidade para esta população, que fica relegada, muitas vezes, a condições subumanas de existência. A falta de perspectiva tem levado um grande contingente de pessoas a buscar melhores condições de vida nas regiões sul e sudeste do Brasil.

Lamentavelmente, tal expectativa é tantas vezes frustrada pelas péssimas condições de moradia e de emprego que o homem nordestino encontra nas grandes cidades, bem como pelo enfraquecimento de sua

identidade cultural e religiosa. Neste sentido, é louvável a presente iniciativa de se buscar alternativas para assegurar a esta gente tão sofrida condições de uma vida mais digna e melhor.

A Igreja tem consciência de que compete ao Estado propiciar aos cidadãos uma sociedade mais justa e igualitária, bem como se empenhar para que todos tenham acesso àqueles bens que são indispensáveis à dignidade humana. Mas é consciente também que é sua missão específica trabalhar de tal forma que possa despertar as forças éticas e espirituais presentes nas pessoas e nas instituições. A este respeito, afirma o Papa Bento XVI:

A Igreja (...) não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas (...) não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela pela via da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias também, não poderá afirmar-se nem prosperar. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem. (DCE 28).

A Igreja realiza esta missão desempenhando o serviço da caridade (Diakonia) que, juntamente com o anúncio da Palavra (Kerygma-Martyria) e os Sacramentos (Liturgia), pertence à sua natureza íntima e constitui uma das dimensões essenciais da fé cristã (DCE 25).

É, certamente nesta linha, que se insere este encontro: como um serviço da Igreja que, estando presente e atuante na região Nordeste, deseja colaborar para a melhoria das condições de vida do povo que lhe foi confiado.

Que este encontro possa gerar importantes frutos de justiça e corresponder ao anseio por vida digna que o Senhor Jesus expressou no Evangelho de maneira tão clara: “Eu vim para que todos tenham vida e tenham em plenitude” (Jo 10: 10).

Na impossibilidade de me fazer presente, dirijo-lhe, Excelência, esta calorosa mensagem, invocando as mais copiosas graças e bênçãos sobre Vossa Excelência e sobre todos os organizadores deste importante evento.

Núncio Apostólico - Dom Lorenzo Baldisseri.

SAUDAÇÃO DE DOM GERALDO MAJELLA

FELIZ A INICIATIVA DE COMEMORAR O ENCONTRO DOS BISPOS DO Nordeste, realizado nos dias 21 a 26 de maio de 1956, em Campina Grande, com a participação do presidente Juscelino Kubitschek, ministros e diretores de autarquias! Sem dúvida, o encontro foi um marco para o Nordeste, com consequências para a região e para toda a população.

Em carta de 8 de junho do mesmo ano, já escrevia o então presidente da República ao Secretário Geral da CNBB, Dom Hélder Câmara:

O Diário Oficial, em sua edição de 7 de junho, publicou os vinte decretos que constituem o que chamei Plano do Nordeste, de acordo com as conclusões do memorável Encontro dos Bispos, em Campina Grande, ao qual o meu governo emprestou integral solidariedade, vindo ao encontro das mais legítimas aspirações da população de uma vasta região brasileira. (DIÁRIO OFICIAL, 1956).

Diz ainda o Senhor Presidente Juscelino Kubitschek na mesma missiva a Dom Hélder:

Lembrei-me que Vossa Excelência Reverendíssima, prelado ilustre que foi incontestavelmente a mola mestra do conclave, gostaria de conservar a coleção de decretos executivos, que ora lhe envio, evidenciando mais uma vez o meu propósito de prestigiar as grandes campanhas da Igreja, destinadas a contribuir para a melhoria das condições de vida da nossa terra e da nossa gente. (KUBITSCHKEK, 1956).

Nesse desejo de “contribuir para a melhoria das condições de vida da nossa terra e da nossa gente”, foram tomadas, sobretudo nas últimas décadas, várias decisões importantes em prol do povo nordestino, tanto da parte do Governo como da parte da Igreja.

Reunimo-nos novamente, cinquenta anos depois, não só para comemorar um evento insigne, mas de modo muito especial, para analisar os progressos obtidos, desde então, sob a ótica do desenvolvimento social, econômico, político e ambiental, especialmente a qualidade de vida da população do Nordeste Brasileiro. Afinal, o Nordeste representa 18,2% do território nacional, compreende nove estados da federação, uma população numerosa com valores humanos incalculáveis, e muitas possibilidades de desenvolvimento.

Sem dúvida, entre as regiões brasileiras, o Nordeste é a que mais se identifica como região, com ampla literatura regionalista e riqueza cultural. No entanto, vem se caracterizando pela pobreza e pela desigualdade social. Para contribuir com a melhoria das condições de vida da nossa terra e da nossa gente no Nordeste, entre as iniciativas do Governo, vale a pena destacar a criação da SUDENE, que tanto fez pelo desenvolvimento da região, criando um clima promissor.

No contexto de vitalidade da região, a Igreja do Nordeste, a partir dos anos cinquenta, vem procurando integrar, no processo evangelizador, os seus grandes desafios. A consciência da fidelidade

ao Deus da Vida levou muitos dos membros da Igreja a assumirem experiências pioneiras neste chão assolado pelos períodos de secas, mas com pessoas humanas ávidas de vida.

Muitos dos traços da evangelização no solo Nordeste à época revelaram a tentativa de aplicar o que o Papa Paulo VI chamou, na *Populorum Progresso* (1967), de desenvolvimento integral “desenvolver o homem todo e todos os homens”. Sem dúvida, a efervescência, a partir dos anos cinquenta, tanto na sociedade brasileira como na Igreja, preparou o campo para a recepção do Concílio Vaticano II entre nós.

Seguramente, a SUDENE expressou a vontade firme de desenvolver a região, em busca do desaparecimento da desigualdade entre o Nordeste e as outras regiões do país. O seu primeiro Superintendente foi um grande nordestino, Celso Furtado, com “status” de Ministro, com acesso direto ao Presidente, a quem expunha os problemas e as necessidades do Nordeste. Realizou na SUDENE um trabalho sério de planejamento e estudo da região. Já nasceu empunhando a bandeira do desenvolvimento. Vários aspectos foram considerados: solo, fauna, tudo o que constitui a região como possibilidades; depois, também o estudo do homem, o comércio, a lavoura, eventuais indústrias, tipos de mercados viáveis. Nesta perspectiva, funcionava a todo vapor o novo órgão.

Não vamos aqui avaliar os motivos pelos quais a SUDENE não mais existe. Foi extinta, no entanto, sem ter sido criada nenhuma alternativa à altura das necessidades do Nordeste. Temos aí um débito na região. Será que não chegou o momento de um novo apelo para saná-lo? Será que não chegou a hora de recriação de um novo órgão, com características típicas do momento atual, levando em consideração os erros, mas, sobretudo, os acertos da rica experiência vivida pelo Nordeste a partir dos anos cinquenta? Temos um Presidente nordestino, que tão bem conhece a região, temos novos desafios a enfrentar com vontade política.

Os objetivos complementares deste encontro poderão oferecer subsídios para uma nova proposta, a partir das seguintes ações: a) reunir representantes do governo federal, estadual e municipal, das universidades, dos setores eclesiais, de entidades públicas

e privadas para discutirem a qualidade de vida do povo nordestino, cinquenta anos após a primeira reunião dos bispos do Nordeste, realizada em Campina Grande (maio de 1956); b) avaliar as políticas públicas propostas naquela época, e, especialmente, as propostas advindas do encontro, com a sua efetiva implantação; c) definir meios e caminhos para uma nova rodada de propostas que venha atualizar e resgatar propostas e projetos que não se concluíram; d) defender a bandeira do desenvolvimento sustentável como forma da tão sonhada redenção do Nordeste brasileiro.

A rica história do Nordeste tem contribuído para a melhoria das condições de vida da nossa terra e da nossa gente. Muitos movimentos sociais proliferaram neste período, dos quais alguns são provenientes de grupos da nossa Igreja Católica. Também muitas promoções da nossa Igreja ajudaram a elevar o homem nordestino em sua dignidade, levando-o a caminhar com seus próprios pés.

Em 1962, por ocasião da Assembleia Nacional da CNBB, os bispos assumiram o compromisso de preparar trabalhadores rurais para assumirem os sindicatos e foi constituída uma Comissão de três bispos para falar com o Ministro do Trabalho sobre a criação dos sindicatos rurais e, de fato, estes foram legitimados pouco tempo depois.

Temos obrigação histórica de lembrar, neste momento, a ação lúcida da Igreja de Natal/RN, que contribuiu largamente no período para a criatividade e dinamismo na região.

Houve em Natal/RN, a partir dos anos cinquenta, um grande movimento de renovação pastoral que se tornou conhecido universalmente. Recebeu o nome de Movimento de Natal. Sem dúvida, este Movimento é fruto de toda uma dinâmica de renovação que vinha amadurecendo desde alguns anos. Aí começa o Serviço de Assistência Rural (SAR) que realizou, de fato, um grande trabalho de promoção do homem do campo.

No SAR, surge o Movimento de Educação de Base (MEB), que arrancava o sertanejo desse isolamento do interior sem luz elétrica, sem transporte, sem escola. A alfabetização do MEB era permeada de conscientização; tirava o camponês da carência total de valorização social, formava o espírito de equipe nas suas lideranças,

suscitava a consciência dos seus valores.

Neste contexto da Igreja e de mobilização social, brota o Movimento de Cultura Popular, nos anos 60, surge todo o movimento de conscientização de Paulo Freire, também nordestino, que terá grande repercussão para além do Brasil. Em Natal, nessa mesma época, nasceu também a Campanha da Fraternidade. Mais recentemente, em 1984, a Igreja do Brasil assumiu como tema de sua assembleia anual, o Nordeste diante da calamidade dos anos de seca que assolavam a região. O documento oficial desta assembleia: *Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil* renova compromissos com o Nordeste. Aí afirma: “a realidade nordestina, com seus desafios, não questiona apenas a Igreja do Nordeste, mas toda a Igreja no Brasil”. Ao terminar, explicita:

Se todos os compromissos enumerados são importantes, queremos, contudo, dar especial ênfase à necessidade urgente de uma Reforma Agrária autêntica e corajosa, adaptada às peculiaridades do Nordeste e acompanhada de uma adequada Política Agrícola. Chegar-se-á, desta forma, a suprimir a raiz principal dos problemas sociais nordestinos. (CNBB, 1984, p.131).

Esse grito dos bispos do Brasil, em 1984, continua válido e tremendamente atual na comemoração da reunião de Campina Grande, que se propõe buscar novos horizontes para os desafios do Nordeste. Reconhecendo já as muitas conquistas do povo nordestino, desejamos ardentemente que o espírito de corresponsabilidade e esperança reine neste evento e possamos colaborar para novos passos na dinâmica do desenvolvimento do Nordeste.

Que nossa Igreja possa contribuir, com o mesmo ânimo e a mesma vitalidade, para a melhoria das condições de vida da nossa terra e da nossa gente.

MENSAGEM DE SAUDAÇÃO DE DOM EUGÊNIO SALES

PRONUNCIAMENTO DE DOM EUGÊNIO SALES POR OCASIÃO DESTES Encontro do Regional Nordeste 2, cujo tema é “O Nordeste e seus desafios”.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2006.

Meu caro Dom Jaime,

Recebi sua correspondência de quatro de outubro com uma cópia resumida do projeto do Seminário: “O Nordeste e seus desafios”. Sinceramente lamento não poder estar presente. Contudo, atendendo com satisfação o seu pedido de dizer algo que pudesse ajudar, mesmo modestamente, essa preciosa iniciativa do Regional Nordeste 2, celebrando os cinquenta anos da reunião dos Bispos do Nordeste em Campina Grande com o valioso apoio de tantos organismos. Infelizmente é pequena a contribuição que posso dar pela dificuldade de aqui no Rio de Janeiro reunir algum material que pudesse servir de subsídio.

Antes de tudo quero pedir, encarecidamente, que saúde em meu nome a todos os promotores e participantes dessa iniciativa do Regional Nordeste 2, do Governo do Estado e de muitas outras autoridades e Instituições.

Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do Nordeste e do Brasil é a falta de articulação entre os diversos órgãos, instituições, entidades que exercem suas funções em todo o Nordeste, mas sem um ponto de articulação entre eles. Recordo a frase do Presidente Juscelino

Kubitschek: “a SUDENE nasceu do coração e da inteligência dos Bispos do Nordeste”.

A realização do encontro dos bispos do Nordeste veio mostrar que, quando esses organismos todos se articulam, os resultados aparecem e são realmente compensadores.

O órgão criado pelo Governo Federal para coordenar as instituições leigas e os entendimentos com a Conferência Nacional dos bispos do Brasil foi localizado no próprio Palácio do Catete. Isso estimulou um excelente relacionamento entre o Governo Federal e os organismos federais, estaduais e municipais. Foi designado um funcionário, bem escolhido, com um gabinete no próprio Palácio do Catete. Ele coordenava as atividades, fruto desses encontros dos bispos, com a ajuda imediata da Casa Civil do Governo Federal.

Repetidas vezes tive de ir ao Palácio do Catete, diretamente para entender-me com o responsável por essa articulação. Era o doutor Monteiro.

Transferida a capital para Brasília, lá havia igualmente um local onde funcionava essa coordenadoria. Sempre fui bem recebido e, problemas insolúveis no seu desenvolvimento e eficácia, encontrava a solução através desse coordenador que tinha acesso à Casa Civil e, portanto, ao próprio Governo do País.

Recordo-me bem de uma reunião pedida pelo Presidente do BNDES a fim de tentar resolver dificuldades entre a Conferência dos Bispos e a SUDENE. Éramos três nessa reunião: o presidente do BNDES, a SUDENE na pessoa do senhor Celso Furtado, e eu. O superintendente da SUDENE não havia participado desses encontros que precederam seu surgimento. Não havia qualquer aspecto religioso nessas atividades, pois nunca se perguntou a crença de quem entrava em contato com essa coordenação.

O resultado que se obteve e se obterá de um trabalho em conjunto e com articulação inteligente e eficaz: o cumprimento do dever que pesa sobre os ombros dos pastores de evangelizar mais eficazmente seu rebanho e das autoridades civis responsáveis pelo bem-estar material das populações nordestinas.

Escolhi três exemplos, entre tantos outros: viabilidade da Reforma Agrária, a alfabetização em massa e a formação de líderes, incluindo o

artesanato, o cooperativismo e a sindicalização rural.

O primeiro criou a Fundação Pio XII. A terra foi doada pelo Estado do Rio Grande do Norte, no Vale de Punaú, município de Maxaranguape, com 32 colonos, sendo 11 japoneses e 21 brasileiros.

Permita-me que indique alguns pontos que, no meu entender, são fundamentais para o êxito desse tipo de trabalho. O primeiro é da parte católica: a fidelidade à doutrina social da Igreja que se preocupa com o homem independentemente de sua crença religiosa; o amor ao Nordeste e a disposição de trabalhar pelo progresso do mesmo. É um grande fator a esperança de sucesso da iniciativa. Sem dúvida, o maior obstáculo é não a política, mas a politicagem em que se colocam interesses particulares ou de grupos acima do bem comum. Uma iniciativa como essa é uma extraordinária escola de civismo e fator muito válido para o progresso da região.

Este encontro dos Bispos em Campina Grande seja uma oportunidade para agradecer a Deus pelo que foi realizado pelo encontro dos Bispos do Nordeste em 1956 e anos seguintes. E ao mesmo tempo, um estímulo aos pastores de hoje em favor da Igreja de Deus e nossos irmãos nordestinos, assim como, respeitosamente, as excelentíssimas autoridades participantes dessa reunião e que elas sejam abençoadas pelo Senhor Jesus.

Fraternalmente,

Cardeal Dom Eugenio de Araújo Sales
Arcebispo Emérito da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

O NORDESTE NOS ANOS 50: DESAFIOS E PROPOSTAS DA ÉPOCA

Denis Bernardes

QUERO DIZER DA MINHA GRANDE SATISFAÇÃO E DA MINHA HONRA em estar aqui presente na comemoração e na discussão da importância desse encontro dos bispos do Nordeste realizado em 1956.

Este encontro, cinquenta anos depois, foi aberto com uma dança de xaxado, dança guerreira, e é com essa imagem que quero falar aqui, é a imagem que eu tenho de mim. O meu tema: “O Nordeste dos anos 50: desafios e propostas da época” propõe um recuo na história. Vejamos cinquenta anos atrás.

A principal característica do Nordeste dos anos cinquenta foi a redefinição da “questão regional”. Esta já possuía uma longa e diversificada história, cuja gênese remonta ao surgimento do Estado nacional.

Contudo, tanto durante o longo período do Império, quando da Primeira República, a “questão Nordeste” esteve centrada especialmente sobre as relações do poder central com as províncias e, depois, com os estados, embora já houvesse algumas expressões de uma realidade “regional”, na grande divisão territorial demarcada pelas amplas denominações de Norte e de Sul. Em outras palavras, o que caracterizava, então, a “questão regional” era o problema do “centralismo” versus “federalismo”. Isto envolvia as relações do poder central com os poderes locais notadamente na demanda por maior autonomia para estes e na reivindicação de obras públicas e de “melhoramentos” para as unidades políticas situadas ao norte

da Corte e, depois, da capital da República. Por outro lado, a “questão regional”, embora, então, já apontasse para as diferenças nos ritmos de crescimento entre o Sul e o Norte, era uma expressão dos interesses dos proprietários agrários, especialmente daqueles vinculados à grande lavoura voltada para a exportação, ou daqueles voltados para a pecuária, particularmente atingidos pelo fenômeno das secas, fenômeno que, como é largamente sabido, centralizou durante longos anos a ação do poder central para a região. Mudanças fundamentais na percepção da “questão regional nordestina” e na ação do Estado frente à mesma ocorreram a partir do ciclo histórico inaugurado com a chamada *Revolução de 30*. Essas mudanças resultaram da na redefinição da natureza do Estado brasileiro, tanto em relação às forças sociais que dele se apropriaram, quanto do rompimento, de grande significado e profundidade, com o liberalismo e o federalismo que caracterizaram a Primeira República.

O Estado que emergiu a partir da tomada do poder por Getúlio Vargas e seus aliados caracterizou-se por ser um Estado ao mesmo tempo centralizador e intervencionista, especialmente no campo econômico e da cultura. Uma nova “cultura política” passou a marcar sua atuação nos diversos aspectos da vida nacional e, sobretudo, em sua relação com a sociedade. Para além de fases políticas distintas, a ação do Estado manteve uma direção fundamental, baseada em alguns eixos centrais: o *planejamento*, um *projeto de desenvolvimento nacional* fundado na industrialização e a formação de uma *nova burocracia*. Esta *nova burocracia*, por sua vez, expressava uma *racionalidade* e uma *competência técnica*, cuja extensão jamais existira nos períodos anteriores.

A expressão institucional dos novos eixos da ação estatal - centralizador e intervencionista - foi a criação de novos órgãos de planejamento e intervenção, muitos deles de caráter espacialmente *regionalizado*, mesmo quando atuavam sobre atividades econômicas que incluíam mais de uma região ou área do território nacional.

Para o que mais nos interessa aqui, mais de perto, vale mencionar a criação de organismos como o *Instituto do Cacau na Bahia* (1931), o *Instituto do Açúcar e do Alcool* (1933), o *Instituto Nacional do Sal* (1940). E, no plano mais geral, os organismos criados para

dotarem o Estado e de novos instrumentos de planejamento e intervenção sobre o território: o *Conselho Nacional de Geografia* (1937) e o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE - 1938). Nesse sentido, é por demais significativo que da criação de tais organismos tenha resultado a elaboração do *primeiro mapa com a divisão regional do território brasileiro*. Este mapa, publicado pelo IBGE, em 1940, consagrava, pela primeira vez, a regionalização *oficial* do Brasil, constituindo um novo instrumento da ação do Estado sobre o território. A repartição das unidades da federação nas cinco regiões adotadas não é a mesma atualmente vigente, mas o essencial reside na nova espacialidade do território nacional. Importa lembrar que o papel das novas configurações geográficas da Nação foi, também, uma exigência do dispositivo presente na Constituição de 1934, que destinava de forma permanente quatro por cento da receita tributária da União para o combate às secas.

Situadas essas sumárias, mas indispensáveis balizas históricas da *questão Nordeste*, retomemos o ponto central do nosso tema, já anunciado no início: o de sua redefinição na década de cinquenta. O correto exame e entendimento do nosso tema exige que nos situemos, inicialmente, fora do Nordeste e, mesmo, fora do Brasil. Em outras palavras, que nos situemos no clima político e intelectual do pós Segunda Guerra Mundial.

O que emergiu dos escombros da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a derrota do nazifascismo, foi uma nova e desafiadora realidade. Uma nova polaridade política, confrontando dois sistemas econômicos, representados de um lado pelos países que o acordo de Yalta (fevereiro de 1945) havia reconhecido sob influência da Rússia e, de outro, os países que se mantinham no campo do capitalismo, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Desta polaridade, surgiu a *Guerra Fria*, realidade fundamental que marcou a ação política das duas potências, de seus respectivos aliados e dos que estavam sob a influência ou o poder de um ou de outro. Duas concepções antagônicas de sociedade buscando cada qual demonstrar sua superioridade no campo da corrida armamentista, do desenvolvimento científico e tecnológico e do aumento da produtividade, mas a principal disputa encontrava-se no terreno político. No

terreno dos modelos políticos respectivos e, igualmente, nos modelos de sociedade propostos. Sem entrar na discussão, então ainda inexistente, sobre o socialismo real, havia de um lado uma sociedade que se reclamava do socialismo de Marx e Engels e se proclamava a construtora de uma nova humanidade que um dia se manifestaria plenamente com o advento do comunismo. De outro, uma sociedade que se reconhecia na tradição do liberalismo clássico, na defesa da denominada “livre iniciativa” e, por consequência, da propriedade privada como base da liberdade e do pluralismo político.

Hoje, no mundo que assistiu ao desmoronamento do socialismo real, a quase total hegemonia das políticas neoliberais, inclusive, sobre países que eram parte do mundo socialista e vivem um processo de mundialização de decisões políticas, econômicas e de intercâmbio de produtos e de capitais, é difícil conceber, em plenitude, a agudeza das tensões que marcaram a *Guerra Fria*. De ambos os lados em confronto, milhões de homens e mulheres se consideravam parte de um embate que estava a decidir o presente e o futuro da humanidade. E, nesse combate, muitos não hesitavam em sacrificar a própria vida.

Uma questão central se colocava nesse combate sem tréguas: qual dos dois sistemas políticos e sociais, qual dos dois modelos de sociedade seria capaz de resolver os grandes problemas que atingiam a humanidade do pós-guerra? Ou seja, os desafios da reconstrução econômica de países arrasados pelas perdas materiais e humanas da guerra que findara, a mais universal e mais destruidora de todas quanto a humanidade havia vivido e, especialmente, o desafio de enfrentar a miséria que atingia milhões de seres humanos em todos os continentes. Aqui residia o elemento central da disputa: provar quem seria capaz de promover o crescimento econômico, dar bem-estar e vida digna aos que sobreviveram e aos que viriam promover, enfim, a reconstrução de um mundo que também ansiava por paz para o presente e alimentava esperança para o futuro.

Para os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos era vital reconstruir a economia dos países europeus que se situavam em sua área de influência e, ao mesmo tempo, do Japão. No primeiro caso, estava em jogo contrapor-se a influência russa com

uma fronteira política que chegava ao coração da Europa. No segundo caso, tratava-se de ter na Ásia um sólido aliado que se opusesse à China, sob o poder do Partido Comunista Chinês e da legendária liderança de Mao Tsé-Tung.

A reconstrução da Europa se fará através do *Plano Marshall* (1947), que combinava maciços empréstimos a juros baixos com a invasão dos mercados europeus pelos produtos americanos, inclusive alimentos. Essa imensa tarefa de reconstrução, que envolvia, como vimos, um crucial aspecto político, teve igualmente uma indissociável face teórica, especialmente no campo da teoria econômica. Foi da mesma que emergiu um conjunto de estudos históricos e teóricos voltados para uma questão que dominaria as elaborações de muitos entre os melhores economistas, sociólogos, historiadores e antropólogos, nos mais variantes quadrantes do globo e com diferentes perspectivas analíticas. Este conjunto de estudos pode ser sintetizado por um novo vocábulo, com suas diversas variantes. Este vocábulo é “desenvolvimento”. Ao mesmo estavam associados ao corpo das novas teorias econômicas, no plano das políticas públicas, o *planejamento econômico* e a legitimação da intervenção estatal, inclusive nas sociedades que continuavam a se reclamar de alguns princípios do liberalismo clássico, ou se preferirmos, do pluralismo político.

À planificação dos estados socialistas, que implicava na ação direta do Estado como produtor, seja pela coletivização da agricultura, seja pelas grandes plantas industriais diretamente geridas pelos mesmos, com metas de produtividade definidas como parte de uma estratégia global que incluía a rivalidade com o bloco capitalista, opunha-se o planejamento das sociedades capitalistas. Neste caso, não é deslocado afirmar o triunfo do “keynesianismo”, que unia a política econômica estatal com a manutenção das bases da economia capitalista, incorporando à mesma uma ampla política de proteção social, tal como havia sido definida no famoso *Relatório Beveridge* de 1942.

Dois notações se impõem ainda sobre o panorama do pós-guerra. A primeira é que, como fruto da luta antifascista e devido ao enorme prestígio da União Soviética no imediato pós-guerra, os

Partidos Comunistas em países como a França e a Itália não apenas ganharam uma existência legal, com grande apoio popular, mas se dotaram de uma sólida estrutura de meios de comunicação de massa, com prestigiosas editoras e uma imprensa bastante diversificada, voltada para os mais variados setores da sociedade, desde os intelectuais até segmentos da infância e da juventude. A segunda é que, por diversas razões, o pós-guerra foi marcado por um fenômeno político de grande significado: a *descolonização*. A mesma propiciou a emergência de novas nações confrontadas com o desafio de afirmar suas independências e de enfrentar o legado colonial, especialmente no plano do desenvolvimento econômico e no enfrentamento da pobreza de suas populações, em geral populações rurais, com baixo nível de vida e de qualificação. Da descolonização, surgiria o chamado *Terceiro mundismo*, que, embora de maneira geral tivesse suas simpatias mais voltadas para o mundo socialista – e deste recebesse apoio – buscava construir uma via própria, tanto fora da órbita soviética, quanto da órbita dos Estados Unidos.

No plano político, os anos cinquenta começam no Brasil com o fim do pouco expressivo governo de Eurico Dutra (1946-1950), marcado pelo alinhamento com a política norte-americana do pós-guerra e pela dilapidação consumista das imensas reservas acumuladas durante o período da Segunda Guerra Mundial. Começam, também, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, eleito pelo voto direto naquele mesmo ano e empossado no ano seguinte. Governo que se encerra com seu dramático suicídio, em agosto de 1954, mas constituiu-se como a síntese de todos os grandes embates políticos e sociais brasileiros, que tiveram continuidade nos governos subsequentes de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), Jânio da Silva Quadros (1961) e João Belchior Marques Goulart (1961-1964). Embates que tiveram um desfecho e um reordenamento, ainda hoje presentes, com o golpe civil-militar de 1964 cuja vigência, como é sabido, encerra-se institucionalmente em 1985.

Mas, o que significa afirmar que o segundo governo Vargas (1951-1954) foi a síntese de todos os grandes embates políticos das décadas de cinquenta e sessenta? Responder a esta questão significa retomar o objeto central desta comunicação, naquilo que diz

respeito ao espaço político brasileiro.

Por evidentes limitações de tempo e de espaço, indicaremos aqui as grandes linhas de força e as principais características do período, sem lhes assinalar qualquer hierarquia, mas lembrando que formam um todo indissolúvel. Privilegiamos o espaço das lutas políticas, os embates em torno do Estado, mas importa não esquecer que existe um importante e fundamental “campo cultural”, em sua mais ampla acepção, que não esteve desligado do “campo político”.

O segundo governo Vargas foi marcado por um amplo apoio popular, mas um apoio de alguma maneira difuso. Do ponto de vista partidário e institucional – apesar do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de frações do Partido Social Democrata (PSD) –, o presidente não contava com uma sólida base de apoio. Desde antes de sua posse, civis e militares nucleados pelos ideólogos da União Democrática Nacional (UDN) passaram a conspirar contra o seu governo. Usando a retórica da defesa da liberdade e buscando o ajuste de contas com o Vargas do *Estado Novo*, visavam, na verdade, atingir o que ele representava: projeto de desenvolvimento nacional e de conquistas para a classe trabalhadora. No centro da luta política, estavam para usar dois vocábulos da época, carregados de grande significado: o *nacionalismo* e o *entreguismo*. A questão da remessa para o exterior dos lucros de companhias estrangeiras sediadas no Brasil e a questão da criação da Petrobras e da Eletrobrás atingiam interesses internos e externos de evidente magnitude.

Retomando, no cenário agora de um Estado democrático, o que fora o projeto de desenvolvimento nacional e de intervenção planejada do Estado para viabilizar tal objetivo, Vargas reuniu em seu governo um expressivo grupo de intelectuais dotados de saberes técnicos e afinados com o referido projeto. Foram eles que deram consistência a projetos como o da Petrobras, da Eletrobrás, da Política Nacional do Carvão, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O projeto de criação do BNDES é de 1952, o mesmo ano de criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Há um aspecto pouco lembrado, presente no segundo governo Vargas, cuja importância somente se manifestaria plenamente após

o seu período, mas está no coração de nosso tema. Este aspecto foi o da incorporação do mundo rural, mais precisamente dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais, às ações e projetos do governo. Então, todas as potencialidades deste voltar-se do Estado para tais categorias apenas se esboçavam, mas a questão agrária passaria a constituir um dos eixos centrais da questão nacional, e junto com esta, da questão regional nordestina. Duas iniciativas indicam, claramente, preocupação em estender ao mundo rural conquistas que ficaram até então restritas ao mundo urbano. Foram elas a criação do Serviço Social Rural (1951) e a Comissão Nacional de Política Agrária, “que se volta à proteção legal do trabalhador rural”.

Sem querer “personalizar” a história e sem querer alimentar qualquer mitologia política, como não registrar a intuição desse homem que, grande estancieiro, parece ter ouvido os passos que se aproximavam dos *Galileus* e dos *Severinos*, até então sem voz e sem direitos, mas que em breve ocupariam uma parte central da cena política da Nação?

Em 1952, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), “primeiro órgão federal para desenvolvimento regional com sede na própria região”, consequência de mais um período de seca, trouxe, contudo, um aspecto novo em relação ao que havia sido, até então, o tratamento oficial para a mesma. O BNB dotou-se de um instrumento de estudos, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), que representou “uma ampliação do modo de conceber os problemas do Nordeste: de que estes não se resumiam às secas, mas à estrutura de produção da região”.

De fundamental importância, neste processo de configuração de uma nova concepção da “questão regional nordestina”, foi a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) que, embora criada em 1948, passaria a ter, efetiva atuação a partir da década de cinquenta. No plano mental, no plano das perspectivas econômicas para a região, no plano da mobilização política de vastas camadas da população nordestina, a Chesf foi um marco igualmente essencial. Uma consequência da criação da Chesf foi a instalação, em Pernambuco, da Comissão Estadual de Desenvolvimento Econômico

(CODEPE), em 1952.

A partir da década de cinquenta não há, de fato, um novo Nordeste, mas a gradativa formação de uma nova visão sobre o Nordeste. Nova visão que se manifesta em diversos encontros, congressos, seminários, missões técnicas, relatórios, livros, artigos e nas mais variadas sugestões de intervenção do Estado na região. As mais diversas forças sociais, os mais diversos interesses políticos, econômicos e sociais intervêm no debate. Do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, passando pelas Assembleias Estaduais, organizações profissionais e sindicatos, partidos políticos, intelectuais, estudantes, todos pensam e discutem o Nordeste. O que significa dizer, retomando uma formulação de Amélia Cohn, que a questão Nordeste se manifesta a um só tempo como um problema econômico regional e como um problema político-social. Estes, com uma dimensão essencial, vinculados que foram à própria segurança nacional e à manutenção, ou não, da ordem institucional e democrática vigente. É impossível examinar aqui cada uma destas expressões e mobilizações desta nova percepção da questão regional nordestina, mas importa ao menos mencionar as de maior importância.

Em 1955, uma grande frente que congregava governadores dos estados nordestinos, deputados, senadores, religiosos, sindicalistas, intelectuais, órgãos de imprensa, organismos estatais, associações de classe, reuniu-se no Recife no *Congresso de Salvação do Nordeste*. Deste encontro, resultou a *Carta de Salvação do Nordeste*, com indicações de política nas áreas da educação, da saúde, da industrialização, da reforma agrária, dos transportes, da eletrificação, das migrações, da cultura popular.

No ano seguinte, já no governo de Juscelino Kubitschek, reuniu-se o primeiro *Encontro dos Bispos do Nordeste*, evento cujo quinquentenário nos reúne na mesma cidade em que teve lugar. Creio que se podem apontar três eixos centrais que marcaram este encontro: a denúncia da miséria da população nordestina, sobretudo dos trabalhadores rurais, a crítica ao esgotamento das ações de combate às secas e de seu uso político e a defesa da reforma agrária. Em ambas as reuniões, a que teve a iniciativa do Partido Comunista do

Brasil (PCB) e a que se deveu à CNBB, estava no horizonte o surgimento dos novos atores políticos no Nordeste: os trabalhadores rurais, os pequenos proprietários rurais, os meeiros, os parceiros, os moradores de condição. Teriam eles expressão política nas Ligas Camponesas e nos Sindicatos Rurais e trariam para a questão regional nordestina as atenções mundiais.

No mesmo ano do primeiro *Encontro dos Bispos do Nordeste*, o presidente Juscelino Kubitschek, que estivera presente ao seu encerramento, e, de imediato, assinara vinte decretos, que implementavam sugestões oriundas do mesmo encontro, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação de Celso Furtado. Do mesmo, resultaria a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO) e, posteriormente, da SUDENE.

Mas, já então, a “questão regional nordestina” havia ganhado mais uma transformação. Juntamente com a palavra “desenvolvimento” aparecia uma outra que tendia a ofuscá-la, dando lugar a esperanças e temores, acirrando um confronto que saía do mundo das palavras, dos planos, dos embates teóricos. Esta metamorfose expressava-se na palavra *revolução*.

O nó górdio entre a *reforma* e a *revolução* foi rompido pelos tanques de abril. A história tomou outro rumo, mas não foi encerrada.

O NORDESTE DOS ANOS 50, O NORDESTE ATUAL E O NORDESTE QUE PODERÁ VIR A SER

Aspásia Camargo

A ANÁLISE QUE APRESENTAMOS AQUI É RESULTADO DA PAIXÃO, porque estou envolvida desde muitos e muitos anos com este tema; e o interesse é porque acho que vamos resgatar aqui, nos dias desse seminário, importantes informações que não constam na historiografia e que representam um vazio muito grave do que se passou no Nordeste nos anos cinquenta, do que veio depois, e do que poderá a vir daqui para frente.

Acho que nós estamos aqui para fazer um resgate histórico, mas também para fazer um resgate político, isto é, para saber para que serve exatamente o nosso conhecimento e como podemos usá-lo no sentido de criar novas oportunidades, corrigir erros persistentes, encontrar saídas novas e inteligentes, como aquelas que Celso Furtado criou quando imaginou a SUDENE.

Eu queria voltar um pouco ao espírito dos anos cinquenta. Na verdade, quando o governo de Juscelino começou, o que havia em primeiro lugar era o sentimento de que o desenvolvimento era uma coisa real, palpável, porque o presidente tinha sido eleito justamente para desenvolver o país que ainda era um país periférico, país dependente. Então, a campanha de Juscelino foi uma campanha ideológica, uma campanha patriótica, e quando ele venceu a campanha presidencial, o Brasil acordou. Acordou para o que podia fazer e acordou para o que não tinha feito ainda. E é exatamente nesse

momento que surge a convicção, digamos fundamental, de que as coisas podiam ser diferentes e que havia neste país um “calcanhar de Aquiles”, havia alguma coisa que precisava andar, e todos, evidentemente, observaram que juntos, com a esperança e otimismo do desenvolvimento, existia também a depressão, a tristeza de ver um país tão pobre, um país que tinha todas as oportunidades, e esta pobreza, imensa pobreza, era de um homem, que estava esquecido, e este homem era do Nordeste.

Então, naquele momento, acordamos a nossa consciência social para os desequilíbrios regionais brasileiros e para o fato de que o Nordeste estava praticamente há cem anos estagnado, que ele havia sofrido golpes terríveis com a destruição da sua agricultura de exportação, com a revolução de 30, que levou o eixo econômico do Brasil para São Paulo, e com as contas que começaram a ser feitas, e de que houve realmente uma transferência gigantesca de renda através de medidas cambiais, de recursos do Nordeste para desenvolver o Sul do país.

É possível afirmar que o Sudeste se sentia culpado pelas desigualdades regionais. Essa culpa vinha do fato de que uma imensa região que Celso Furtado classificou na época como a mais extensa e a mais populosa região semiárida do mundo, apresentava índices sociais inadmissíveis, como hoje ainda apresenta. Então, essa ideia da dívida social estava ligada a uma dívida regional. Certamente essa foi a grande provocação política que mobilizou o Brasil, e essa mobilização foi o foco do nosso estudo, da nossa reflexão, porque não nos pareceu tão fácil assim compreendermos como foi que partimos de uma coisa tão pequena, como uma conferência dos bispos em Campina Grande, como a criação de uma primeira liga camponesa que já era, digamos, a revisão, a retomada de pequenas ligas locais da periferia do Recife, que existiam em 1948, 1950, e que de todo não haviam morrido; enfim, como é que de uma coisa tão pequena como a de criar uma sociedade agrícola e pecuária de plantadores de Pernambuco, provocou uma *tsunami* tão grande a ponto de ver, como o professor Denis mencionou, o Nordeste nas páginas do *The New York Times*, nas páginas de todos os jornais do mundo, e o Nordeste sendo frequentado pelo irmão do presidente Kennedy;

por Jean Paul Sartre; por Iuri Gagarin? Ninguém podia deixar de pedir a bênção a este “grande Nordeste”.

Isso tudo é porque foi uma coisa extraordinária. Em primeiro lugar, porque chamava o Nordeste de Nordeste. Nos anos 30, o Nordeste era chamado de norte. O Brasil tinha o Norte e o Sul, então temos que pensar esta conferência, em tudo que aconteceu em torno dela, e depois dela. Realmente foi gigantesco, porque mudou a geopolítica. Em primeiro lugar, criou a consciência de um Nordeste, de um pequeno Nordeste que, provavelmente, foi o mote desta reunião de 1956. E, logo depois, Celso Furtado alonga o conceito e, de repente, nós vemos o Nordeste como uma coisa gigantesca, que incluía a Bahia e mais oito estados, e foram esses nove estados que fizeram um grande *lobby* na câmara, que foi inclusive analisado por cientistas políticos americanos, mostrando que Brasília e a SUDENE surgiram do mesmo porto político.

Então, ao mesmo tempo em que se conquista um Sudeste que estava ali, meio que inexistente, meio ainda por fazer, resgata-se a ideia de um grande Nordeste, que foi a alma política do Brasil, que foi a alma cultural desse país. É exatamente, por isso, que encontramos a explicação para o fato de que, nos últimos cinquenta e setenta anos, o Nordeste é o maior tema inspirador de intelectuais brasileiros, dos artistas, de escritores, de poetas, de cineastas até hoje. Nós vemos o tempo todo filmes nordestinos sendo produzidos. Então, isso significa uma coisa verdadeiramente importante.

A conferência dos Bispos em Campina Grande, naquele momento e contexto histórico singular, influenciou nas políticas públicas, como vimos aqui, foi de certa maneira a “mãe” da SUDENE, ajudou a reinventar esse conceito de *Grande Nordeste*. Estabeleceu um divisor de águas dentro da Igreja, porque a Igreja que nós conhecíamos até aquele momento era a Igreja conservadora, uma igreja reacionária. Uma Igreja que se ligava muitas vezes ao latifúndio.

Aquela conferência de Bispos do Nordeste significou uma conferência aliada aos movimentos sociais, uma conferência social, de vanguarda progressista. Esse processo ficou claro, ali naquele momento, e nos passos que vieram a seguir, e incluem inúmeros congressos, conferências, reuniões e se acentuaram a partir de 1956, para atingir o seu auge, seu apogeu, entre 1961 e 1963.

E o terceiro ponto porque essa conferência foi decisiva é porque criou, como Dom Eugênio nos mostrou, uma nova ideologia para enfrentar os problemas da sociedade excluída, da sociedade de massa, e que ele resumiu, muito sabiamente, nos três pontos: a mobilização pela reforma agrária; a capacitação de líderes; a notável capacitação de líderes que a Igreja começou a construir naquele momento, e que redundou na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e de toda a trajetória dos movimentos camponeses a partir, inclusive, desse momento, e também incluindo o regime militar e os anos que se seguiram, até a consolidação de novas medidas de proteção ao trabalhador rural.

E, finalmente, porque a conferência de Campina Grande abriu a Igreja para um processo institucional sem precedentes. Porque, enquanto se criava esse viés cristão mobilizador, criava-se também, como o professor Denis mencionou, toda uma tendência dentro das ligas camponesas de mobilização via Cuba que renderam, inclusive, uma proposta de reforma agrária e de revolução de viés internacionalista e extremamente radical, que em um primeiro momento apareceu como uma alternativa conflituosa com as propostas da Igreja. O objetivo maior desta comunicação elaborada com a ajuda do professor Arnaldo Renem foi, justamente, definir e analisar esses dois momentos: as ligas camponesas e os sindicatos rurais, para mostrar que eram efetivamente duas tendências diferentes, mas a história, exatamente, esse cantinho da visão nordestina, da visão libertadora nordestina, encarregou-se de unir o que as ideologias separavam.

Porque esses movimentos que, em seu início, tão conflituosos e tão radicalmente opostos, a partir de 1963, com a presença inclusive do governo Arrais em Pernambuco, estimularam uma saída de incorporação. A Igreja teve a felicidade de perceber nos sindicatos rurais, o grande caminho de evolução do movimento na concepção da pressão pela reforma agrária e pela sindicalização. E o governo de João Goulart deu a oportunidade para que esta tendência pudesse evoluir de maneira extremamente acelerada em 1963.

Mas o fato emocionante é que, onde havia liga de camponeses e sindicatos, às vezes brigando na mesma rua, a partir de 1962, esses movimentos se juntaram. E o êxito extraordinário do movimento

sindical em pleno regime militar se deu exatamente porque essas forças, inclusive auxiliadas pela mobilização da juventude cristã, uniram-se em luta, em defesa dos trabalhadores rurais e de sua inserção definitiva no cenário político brasileiro. Todavia, essa inserção não se deu adequadamente, então nós estamos aqui fazendo um balanço terrível.

Vejo que precisamos de algum otimismo, porque estamos em Campina Grande. O que era Campina Grande em 1956? E o que é hoje? Hoje é polo de tecnologia, polo do cinema de animação e de tecnologias alternativas. Então, alguma coisa mudou em nosso país, mas não a ponto de nos deixar tranquilos e irresponsáveis.

O Nordeste que tinha, na época, 30% da população, hoje tem 27%; que tinha 11% do Produto Interno Bruto (PIB), hoje tem 14%. Portanto, a mudança gerada pelo crescimento foi muito pequena, foi insignificante, diríamos. E os indicadores sociais continuam aterradores. Em todos os aspectos que possamos analisar, o Nordeste entre trinta a quarenta por cento de diferença para menos.

Então, estamos aqui para pensar o que é produzir políticas estruturantes e desenvolvimentistas para incorporar a região, mais ou menos como a União Europeia tem feito desde 2000. Então, se nós podemos, se a União Europeia pôde, certamente o governo brasileiro poderá integrar o Nordeste. Até porque o Nordeste hoje não é mais o povo do Nordeste de 1956, são muitos e muitos Nordestes. Nós vimos um pouco sobre a diferença da zona litorânea e do interior. Nós vemos a diferença entre áreas que hoje conseguiram um processo de desenvolvimento, de investimentos industriais e turísticos e outros que estavam completamente abandonados.

Então, o papel que o governo federal deve exercer no Nordeste é o mesmo que a Grã-Bretanha vem exercendo com relação à Escócia. Tem que nomear um ministro para o Nordeste o qual possa coordenar todas as iniciativas exatamente como veio aqui mencionar na reunião de abertura. Esse superministro nordestino teria que ter realmente condições de fazer aquilo para o qual o federalismo foi destinado. O federalismo só existe para duas coisas: em primeiro lugar, reduzir diferenças para amenizar diferenças sociais, isto é, para redistribuir renda, porque logicamente o rico não distribuirá

renda para o mais pobre por pura e espontânea vontade.

Não vamos pensar São Paulo mandando recurso para o Nordeste. Temos que ter um governo federal poderoso para fazer esta redistribuição. E a segunda função do federalismo é acomodar e valorizar diferenças culturais. Essas diferenças culturais estão aqui no Nordeste, representado por tudo que o Brasil tem de melhor, e queríamos concluir dizendo que temos que dar graças e fazer nossas homenagens a Dom Hélder Câmara, porque Dom Hélder Câmara foi muitas coisas: um intelectual de peso, um patriota, um líder religioso que entendeu o papel social da Igreja e, sobretudo, um grande integrador desse país. Aquele que deu o grito de alerta, que levou à convocação da Conferência Episcopal de Campina Grande, aquela que nós comemoramos hoje.

As favelas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Curitiba são frutos de uma expulsão tumultuada que vem da região mais pobre e esses trabalhadores que vão para lá, ao contrário do que muitos dizem e, às vezes, insinuam, são aqueles trabalhadores de primeira classe. Eles, em poucos anos, conseguem melhorar sua vida, colocar um filho na escola, levar um filho para a universidade; eles fazem do Sul, em condições extremamente difíceis, aquilo que não conseguem fazer em sua própria terra. Então, o que nós queremos é resgatar essa memória, essa cultura. Cultura extraordinária que faz com que nordestinos falem mais que qualquer outro herdeiro, falem melhor, falem bem; com que nordestinos tenham liderança; sejam realmente promotores de desenvolvimento.

Nós entendemos que precisamos resgatar essa visão, ninguém escreveu essa tese maravilhosa e brilhante que deveria ser escrita sobre o papel civilizador do nordestino nos centros de desenvolvimento do país. E achamos que a Conferência de Campina Grande está dando o grito de alerta. Ela nos chama à atenção para isso e todas as consequências que estão aí, para chamar nossa atenção e pedir o nosso engajamento político e social, para que o problema se resolva e para que o governo federal pare de usar recursos indiscriminadamente e focalize no ponto chave, onde a miséria realmente reside.

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE CINQUENTA ANOS DO PRIMEIRO ENCONTRO DE BISPOS DO NORDESTE

Raimundo Caramuru Barros

O ENCONTRO DO EPISCOPADO DO NORDESTE REALIZADO EM CAMPINA GRANDE, Estado da Paraíba, em maio de 1956, conjuga vários eixos que interagem simultaneamente. Ao mesmo tempo, a evolução e os desdobramentos de cada um desses eixos só podem ser mais plenamente apreendidos e analisados a partir de suas raízes históricas, máxima do processo de modernização do Brasil ao longo do século XX.

Para abordar mais sistematicamente o significado e o alcance deste evento e ensaiar uma síntese de suas diversas dimensões, o presente texto explorará os seguintes tópicos: a modernização do Brasil até o término da II Guerra Mundial; as Relações entre a Igreja e o Estado brasileiro na primeira metade do século XX; a modernização do Brasil na segunda metade dos anos de 1940; a Igreja e o Estado brasileiro no período de 1946 a 1950; o Brasil da eleição de Vargas em 1950 à posse de Juscelino em 1956; a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o desenvolvimento do Nordeste no Governo Kubitschek; as lições a tirar para o início do século XXI; e, por fim, o epílogo.

A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL ATÉ O FIM DA II GUERRA MUNDIAL

A chamada Velha República, que dominou a política, a economia e a estrutura social da República Federativa do Brasil, durante quatro décadas (1890 a 1930), culminou na hegemonia da Província de São Paulo e no domínio da aristocracia rural, coligada com a aristocracia mercantilista, voltada para o comércio exterior. Este modelo socioeconômico e político alcançou o seu ápice no Governo de Washington Luís Pereira de Sousa (Presidente da República de 1926 a 1930).

A revolução vitoriosa de 1930 escolheu Getúlio Dornelles Vargas como Presidente do Governo Provisório, encarregando-o de desmontar o modelo da Velha República e implantar um processo de modernização do país, em termos coerentes com os ideais da revolução: unificar politicamente a nação e promover seu desenvolvimento econômico e social.

Na dimensão política, Vargas enfrentou e debelou com sucesso a revolução constitucionalista de São Paulo em 1932. Convocou e levou ao seu bom termo a assembleia nacional constituinte de 1934. Ao perceber a movimentação das lideranças da Velha República, que se articulavam para voltar ao poder pela via democrática, Getúlio cancelou as eleições previstas e, em 1937, com o apoio das forças armadas, assumiu poderes absolutos para levar a cabo as reformas de base que considerava necessárias e para criar e implantar novas instituições, capazes de promoverem o desenvolvimento econômico e social do país.

Transformou as Províncias autônomas em Estados e à frente de cada um, colocou um interventor de sua confiança, deixando, porém, o interior rural sujeito à estrutura dos antigos coronéis.

Após manobras políticas, entrou na II Guerra Mundial, juntando-se às Forças Aliadas, fornecendo-lhes a borracha extraída da Amazônia e oferecendo-lhes todo o apoio logístico para a batalha do Norte da África, que desalojou os países do Eixo desta georegião do Planeta e permitiu a invasão da Itália. Para esse último *front*, enviou uma tropa expedicionária. Seu objetivo era obter futuros apoios estratégicos para o desenvolvimento brasileiro. Sentiu-se,

porém, frustrado, quando o único retorno significativo obtido foi a siderúrgica de Volta Redonda.

Na dimensão econômica, introduziu embrionariamente o planejamento econômico com o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939), com duração de cinco anos e o Plano de Obras e Equipamentos (1943), que foi apenas uma revisão do anterior.

Deu início ao desenvolvimento de bacias hidrográficas: bacia do Rio Paraíba (Siderúrgica de Volta Redonda); bacia do Rio Doce (Companhia do Vale do Rio Doce - CVRD); bacia do Rio São Francisco, que culminou com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e da Comissão do Vale do São Francisco, em 1948; bacia do Tietê-Paraná, que posteriormente envolveu não apenas os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso, mas estendeu-se também aos países limítrofes como o Paraguai e Argentina; bacia do Alto Piranhas, com a construção do complexo de Coremas: barragens e vasto programa de irrigação.

No setor de energia, criou o Conselho Nacional do Petróleo (1938) e deu início à construção de hidrelétricas. No campo socioinstitucional, Getúlio promulgou, em 1936, a Lei do Reajustamento, visando modernizar o Serviço Público Federal, exigindo profissionalismo e competência nos seus escalões mais elevados, fazendo com que a influência política ficasse reduzida apenas aos escalões inferiores. Criou igualmente o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), projetado para ter influência marcante em cada Ministério e demais instituições do Governo Federal, sendo igualmente responsável pelo Orçamento da União.

Com o auxílio do gaúcho Lindolfo Collor, criou a legislação trabalhista nos moldes do corporativismo reinante na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini, e a implantou com elevada gama de benefícios sociais concedidos aos trabalhadores, mas também com a vinculação do sistema sindical ao aparelho do Estado, ensejando a formação do corporativismo trabalhista no Brasil.

Com o término da II Guerra Mundial, houve uma forte pressão para que o Brasil se tornasse um país democrático, já que contribuira para derrotar as Forças do Eixo, que representavam os regimes

totalitários (sobretudo nazismo e fascismo), surgidos no período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918). Getúlio cedeu a essas pressões e convocou eleições a fim de dar início à retomada do processo democrático, bem como com o objetivo de elaborar uma nova constituição para o país. Com o receio de que Vargas aplicasse algum golpe para prolongar sua permanência no poder, as Forças Armadas o depuseram ainda em 1945, a fim de assegurar as eleições previstas para 2 de dezembro desse mesmo ano e a retomada de um renovado processo democrático. Com efeito, o novo contexto político não permitia mais o retorno a uma democracia nos moldes da Velha República.

A IGREJA E O ESTADO BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A primeira constituição republicana promulgada em 1891 não adota mais o catolicismo como religião oficial do Estado, como acontecera no Brasil Colônia e no Brasil Império e assim reconhece a separação entre Igreja e Estado no Brasil, pondo fim ao privilégio do padroado que, se de um lado, conferia ao catolicismo o status de religião oficial, de outro, tornava a Igreja um departamento da estrutura funcional do Governo. Devido aos problemas e tensões que haviam caracterizado as relações entre Igreja e Estado no período imperial, ambas as partes foram unânimes em adotar o novo tipo de relacionamento. Na prática, ele se traduziu em respeito mútuo e eventual cooperação em casos específicos.

Além desta autonomia frente ao Estado, a Igreja, no Brasil, conheceu um outro marco importante no apagar das luzes do século XIX. Com efeito, o Papa Leão XIII convocou o primeiro Concílio Plenário do Episcopado Latino-Americano, que se realizou em Roma em 1899. No encerramento deste evento, os bispos brasileiros que dele participaram, expressaram ao Papa Leão XIII o desejo de que se pudesse realizar um Concílio semelhante no Brasil, devido às peculiaridades da Igreja neste país. O Sumo Pontífice ponderou-lhes que um evento dessa natureza precisava ser cuidadosamente preparado.

De imediato, sugeriu que os arcebispos metropolitanos

reuniram seus sufragâneos em conferências provinciais para resolver assuntos mais urgentes e para, ao mesmo tempo, elaborar a documentação de base a serviço de um futuro Concílio Plenário. Seguindo esta orientação do Papa, foram realizadas cinco Conferências Episcopais. Mas, quando em 1917 foi promulgado o novo Código de Direito Canônico, verificou-se que todo o trabalho elaborado por essas Conferências precisava ser minuciosamente revisto para ajustá-lo ao novo Código.

Com este objetivo, foi criada uma Comissão em 1928, sob a presidência do então nuncio no Brasil, Dom Bento Aloisio Masella. Em viagem à Roma em 1935, o Cardeal Leme pediu a Pio XI que apontasse um especialista em Direito Canônico, a fim de ultimar os preparativos para o Concílio Plenário. O Papa colocou à disposição do Episcopado brasileiro o próprio Secretário da Congregação do Concílio, Mons. Giuseppe Bruno, que aproveitando o resultado dos trabalhos anteriores colocou este material na forma exigida pelo novo Código. Em agosto de 1937, Monsenhor Bruno enviou ao Cardeal Leme o esquema já devidamente consolidado, solicitando que o Episcopado brasileiro o ajustasse às condições da Igreja no país. O Cardeal Dom Sebastião Leme enviou este esquema a todos os bispos e preladados responsáveis por circunscrições eclesiásticas no Brasil. Vinte e dois bispos responderam, apresentando cerca de quinhentas observações, que foram enviadas a Roma. A partir desses subsídios, o Secretário da Sagrada Congregação do Concílio concluiu o esquema definitivo, que passou a servir de base aos trabalhos conciliares.

Apesar da morte de Pio XI, em fevereiro de 1939, a ascensão do Cardeal Pacelli à Cátedra de Pedro, sob o nome de Pio XII, permitiu que os trabalhos de preparação para o Concílio Plenário Brasileiro não sofressem solução de continuidade. Com efeito, o novo Papa, na qualidade de Secretário de Estado de seu antecessor, estava inteiramente a par do assunto e, por isso, já como sucessor de Pedro, autorizou a realização deste Concílio, e nomeou o Cardeal Leme como seu Legado *a latere*.

Convocado aos 18 de maio de 1939, festa da Ascensão do Senhor, o I Concílio Plenário Brasileiro realizou-se no período de 2 a 20 de julho deste mesmo ano. De certo modo, ele completou o Concílio

Plenário do Episcopado Latino-Americano e representou, nos termos de hoje, um notável exercício de colegialidade episcopal. Cabe destacar que a liderança do Cardeal Leme - demonstrada na condução deste Concílio - foi significativamente renovadora ao longo da segunda, terceira e quarta década do século XX. Sebastião Leme da Silveira Cintra foi ordenado presbítero em Roma, aos 22 anos, e, ao mesmo tempo, laureado com um doutorado em filosofia e outro em teologia pela Universidade Gregoriana. Tendo chegado a Roma em 1896, pudera acompanhar de perto o Concílio Plenário do Episcopado Latino-Americano realizado nesta cidade em 1899. Acompanhou, igualmente, os últimos anos do Pontificado deste Papa e os primeiros anos de seu sucessor, Pio X. Em 1911, foi nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, tendo recebido a ordenação episcopal em Roma na festa de Pentecostes deste mesmo ano. Transferido como arcebispo para a arquidiocese de Olinda-Recife em 1916, atraiu as atenções dos meios eclesíasticos devido à pastoral de saudação que dirigiu aos fiéis desta Igreja particular. Com efeito, neste documento pastoral, explicita um diagnóstico da Igreja no Brasil e traça um programa de ação pastoral com diretrizes claras e específicas para enfrentar os desafios por ele identificados.

Em 1921, Dom Leme foi reconduzido para a arquidiocese do Rio de Janeiro por Bento XV como arcebispo – coadjutor com direito à sucessão, a fim de dar suporte ao Cardeal Joaquim Arcoverde, que se encontrava com a saúde seriamente combalida. Com o falecimento deste em abril de 1930, Dom Leme assumiu na sua plenitude a Arquidiocese, situada na então capital da República, e em julho deste mesmo ano, recebeu em Roma das mãos de Pio XI o chapéu cardinalício. Desde sua chegada ao Rio, procurou colocar em prática o programa de ação pastoral que havia iniciado em Olinda – Recife, onde não dispusera, porém, de tempo suficiente para desdobrá-lo em todas as suas dimensões. Mas foi a partir de 1930 que encontrou ambiente e condições excepcionais para desenvolvê-lo em sua integralidade, não apenas em nível da arquidiocese do Rio de Janeiro. Na realidade, conferiu-lhe uma projeção e uma envergadura nacional.

Quando regressou ao Brasil após receber o chapéu cardinalício

em julho de 1930, desempenhou, em outubro deste mesmo ano, um papel de grande relevância, arbitrando uma solução pacífica, sem derramamento de sangue, quando da transferência de poder do Governo do Presidente Washington Luís para Getúlio Vargas, o líder de uma revolução vitoriosa, cujo objetivo era pôr um fim à hegemonia que vinha sendo assumida pela então Província de São Paulo. Além da sua liderança na preparação e realização do Concílio Plenário Brasileiro, vale a pena destacar algumas de suas principais iniciativas: a evangelização da inteligência brasileira a partir do Centro Dom Vital e da Revista *A Ordem*; a promoção do laicato através da criação da Confederação Católica e depois da Ação Católica Brasileira; renovação da atividade catequética; a ênfase no mistério de Cristo como centro da vida cristã e de toda a espiritualidade e no papel especial de Maria, Mãe de Jesus, nesta espiritualidade; os Congressos Eucarísticos Nacionais com o objetivo de levar a todos os fiéis à centralidade do mistério de Cristo presente na eucaristia.

Faz-se mister ressaltar ainda sua solicitude pela formação do clero, bem como o apoio e assistência, que dispensava aos sacerdotes no exercício do ministério paroquial; a criação do Colégio Pio Brasileiro em Roma (1936); a criação da Liga Eleitoral Católica, para incentivar os católicos a participarem da política; o estabelecimento de um novo modelo de relações entre Igreja e Estado.

Com efeito, desde o início do regime republicano até 1930, as relações entre Igreja e Estado no Brasil pautavam-se pela autonomia recíproca, pelo respeito mútuo e pela eventual cooperação em questões específicas. Devido a sua atuação junto ao Presidente Washington Luís, persuadindo-o a renunciar à presidência da república para evitar um banho de sangue, Getúlio, que assumiu a presidência do Governo Provisório da revolução vitoriosa, desenvolveu para o Cardeal uma atitude de grande apreço. Entre os dois estabeleceu-se um acordo tácito: o Cardeal não se imiscuiria em assuntos de natureza puramente política e o Presidente acataria as posições do Cardeal em assuntos de fé e de moral, como a indissolubilidade do matrimônio e a condenação à prática de aborto.

A liderança nacional do Cardeal Leme no seio da Igreja no Brasil era incontestada, tanto pela sua capacidade pessoal de liderança como

também pela sua condição de ser o único Cardeal no seio do episcopado brasileiro. Por isso, seu falecimento, em outubro de 1942, deixou um vácuo, que se prolongou até 1946. Esses quatro anos permitiram o despontar de uma nova liderança: Padre Hélder Câmara.

Nos últimos anos de Dom Leme, Padre Hélder lhe propusera renunciar a função que desempenhava no Ministério da Educação, a fim de dedicar-se integralmente à atividade catequética, contribuindo para o desenvolvimento do ensino religioso, não apenas na arquidiocese do Rio de Janeiro, mas também em outras circunscrições eclesiais, que assim o desejassem e solicitassem. Dom Leme ponderou-lhe que o papel por ele exercido no Ministério da Educação era de vital importância para a Igreja e, por isso, não convinha abandoná-lo, mas confiava-lhe a tarefa de contribuir para a renovação da catequese na arquidiocese do Rio de Janeiro.

Ao substituir Dom Leme em 1943, Dom Jaime de Barros Câmara confirmou Padre Hélder nesta posição de promotor da catequese na arquidiocese do Rio, mas conferiu-lhe também atribuições no que diz respeito à Ação Católica Brasileira, liberando-o ao mesmo tempo para renunciar ao cargo que ocupava no Ministério da Educação, como era seu desejo desde os anos finais de Dom Leme. Neste despontar de Padre Hélder como o novo líder capaz de exercer uma influência destacada nos rumos da Igreja no Brasil, o ano de 1946 representa um marco que merece ser ressaltado, por causa de dois fatos determinantes nele ocorridos, exatamente dez anos antes do Encontro dos Bispos do Nordeste em Campina Grande (1956). O primeiro fato relevante ocorrido, em 1946, foi a chegada ao Brasil do Novo Nuncio Apostólico, Dom Carlos Chiarlo, que nesta oportunidade escolheu Padre Hélder como Conselheiro da Nunciatura para assuntos brasileiros. O segundo fato foi a realização em maio/junho de 1946 da I Semana Nacional da Ação Católica Brasileira (ACB). Nesta semana, dois temas palpitantes estavam em pauta: a estrutura organizativa e a coordenação do apostolado dos leigos no Brasil e o posicionamento da Igreja no campo social. Participaram desta Semana muitos arcebispos e bispos. Os integrantes da Comissão Episcopal de Ação Católica dispunham de delegação para tomar posição em nome de todo o episcopado.

A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1940

Com a deposição de Vargas em 1945 e seu afastamento para sua estância em São Borja (RS), o processo de redemocratização pôde prosseguir sem maiores percalços, elegendo para a Presidência da República o Marechal Eurico Gaspar Dutra que, sem a presença de Vargas, mantinha no poder as mesmas forças que davam sustentação ao caudilho dos pampas: as aristocracias rurais e mercantilistas congregadas no Partido Social Democrata (PSD), bem como o corporativismo trabalhista alojado no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em formação, deixando na oposição a União Democrática Nacional (UDN), uma agremiação partidária que representava os anseios renovadores das classes médias urbanas. Dentro desse contexto, três fatores de maior relevância marcaram a segunda metade dos anos quarenta: a nova Constituição; o desenvolvimento regional e a valorização de bacias hidrográficas.

A nova Constituição, elaborada e promulgada em 1946, levou a marca de grandes juristas eleitos como constituintes e, por isso, deixou-se impregnar de numerosos elementos de inspiração neoliberal, muito ao sabor dos ideais democráticos em voga no mundo ocidental. Entre esses elementos podem ser destacados: o equilíbrio entre os três poderes da república; a maior repartição de responsabilidades entre a União, as Unidades da Federação e os Municípios; a função social da propriedade; a necessidade de um planejamento democrático, no tocante a determinadas regiões e a setores específicos da economia.

A função social da propriedade dava abertura para uma eventual legislação sobre reforma agrária (especialmente fundiária). Os dois artigos constitucionais que abordavam o assunto davam margem à desapropriação, quando esta fosse de interesse social. Estipulavam, porém, que esta desapropriação deveria ser indenizada em dinheiro, o que de certo modo reduzia significativamente sua viabilidade.

Ao mesmo tempo, a nova Constituição conferia uma destacada importância ao desenvolvimento econômico e abordava a valorização de bacias hidrográficas, bem como o desenvolvimento regional. A ênfase na valorização das bacias hidrográficas pode ser

interpretada como uma intuição longínqua do que viria a ser, na segunda metade do século vinte, a importância vital assumida pela dimensão ecológica. Em termos práticos, determinava que 1% da renda tributária da União fosse aplicado na valorização da Bacia do São Francisco, pelo período de vinte anos (Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Para dar cumprimento a este dispositivo constitucional, a Lei nº 541 de dezembro de 1948 criou a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), diretamente subordinada à Presidência da República. No tocante ao desenvolvimento regional, o texto da Constituição (art. 198) determinava que, pelo período de 20 anos, 3% da receita tributária da União fossem aplicados no Plano de Defesa contra os Efeitos da Seca do Nordeste. Os Estados respectivos, por sua vez, bem como seus municípios, tinham a obrigação de investir também 3% de sua receita tributária em medidas destinadas a superar os desafios da seca. Esses recursos estaduais e municipais, porém, eram aplicados em consonância com as diretrizes e projetos do Governo Federal.

O artigo 199 da Constituição estabelecia igualmente que 3% da receita tributária da União fossem aplicados no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo período de vinte anos. A criação, porém, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), responsável pela aplicação desses recursos, só se deu em 1953.

Diversamente da política econômica de Getúlio, o Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra adotou uma orientação econômica liberal pautada fundamentalmente pelos critérios do mercado. Como resultado desta política, o elevado montante de reservas de divisas, acumulado pelo país durante o período da II Guerra Mundial, foi completamente exaurido no período de dois anos.

Em 1948, foi constituída uma Comissão com integrantes americanos, chefiados por John Abbink e com integrantes brasileiros, chefiados por Otávio Gouveia de Bulhões para traçar rumos à economia brasileira. O relatório desta Comissão, publicado em 1949, recomendava para o Brasil uma política econômica liberal, de acordo com as leis do mercado, mas com ênfase especial para os

investimentos na infraestrutura. O Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), embora só parcialmente executado, procurou dar uma resposta aos gargalos mais urgentes verificados nesses quatro setores infraestruturais. No setor de transportes, o destaque foi para o asfaltamento da conexão rodoviária entre Rio e São Paulo, que recebeu o nome do Presidente Dutra; e a abertura da rodovia conectando o Rio de Janeiro a Salvador, Bahia. No setor energético, foram criadas empresas estatais de refino; foi constituída uma frota de petroleiros; e foi construído o oleoduto de Cubatão. Foram dados igualmente os passos decisivos para a criação, montagem e desenvolvimento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a partir de Paulo Afonso.

Neste período, em resposta a uma proposta do Governo brasileiro de criação de um Programa de Desenvolvimento para a América Latina, nos moldes do que representava o Plano Marshall para a reconstrução da Europa do pós-guerra, o Governo americano do Presidente Truman respondeu com uma contraproposta: proporcionar ao Brasil o aporte técnico necessário à modernização do setor agropecuário brasileiro, no quadro de referência do Programa Ponto IV, criado por Washington para prestar ajuda aos países sub-desenvolvidos e em desenvolvimento do Terceiro Mundo.

No caso do Nordeste, um fruto deste apoio técnico do Governo americano foi mais tarde o trabalho desenvolvido pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), que fazia parte da rede nacional liderada pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Em reação, porém, ao limitado sucesso da política econômica do *laissez-faire*, adotada pelo Governo Dutra, levantaram-se, a partir de 1948, importantes lideranças nacionais, propondo e defendendo a adoção de um modelo econômico voltado para um desenvolvimento de cunho mais nitidamente nacionalista, liderado diretamente pelo Estado brasileiro.

É preciso ressaltar, ainda, que durante este período, Getúlio Vargas não ficou recluso na sua estância de São Borja, alheio aos desafios políticos e econômicos do país. Em primeiro lugar, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o político gaúcho foi candidato

a Senador em três diferentes Unidades da Federação e a Deputado Federal em outras seis, conforme lhe permitia a legislação da época. Em todos esses pleitos, foi legitimamente eleito, somando uma totalidade de sufrágios, superior a um milhão e trezentos mil votos. Entre as nove alternativas de mandato à sua disposição, optou por exercer o mandato de Senador pelo Rio Grande do Sul.

Inicialmente apoiou em termos condicionais o Governo Dutra. Em função de sua divergência com a política econômica por este adotada, rompeu com o Governo e passou para a oposição, não deixando, porém, de cultivar com esmero suas boas relações com as oligarquias rurais, integrantes do Partido do Governo, o PSD. Aproveitou igualmente esse período para promover a formação e o fortalecimento do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, apoiando-se no corporativismo trabalhista do sindicato brasileiro, por ele mesmo criado. Aproximou-se igualmente do Ademar de Barros, fundador do Partido Social Progressista - PSP, que dominava a cena política desse Estado-chave da Federação. Preparava, assim, sua volta ao Poder pelo voto democrático.

A IGREJA E O ESTADO BRASILEIRO NO PERÍODO 1946 A 1950

Quatro fatores convergentes e estreitamente correlacionados marcaram as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro ao longo desses quatro anos: 1) a visão de Igreja do Núncio Carlos Chiarlo, que assumiu a Nunciatura Apostólica no Rio de Janeiro em 1946; ao chegar ao Brasil este Núncio colocou o Padre Hélder Câmara como Conselheiro da Nunciatura para assuntos brasileiros; 2) a relevância renovadora da Ação Católica Brasileira, da qual Padre Hélder passou a ser o vice e depois o assistente geral em nível de Brasil; 3) a liderança polivalente de Padre Hélder, tanto em termos eclesiais como civis; e, 4) os primeiros passos do *Movimento de Natal*.

Pelo cargo que ocupava no Ministério da Educação e pela sua dedicação à catequese e à renovação do ensino religioso, aplicando em ambos os casos sua competência pedagógica e seu conhecimento do sistema educacional brasileiro, Padre Hélder desfrutava de certo prestígio na então capital da República, tanto nos ambientes

eclesiásticos como civis.

Morando no bairro de Botafogo onde, naquele momento, estava ainda localizada a Nunciatura Apostólica, Padre Hélder residia literalmente no sopé de um morro, que abrigava uma favela. Esta proximidade não deixou de atrair sua atenção para este fenômeno, que se repetia em muitos outros morros da *Cidade Maravilhosa*, mas que se verificava também em áreas planas, pantanosas do então Distrito Federal.

Não lhe foi difícil identificar a origem dessas populações faveladas: interior do Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Nordeste Brasileiro. Sem nenhuma perspectiva de futuro na área rural, onde haviam nascido, essas populações buscavam a capital da República à procura de novos horizontes, que lhes proporcionassem uma mínima chance de ascensão e inclusão social.

Essa constatação levou Padre Hélder a focalizar sua atenção para as condições de vida dessas áreas interioranas, que constituíam polos significativos de repulsão demográfica. No cerne da questão, estava o problema da posse da terra. Com a ajuda de cientistas sociais, a quem estava ligado, fez um primeiro levantamento da estrutura fundiária brasileira e das condições de vida do camponês sem posse da terra.

A reforma tributária e a elevação dos níveis de vida da população rural, excluída da posse da terra, eram desafios fundamentais para estancar o forte fluxo migratório na direção campo-cidade, responsável pelo fenômeno da favelização, em expansão vertiginosa na cidade do Rio de Janeiro. Como a Igreja poderia contribuir para oferecer uma resposta cabal a este desafio, que envolvia um número muito elevado de circunscrições eclesiásticas?

Além do mais, a Constituição de 1946 enfatizava o desenvolvimento regional e o desenvolvimento das bacias hidrográficas, cujos primeiros passos já tinham sido dados no período do Governo absolutista de Getúlio Vargas (1937 a 1945). Ao mesmo tempo, a Constituição vinculava elevadas somas de recursos para esses empreendimentos ao longo das próximas décadas. Se bem aplicados, esses investimentos poderiam transformar a vida das populações

por eles beneficiadas ou reforçar a concentração de renda dos proprietários de terra, contemplados pela modernização das regiões e das bacias a serem desenvolvidas. Como Conselheiro da Nunciatura, Padre Hélder demonstrou a Dom Carlos Chiarlo, a necessidade de a Igreja marcar presença ativa na busca de respostas a esses desafios, não apenas do ponto de vista da promoção humana dessas populações, mas também de uma educação da fé junto a essas mesmas populações, na medida que fossem atingidas por este eventual choque de modernidade.

Naquelas circunstâncias, a única instituição eclesiástica com estrutura para dar suporte a um empreendimento supradiocesano era a Ação Católica Brasileira (ACB). Em seus Estatutos, aprovados em 1946, ela estava sob a responsabilidade da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira que, naquele momento, era integrada por cinco membros: arcebispo do Rio de Janeiro, arcebispo de Salvador, arcebispo de São Paulo, arcebispo de Belo Horizonte e bispo de Niterói. Conforme assinalado, anteriormente, esta Comissão, em algumas circunstâncias, tinha delegação para se pronunciar e se posicionar em nome de todo o episcopado.

Com a convocação assegurada pelo Núncio e sob a responsabilidade da Ação Católica Brasileira, Padre Hélder começou a planejar encontros com os bispos, cujas circunscrições eclesiásticas se encontravam em áreas afetadas pelos empreendimentos governamentais. Além do suporte episcopal, a ACB contava igualmente com a contribuição de assessores leigos, que proporcionavam à ação da Igreja uma assessoria qualificada.

Neste mesmo período, foram dados, no Rio Grande do Norte, os primeiros passos do movimento que, posteriormente, ficou conhecido como *Movimento de Natal*. O sistema de logística, montado pelos Estados Unidos para conduzir sua frente de batalha no Norte da África, a fim de desalojar dessa georregião as Forças do Eixo (Alemanha e Itália), passava estrategicamente por Natal, antes de atravessar o Atlântico e atingir Dakar, no Senegal. Para implantar esse elo importante de sua cadeia logística, os americanos construíram nos arredores de Natal a base aérea de Parnamirim, com cerca de dezessete pistas para atender simultaneamente o fluxo constante

de aeronaves, que por ela transitavam e nela se abasteciam, antes de prosseguir na sua rota entre os Estados Unidos da América e a África.

A construção e a manutenção desta base atraíram mão de obra braçal do interior potiguar, sobretudo no ano de 1942, quando uma estiagem prolongada castigou o semiárido nordestino. Esse fluxo migratório quase dobrou a população de Natal durante a Guerra. A desativação de grande parte desta base ao término do conflito criou um problema social para aqueles que decidiram não retornar ao interior e permanecer na capital do Estado.

Um grupo de sacerdotes da arquidiocese de Natal, liderados pelo Padre Eugênio Sales, chegou à conclusão de que o problema sentido em Natal era decorrente de um desafio mais amplo a ser seriamente enfrentado: as péssimas condições de vida e de trabalho do homem do campo. Tornava-se necessário um programa mais vasto e integrado que promovesse o desenvolvimento humano dessas populações; elevasse a qualidade de suas condições de trabalho; e lhes proporcionasse uma educação da fé mais encarnada na vida de cada dia. Como resposta seguinte, foi criado o Serviço de Assistência Rural (SAR), como ponto de partida para o programa de maior escopo que ficou conhecido como o Movimento de Natal.

É interessante correlacionar esta caminhada da arquidiocese de Natal com a caminhada do Padre Hélder com respeito às favelas do Rio de Janeiro e à descoberta feita por ele da necessidade de uma reforma fundiária e agrária nas regiões que geravam os fluxos migratórios, que culminavam com a expansão das favelas cariocas, alimentadas constantemente por esses fluxos.

O BRASIL DA ELEIÇÃO DE VARGAS EM 1950 À POSSE DE JUSCELINO

Em 1950, o cenário político partidário brasileiro havia experimentado algumas modificações. Getúlio estava decidido a voltar à Presidência da República pelo voto popular. Como havia rompido com o Governo Dutra, por discordar da sua política econômica, não pôde contar com o apoio oficial do PSD que era o partido do então Presidente.

Conseguiu, porém, o apoio tácito das oligarquias regionais. Na realidade, o PSD escolheu, como candidato oficial, o mineiro Cristiano Machado, de pouca projeção nacional. As bases regionais, porém, não endossaram este candidato, que teve um desempenho pífio nas urnas e passou para a história como o candidato traído pelo seu próprio partido.

Além do apoio velado das oligarquias regionais do PSD, Getúlio contou com o PTB ainda em formação e com o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros, que indicou o Vice-Presidente da chapa getulista na pessoa do potiguar João Café Filho. A UDN reprisou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Como resultado das urnas, Vargas obteve 48,7% dos sufrágios que, na época, representavam quase quatro milhões de votos. Eduardo Gomes veio em segundo lugar e Cristiano Machado ficou com um distante terceiro lugar.

Durante a campanha, Vargas anunciara, com clareza, sua plataforma, pautada no desenvolvimento nacionalista. De início, montou um ministério em que todos os partidos estavam representados. Discordando das orientações propostas pela Comissão John Abbinck – Otávio Gouvêa de Bulhões, negociou com os Estados Unidos a constituição de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) para o Desenvolvimento Econômico (1951 a 1953).

O objetivo desta Comissão era prestar uma assistência técnica na elaboração de projetos a serem financiados por Agências americanas e internacionais, visando eliminar pontos de estrangulamento e criar condições básicas de desenvolvimento econômico. Esses projetos deveriam poder ser executados de maneira rápida e com recursos não inflacionários. Inicialmente foram contemplados projetos nos setores de transporte e energia. Este escopo foi mais tarde ampliado para abranger também o desenvolvimento de indústrias básicas. Para levar à frente esses projetos, foi criado, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e mais tarde, o Banco do Nordeste do Brasil, para atender mais especificamente esta Região. Dando continuidade a esse trabalho e ampliando o seu escopo, foi firmado um convênio entre o BNDES e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Conjuntamente, essas duas instituições tinham a incumbência de analisar o comportamento da economia brasileira a partir de 1939, bem como elaborar projeções das variáveis macroeconômicas para os sete anos subsequentes.

Vargas quis também completar os instrumentos necessários a uma política de desenvolvimento dos recursos petrolíferos do Brasil. Em 1938, criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Como não conseguira que as multinacionais do petróleo investissem em prospecção de hidrocarbonetos em território brasileiro, Getúlio logrou aprovar no Congresso Nacional a criação da PETROBRAS, em 1953. Esta empresa tinha a incumbência de se tornar para o Brasil o instrumento executivo de implantação de uma política global e integrada de petróleo. Implantando decisões da constituição de 1946, criou, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. No setor elétrico, lançou ainda as bases para a criação da ELETROBRAS, que só se concretizaria nos anos sessenta.

A eleição de um republicano, o General Dwight David Eisenhower, como Presidente dos Estados Unidos, interrompeu a cooperação de Governo a Governo entre Brasil e Estados Unidos, que havia se estreitado durante o Governo do democrata Harry Truman. Para os republicanos, a cooperação entre países deve se operacionalizar, não em programas de Governo a Governo, mas através da iniciativa privada. Neste particular, a orientação nacionalista de Vargas encontrava sérias dificuldades. Getúlio tentou, mas não conseguiu aprovar no Congresso nacional uma Lei que disciplinasse a ação das empresas estrangeiras com respeito à sua remessa de lucros para o exterior.

Os problemas de maior vulto do Governo Vargas, no início dos anos 1950, estavam, porém, concentrados no *front* interno. A oposição não digeriu sua vitória nas urnas em 1950 e passou a mover contra o Governo uma campanha agressiva e sem tréguas, que teve seu clímax no atentado sofrido por Carlos Lacerda (um líder ude-nista) perto de sua residência, na Rua Tonelero, em Copacabana - RJ. Apoiada por segmentos importantes das Forças Armadas, a UDN exigiu de Getúlio sua renúncia pura e simples. Para resolver

o impasse, Vargas suicidou-se e deixou uma mensagem de cunho nitidamente político, que criou uma comoção nacional e obrigou a UDN a recuar. O Vice-Presidente, João Café Filho, assumiu a Presidência.

Para as eleições de 1955, formou-se uma Aliança PSD – PTB em torno de uma chapa, que se confirmou vitoriosa: Juscelino Kubitschek (PSD), como Presidente, e João Goulart (PTB), como Vice-Presidente. Mais uma vez, a UDN não aceitou o resultado das urnas, especialmente pela eleição de João Goulart, a quem a oposição considerava como o herdeiro de Getúlio. Houve uma tentativa de golpe. O então Ministro da Guerra, General Teixeira Lott reagiu, e aplicou um golpe preventivo, assegurando assim a posse dos eleitos.

A CRIAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB foi certamente o acontecimento mais marcante na vida da Igreja no Brasil, ao longo deste período de 1950 a 1955. Em termos da Igreja, em sua dimensão universal, foram igualmente anos de inestimável riqueza. Terminada a II Guerra Mundial, a Igreja estava sedenta para marcar uma presença ativa nas novas realidades surgidas em decorrência do Conflito, que envolvera quase todo o planeta.

Três eventos em Roma marcaram de um modo singular a Igreja no Brasil: a Celebração do Ano Santo (1950), o I Congresso Mundial de Apostolado dos Leigos (1951), Ano Mariano (1954), por ocasião do centenário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, pelo Papa Pio IX.

Três outros acontecimentos merecem especial menção: a criação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB, 1954); o 36º Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro (1955); e a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM, 1955).

Além deste desenvolvimento e fortalecimento institucional para fazer face às novas exigências enfrentadas pela instituição eclesial, três desdobramentos axiais marcaram as relações entre Igreja e Estado neste período, de certo modo, prepararam o Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande, em maio de 1956.

O primeiro deles foi o papel renovador assumido pela Ação Católica Brasileira no contexto da Igreja no Brasil. A partir da I Semana Nacional de 1946, conforme anteriormente assinalado, as Semanas Nacionais da Ação Católica continuaram a se realizar periodicamente: Belo Horizonte (1947); Porto Alegre (1948), antecedendo o Congresso Eucarístico Nacional; Rio de Janeiro (1950), juntamente com o I Congresso Nacional de Ensino de Religião.

Estas Semanas contavam não apenas com a participação de leigos e assistentes eclesiais, mas também de numerosos bispos e especialistas, que davam suporte aos temas de estudos abordados nessas oportunidades. Para articular toda essa movimentação, foi criado um Secretariado Nacional e fundada a revista do Assistente Eclesial, com a função de veicular informações e subsídios. Em 1950, a Ação Católica Brasileira adotou oficialmente o critério de sua especialização por meio social e a adoção sistemática do método ver-julgar-agir.

Além do Secretariado Nacional, cada movimento especializado foi progressivamente organizando seus secretariados regionais, segundo as macrorregiões do país. A adoção do método ver-julgar-agir levou à descoberta e aprofundamento do Desígnio divino de salvação, interagindo com o movimento bíblico e com a renovação catequética.

O segundo desdobramento axial foi o desafio do desenvolvimento do Brasil rural, enfatizando a distribuição injusta da posse da terra, que forçava os “sem terra” a emigrar para os grandes centros urbanos na busca de novas oportunidades de desenvolvimento humano, contribuindo, porém, para a proliferação e expansão das favelas e mocambos. Essa constatação levou Padre Hélder em nome da Ação Católica Rural e em cooperação com o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura a realizar as “Semanas Rurais”, visando despertar a consciência dos agricultores e pecuaristas para este desafio a ser enfrentado. A primeira dessas semanas foi levada a cabo, em 1950, na diocese de Campanha (sul do estado de Minas) sob a liderança do bispo local, Dom Inocêncio Engelke. Várias outras Semanas Rurais foram realizadas em outras dioceses ao longo da década de 1950.

Os encontros regionais de bispos, bem como de bispos de dioceses, localizadas em bacias hidrográficas, constituem o terceiro desdobramento axial deste período. O programa inicial era ambicioso, mas só foi parcialmente executado: encontro dos prelados da Amazônia; dois encontros dos bispos do Nordeste, e encontro de bispos em todas as bacias hidrográficas, para as quais o Governo tinha programas específicos e significativos de investimentos, notadamente: bacia Amazônica, bacia do São Francisco; bacia do Rio Doce, bacia do Paraíba, bacia do Paraná. No caso das bacias, foram realizados apenas dois desses encontros: Encontro dos Arcebispos, Bispos e Prelados da Amazônia (julho de 1952); Encontro dos Arcebispos e Bispos do Vale do São Francisco (agosto de 1952). Em todos esses casos, o evento era convocado pelo Núncio, Dom Carlos Chiarlo, e a realização era de responsabilidade da Ação Católica Brasileira.

A convocação enviada pelo Núncio aos Bispos, no caso da bacia do São Francisco, é muito elucidativa:

A Ação Católica Brasileira manifesta-me o desejo de ver reunidos todos os Exmos. Prelados do Vale do São Francisco ou regiões situadas no raio de ação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, e isso com dois intuitos principais:

a) exame da colaboração que a Igreja poderá prestar ao Plano de Valorização Econômica elaborado pelo Governo; b) elaboração de um Plano de Valorização Espiritual do Vale do São Francisco, plano que se antecipe ao soerguimento econômico da zona ou ao menos lhe siga de perto os passos. O papel da Ação Católica Brasileira consiste em promover sobre o assunto estudos especializados, com a colaboração de técnicos autênticos, estudos cujos dados principais serão postos, por ocasião do encontro, às ordens dos Excelentíssimos Prelados.

Os Eminentíssimos Cardeais brasileiros vêem (sic) com a maior alegria a Ação Católica Brasileira pôr-se às ordens do Exmo. Episcopado para facilitar estudos como o que ora é sugerido e que se acha em consonância com estudos similares relativos ao Vale do Amazonas, ao Vale do Rio Doce e ao Vale do Paraná.

Após a criação da CNBB, em outubro de 1952, a própria Conferência dos Bispos assumiu diretamente a responsabilidade dessas relações entre Igreja e Estado no Brasil. De outro lado, a Ação Católica Brasileira continuou a prestar a CNBB uma valiosa assessoria, não apenas com respeito a essas relações, mas também no tocante à renovação pastoral. Neste particular, merece destaque a Semana Nacional da Ação Católica Brasileira, realizada em Goiânia (GO) em maio de 1957, que de certo modo preparou o salto qualitativo de renovação pastoral, que a Igreja no Brasil experimentou no começo dos anos 60, às vésperas e início do Concílio Vaticano II.

O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE NO GOVERNO KUBITSCHKE

A despeito dos percalços que marcaram as eleições de 1955 e das ameaças de impedir a posse do Presidente e do Vice-Presidente, eleitos em outubro daquele ano, Juscelino foi empossado como Presidente da República, aos 31 de janeiro de 1956. No dia seguinte à sua posse, criou o Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República e anunciou o Plano de Metas, que nortearia a política de investimentos de seu Governo. Este Plano era o resultado dos trabalhos da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU) e dos estudos do Grupo Misto BNDES – CEPAL. O Plano definia 30 metas nos setores de energia, transportes, alimentos, indústrias básicas e educação de pessoal técnico. As metas, detalhadas em projetos específicos, eram formuladas em termos quantitativos, com as estimativas dos recursos financeiros necessários à sua consecução. Sua execução devia ser acompanhada através de relatórios periódicos, culminando com uma avaliação final. Duas metas não previstas foram acrescentadas posteriormente: a criação e construção de Brasília, a ser inaugurada em 1960, como a nova Capital da República; e, o desenvolvimento do Nordeste.

Em 1955, o Banco do Nordeste do Brasil – BNB apresentara ao Governo Federal uma proposta de pesquisas sobre desafios fundamentais enfrentados por esta macrorregião, para fundamentar a elaboração de projetos e orientar uma articulação entre as diversas entidades governamentais do Governo Federal, atuantes na área.

Respondendo a essa proposta, o Governo Kubitschek, recém-empossado, criou junto ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), confiando ao BNB, a coordenação executiva dos trabalhos deste Grupo.

No período 1954-1955, o agravamento da situação do Nordeste, sobretudo do seu meio rural, começou a aguçar as preocupações do episcopado da macrorregião para problemas críticos que se acumulavam e se arrastavam, estrangulando as condições de vida das populações, particularmente das populações interioranas, que viviam no semiárido, sujeitas ao fenômeno cíclico de estiagens prolongadas.

Essas preocupações decorriam de alguns desdobramentos, tais como: o resultado das semanas rurais realizadas em várias dioceses; os estudos e questionamentos resultantes do Encontro dos Bispos do Vale do São Francisco (1952); a constatação das deficiências de planejamento e da negligência de que haviam sido objeto os projetos de colonização em território nordestino, e o inadequado aproveitamento dos vales úmidos para a produção de alimentos.

Os bispos percebiam a reduzida eficácia da atuação governamental diante da magnitude dos desafios a serem enfrentados e, ao mesmo tempo, dispunham de uma clara consciência dos obstáculos representados pela “indústria da seca”, a quem não interessava uma solução cabal da tragédia vivida pelo povo nordestino, pois uma solução de maior envergadura que viesse a dar resposta adequada aos problemas experimentados por este povo constituía uma ameaça à sua maneira de fazer política e ao seu poder hegemônico nas áreas interioranas. De outro lado, os bispos sentiam-se estimulados e animados com o sucesso de experiências pontuais a exemplo do Serviço de Assistência Rural da arquidiocese de Natal, que começava a se projetar para além das fronteiras do Rio Grande do Norte.

Articulados em torno de Dom Hélder Câmara, Secretário Geral da CNBB, os bispos do Nordeste resolveram tomar a iniciativa de realizar um Encontro de todo o episcopado nordestino na segunda quinzena de maio de 1956 para, assistidos por técnicos qualificados, buscar alternativas viáveis capazes de dar um impulso qualitativo

ao desenvolvimento da macrorregião.

Ainda em fevereiro de 1956, Dom Hélder apresentou a Juscelino o programa do Encontro dos Bispos do Nordeste, a ser realizado de 21 a 26 de maio daquele ano na cidade de Campina Grande (PB). Na mesma oportunidade, convidou-o a participar do evento e solicitou o seu apoio para que o Encontro pudesse contar com o suporte das instituições do Governo Federal, que desenvolviam projetos nesta macrorregião.

A pedido de Dom Hélder, Kubitschek convocou duas reuniões com cinco dos seus Ministros e cerca de 30 diretores de instituições federais relevantes para o desenvolvimento do Nordeste. Na primeira reunião, foram distribuídos questionários solicitando informações específicas a serem fornecidas o mais rapidamente possível. Em uma segunda reunião, foi elaborado um documento base para servir de suporte às discussões. Todos os Ministros e demais participantes destas duas reuniões estiveram presentes no Encontro de Campina Grande e participaram das discussões.

A declaração final estruturou o resultado dos trabalhos em seis tópicos principais: planejamento e investimentos; agricultura, crédito rural e colonização; serviços sociais e educacionais; eletrificação; programa para execução imediata; a Igreja e os problemas do Nordeste.

Em termos de planejamento, foram acentuadas a necessidade e a urgência de um planejamento global e integrado, superando a dispersão de recursos em um número elevado de projetos dispersos, e deficientemente planejados e conduzidos. O documento enfatiza a injustiça social decorrente do contraste entre 800 mil proprietários e três milhões de trabalhadores sem terra em uma região, cuja população rural representa 80% da população total da área.

Os signatários admitem ser difícil no curto prazo aplicar a justiça social nas plantações de cana de açúcar. Sugere-se que os vales úmidos, especialmente aqueles irrigáveis a partir de açude já construídos, fossem assumidos pelo Governo para neles assentar um milhão e meio de trabalhadores dedicados à produção intensiva de alimentos. O documento faz um apelo ao Governo Federal para que este liberte as instituições responsáveis pelos projetos

de colonização das interferências políticas e remova as causas do planejamento mal orientado. Almeja-se que em futuro próximo se possa formular uma política de uso da terra para que esta não seja privilégio de uns poucos, mas passe a ser utilizada e cultivada por muitos. A parte final do documento explicita e esclarece o papel da Igreja neste empreendimento de melhoria do desenvolvimento humano das populações do interior do Nordeste. Juscelino participou do último dia do Encontro e pronunciou a mensagem de encerramento, saudando com entusiasmo esse novo tipo de relação entre Igreja e Estado, em prol de uma nova abordagem para enfrentar o desafio do desenvolvimento do Nordeste brasileiro. Endossou a proposta de um plano global e integrado para o Nordeste, mas acrescentou ser essencial elaborar um plano para o Nordeste e não um plano para encher apenas arquivos de Centros de documentação. Explicitou, assim, a vontade política de que o plano a ser elaborado, fosse efetivamente executado sem solução de continuidade e sem desaceleração. Seis dias depois, o Presidente anunciou em um programa radiofônico que havia acabado de assinar 20 decretos, visando resolver alguns problemas fundamentais da macrorregião.

Mais tarde, em novembro deste mesmo ano, Juscelino aproveitou uma passagem pelo Rio de Janeiro dos bispos do Nordeste, voltando de uma Assembleia Nacional da CNBB, realizada em São Paulo, para se reunir com eles e com todos os Ministros e Diretores de instituições federais participantes do Encontro de Campina Grande, com o objetivo de avaliar o andamento da implantação das decisões então assumidas. A reunião contou com a participação da mídia. O balanço revelou que a maioria dos projetos não tinha avançado satisfatoriamente devido aos entraves burocráticos. Depois de pontuar com notas baixas e insuficientes a execução da maioria dos projetos, Juscelino convocou uma outra reunião desta natureza para janeiro de 1957, ameaçando demitir os responsáveis que não apresentassem até lá um melhor desempenho.

A seca que atingiu o Nordeste em 1958-1959 foi um acontecimento trágico: segundo estimativas da época, cerca de dois milhões de famílias foram privados das condições mínimas de subsistência ao longo desta estiagem prolongada. Os meios de comunicação

social revelaram ao país em som e imagem as agruras desse desastre humano.

A Presidência da República enviou um militar de confiança para efetuar um levantamento real da situação. Seu relatório foi devastador, pois colocava o dedo na chaga da “indústria da seca”, quando concluía: muita gente está enriquecendo numa vergonhosa exploração do homem pelo homem; o que está acontecendo é um deplorável e desenfreado empreendimento comercial, controlado pelos responsáveis das frentes de trabalho, criadas pelo Governo para atender emergencialmente as vítimas da seca, engajadas nessas frentes.

Chocado com o relatório, Kubitschek resolveu apressar uma das resoluções do Encontro de Campina Grande: a elaboração de um plano global e integrado capaz de dar uma resposta no médio e longo prazo à altura dessa calamidade de recorrência cíclica. Solicitou então ao Presidente do BNDES a elaboração deste plano. O Banco confiou a coordenação desta tarefa a um de seus diretores, Celso Furtado: um nordestino, que trabalhara por alguns anos na Comissão Econômica para a América Latina, um órgão das Nações Unidas, com sede em Santiago, no Chile.

Com base no relatório preparado por Celso Furtado, Juscelino enviou, em fevereiro de 1959, ao Congresso Nacional um projeto de lei criando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Ao mesmo tempo, ele instituiu, por decreto, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), com a missão de assistir ao Congresso Nacional na tramitação do projeto de lei, que criava a SUDENE, bem como de divulgar o conteúdo do relatório elaborado sob a coordenação de Celso Furtado. Para efeito de relações públicas, o Governo denominou essas iniciativas de Operação Nordeste – OPENO.

A CNBB foi convidada a indicar um representante seu para integrar o CODENO, mas não aceitou o convite. Ao invés disso, convocou um segundo Encontro dos Bispos do Nordeste, a ser realizado em Natal/RN, nos dias 24 a 29 de maio de 1959. O encontro foi convocado e organizado pela Secretaria Geral da CNBB, e além de Dom Hélder, contou com a participação e presença do Nuncio

Apostólico, Dom Armando Lombardi. O objetivo do encontro era apreciar o relatório de Celso Furtado, que também assegurou sua presença e participação. A abertura se deu com o pronunciamento de Juscelino Kubitschek, que afirmou na oportunidade: “É preciso admitir que esta iniciativa do Governo Federal é devida à inspiração da Igreja e à energética dedicação dos bispos do Nordeste, desde o seu primeiro encontro em Campina Grande. Como poderia o planejamento regional da Operação Nordeste ser executado, não fosse a força moral da Igreja dando suporte ao Governo na tarefa de estimular a cooperação e complementação dos grupos públicos e privados neste empreendimento?” Ao analisar o relatório de Celso Furtado, os bispos enfatizaram a necessidade de atender aos aspectos humanos e sociais do planejamento econômico e, ao mesmo tempo, solicitaram que o processo de planejamento se estendesse também ao nível local.

Naquele momento, o projeto de lei criando a SUDENE estava encontrando sérias dificuldades para sua aprovação final na Câmara dos Deputados, pois alguns dos congressistas temiam que este órgão pudesse vir a contrariar seus interesses políticos na região. As resistências, porém, foram superadas e, no dia seguinte ao encerramento do Encontro dos Bispos em Natal, a Câmara dos Deputados aprovava a criação da SUDENE.

Nesta oportunidade, outros desdobramentos de natureza social e política começaram a conturbar ainda mais o cenário nordestino. O trabalhador rural não tinha sido contemplado na Consolidação das Leis do Trabalho, elaborada pelo regime Vargas. Nas plantações de cana-de-açúcar da Zona da Mata, as relações de trabalho, sobretudo o denominado “cambão”, aproximavam-se sob certos aspectos de um regime escravagista. O absentismo de muitos proprietários era notório.

Em janeiro de 1955, cento e quarenta moradores do Engenho Galileia (um caso típico de absentismo dos proprietários) criaram a Sociedade Agropecuária dos Agricultores de Pernambuco, em conformidade com as normas estabelecidas pela lei. Seu objetivo era a cooperação mútua entre seus membros para o benefício comum e solidário. Os proprietários absenteados deste engenho aceitaram a

princípio a iniciativa. Posteriormente, porém, mudaram de posição e ameaçaram expulsar das terras, em que moravam e trabalhavam, todos os membros da Sociedade. Estes recorreram ao advogado Francisco Julião de Paula, deputado na Assembleia Legislativa de Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro. A defesa que ele apresentou com respeito ao caso do Engenho Galileia obteve uma ampla repercussão, e o estimulou a organizar outras sociedades da mesma natureza, denominando-as de Ligas Camponesas.

A partir do final de 1959, as Ligas Camponesas alcançaram repercussão internacional por dois motivos conjunturais decorrentes do enfrentamento entre Cuba e Estados Unidos. Com o embargo comercial imposto por Washington a Cuba, os importadores americanos tiveram que apelar para outros mercados a fim de assegurarem o fornecimento de açúcar de que seu país necessitava. Devido ao aquecimento das vendas de açúcar para os Estados Unidos, os absenteeístas das plantações de cana da Zona da Mata resolveram retomar e ampliar a produção de açúcar em suas terras, reproduzindo com os seus moradores o enfrentamento já verificado no caso do Engenho Galileia. Esses novos litígios aumentaram o escopo de ação e a força política de Francisco Julião. Além disso, a mídia americana começou a veicular os conflitos sociais ocorridos na Zona da Mata de Pernambuco, especulando sobre uma eventual exportação da revolução cubana para o Nordeste brasileiro, no intuito de conferir maior sensacionalismo às suas reportagens.

LIÇÕES DO SÉCULO XXI

Em seu pronunciamento final, ao encerrar o Encontro dos Bispos do Nordeste em Campina Grande, Juscelino aludia a um novo tipo de relacionamento entre Igreja e Estado no Brasil. Lançando um olhar retrospectivo sobre as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro, podemos constatar que, ao longo desses quinhentos anos, a Igreja marcou sempre uma presença atuante em toda a formação e desenvolvimento da nação brasileira. O modelo de relacionamento evoluiu, porém variou ao longo da História: a) religião oficial nos quase quatrocentos anos da Colônia e do Império; b) respeito e apreço mútuo e eventual apoio em circunstâncias peculiares no

período da Velha República até 1930; c) neutralidade política e cooperação em questões atinentes à fé e à moral na era Vargas de 1930 a 1945; d) parceiros para o desenvolvimento de 1946 a 1964; e) voz e defesa dos excluídos e dos privados de seus direitos humanos de 1964 a 1975; f) parceiros para o desenvolvimento de 1976.

A declaração resultante do Encontro dos Bispos do Nordeste em Campina Grande (1956) procurou fundamentar e justificar mais amplamente, com base em documentos pontifícios de Leão XIII a Pio XII, a missão da Igreja de cuidar da salvação e do bem-estar do homem todo e de todos os homens. Hoje, após os documentos do Vaticano II, especialmente a *Gaudium et Spes*, bem como da encíclica “*Populorum Progressio*” de Paulo VI, da exortação pós-sinodal “*Evangelii Nuntiandi*” deste mesmo Papa, e da encíclica *Redemptoris Missio* de João Paulo II, este posicionamento do episcopado nordestino de 1956 está sobejamente demonstrado.

De maneira emblemática, a exortação pós-sinodal de Paulo VI foi publicada no final do Ano Santo de 1975; no décimo aniversário de encerramento do Concílio Vaticano II; um ano depois do encerramento da III Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, que teve o tema da evangelização como foco de seus trabalhos. Nesse texto, Paulo VI promove uma ligação direta entre a missão evangelizadora da Igreja e o desvelo desta mesma Igreja pela justiça social, pelos direitos humanos e pela paz. Por isso, afirma este Papa que a evangelização proclama o advento do Reino de Deus como uma forma de libertação do pecado e do maligno, mas também de todas as formas de opressão econômica, social e política.

No Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Natal em maio de 1959, os bispos, ao discutirem o relatório de Celso Furtado, posicionaram-se com firmeza em dois pontos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento econômico deveria ser acompanhado *pari passu* pelo desenvolvimento social, visto que a pessoa humana e o seu mais pleno desenvolvimento deveriam ser o objetivo principal do progresso econômico. Nas discussões havidas previamente a este posicionamento, estava subentendido que este desenvolvimento humano da população interiorana deveria, na medida do possível, ser alcançado, criando condições para que ele se efetivasse no seu

habitat natural, no interior do Nordeste, evitando intensos e longos deslocamentos desta população. Em segundo lugar, os bispos enfatizaram que o planejamento não deveria se limitar ao nível macrorregional, mas descer também até o nível local.

Estes dois posicionamentos precisam ser analisados e interpretados dentro do novo contexto da primeira década do século vinte e um. Sua análise e interpretação nesse início de século precisariam considerar ao menos sete aspectos.

Em primeiro lugar, a intensa irradiação solar, que atinge essa região próxima do Equador, em vez de desvantagem, deve ser encarada como um recurso inestimável, que precisa ser adequadamente aproveitado em todas as atividades voltadas para o desenvolvimento dos seres vivos, desde as plantas terrestres ou aquáticas (rio, lago, mar), que fornecem alimento, medicina e outros produtos de utilidade humana e animal, até o desenvolvimento de um novo estilo de vida e de uma nova civilização, inclusive na consecução do bem-estar e nas atividades de lazer.

Em segundo lugar, essa intensa radiação solar precisa de recursos hídricos. Segundo as estimativas, esses recursos não são tão escassos no conjunto da macrorregião. No entanto, são inadequadamente distribuídos, ineficientemente utilizados e ineficazmente administrados. É indispensável rever o aproveitamento das bacias hidrográficas, dos lençóis freáticos e de águas subterrâneas e montar todo um sistema para sua mais equitativa distribuição. Será necessário importar água de outras macrorregiões? Faz-se mister prová-lo, antes de partir para projetos de grande envergadura e elevados custos.

Em terceiro lugar, é preciso investir maciçamente na formação e aperfeiçoamento básico, térmico e civilizatório do ser humano. No longo prazo, trata-se de criar um outro estilo de civilização. Constitui um alto risco importar modelos aparentemente bem-sucedidos de regiões de clima temperado, sem avaliá-lo cuidadosamente. No caso do Sul e do Sudeste brasileiros, esses modelos aplicados sem uma avaliação mais criteriosa resultaram na quase destruição da Mata Atlântica, de modo que o Brasil oriental dificilmente voltará a ser “um gigante deitado eternamente em berço esplêndido”. Esta

nova civilização não deve ser criada somente por uma elite que em seguida a impõe ao povo. Ela deve ser criada progressiva e democraticamente: “com o povo, pelo povo e para o povo”. Neste particular, será necessário um programa educativo de grande envergadura utilizando todos os recursos que as novas tecnologias hoje proporcionam. Nesta área, vale a pena investir pesadamente em termos de recursos financeiros, logísticos e humanos.

Em quarto lugar, é preciso levar em conta a dimensão ambiental ou ecológica neste processo de criação de um novo marco civilizatório. O esforço empreendido pelo Brasil, desde a terceira década do século vinte, em desenvolver suas grandes bacias hidrográficas foi, de certo modo, uma intuição neste sentido. Mas a dimensão ecológica tornou-se o critério fundamental do desenvolvimento brasileiro a partir de 1992, quando o Rio de Janeiro acolheu e hospedou a sede da Cúpula Mundial, que formulou a Carta da Terra. É indispensável alargar e aprofundar o conhecimento dos diversos biomas existentes no Nordeste, para a localização de intervenções e investimentos voltados para o desenvolvimento do novo marco civilizatório.

Em quinto lugar, como decorrência da forte irradiação solar, o Nordeste tem uma segura vocação para um colossal programa de produção energética com base na biomassa e em oleaginosas com baixo custo de produção, para complementar, e até mesmo liderar fontes energéticas mais convencionais como a hidrelétrica, ou especiais como a eólica e futuramente a fotovoltaica.

Em sexto lugar, vale a pena avaliar ponderadamente todo o processo de planejamento. Há necessidade de uma Agência de Desenvolvimento em nível macrorregional. No presente sistema político brasileiro, esta Agência precisa estar diretamente vinculada à Presidência da República, dado o seu caráter eminentemente multissetorial e multidisciplinar. É indispensável, outrossim, que esse planejamento desça ao nível mesorregional. Nem sempre será adequado seguir à risca as atuais mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seria mais conveniente para esse planejamento adotar, na medida do possível, o critério de bioma para levar à frente o processo de planejamento a esse nível. Visando

dar maior consistência e operacionalidade ao planejamento em nível de mesorregião, seria de bom alvitre organizar em consórcio os municípios de cada uma dessas circunscrições geográficas, a fim de que esses municípios sejam complementares no fornecimento dos serviços, de que suas respectivas populações necessitam.

Em sétimo lugar, é preciso fomentar a organização da sociedade civil, não na base de ideologias ou de programas partidários, mas em torno de projetos estruturantes para o município, para a mesorregião, para a Unidade da Federação e para a macrorregião. Hoje alguns segmentos importantes da sociedade brasileira estão adequadamente organizados e atuam corporativamente junto ao Governo, ao Congresso Nacional, às Câmaras Legislativas, e aos Partidos Políticos. Exemplos dessas entidades corporativamente organizadas são: instituições financeiras, empresariado e trabalhadores do setor formal da economia. A sociedade civil no seu conjunto está desarticulada e com quase nenhuma força para atuar junto às instâncias, que decidem. Esta articulação em torno de projetos estruturantes, nos diferentes níveis recém-mencionados, pode ser um primeiro passo para que o conjunto da sociedade passe a participar mais efetivamente do processo decisório nos diferentes níveis: do município à União Federativa.

EPÍLOGO

Dentro deste leque de alternativas e oportunidades, o episcopado nordestino poderá traçar seus programas de atuação, levando em conta os dois eixos fundamentais explicitados e enfatizados pelo encontro realizado em Campina Grande, em maio de 1956: contribuir para superar a exclusão e as injustiças sociais e econômicas, promover os direitos humanos e a cidadania, construir a paz; promover uma evangelização e educação da fé mais adulta, fundamentada no conteúdo do Concílio Vaticano II, centrada no Desígnio divino de salvação, bem como no mistério de Cristo e da Igreja, e dedicada à dignidade da pessoa humana, bem como à fraternidade, à solidariedade e ao serviço à sociedade.

NORDESTE: DOS ANOS 50 ÀS QUESTÕES ATUAIS

José Otamar de Carvalho

INICIAMOS ESTE ARTIGO COM UMA REFLEXÃO DE DOM HÉLDER CÂMARA:

É bom que ninguém se iluda, ninguém aja de maneira ingênua, quem suscita a vontade de Deus e faz a sua opção interior e arranca-se de si e parte para lutar pacificamente por um mundo mais justo e mais humano, não pense que vai encontrar um mundo fácil; pétalas de rosas embaixo dos pés, multidões à escuta, aplausos por toda parte e permanentemente como proteção decisiva a mão de Deus. Quem se arranca de si e parte como peregrino da justiça e da paz, prepare-se para enfrentar exércitos.

São três os tópicos que desenvolveremos: a economia do Nordeste nos anos cinquenta; a economia do Nordeste nos anos pós 60; e questões relevantes que podem ser retomadas.

Eu não fiz uma periodização, como existem algumas feitas, em relação à formação econômica do Nordeste, qual o desenvolvimento do Nordeste de 1950 para cá. Preferi ficar com a divisão que os organizadores do seminário fizeram sobre o que aconteceu de 1950

para cá. Nesse primeiro tópico: “A economia do Nordeste nos anos 50”, vou tocar nos aspectos seguintes: a estrutura setorial e a participação do Nordeste na economia nacional, a integração econômica, o problema do Nordeste, aparelho de estado frágil, mudanças vislumbradas e seus significados e, por fim, em referência a esse primeiro tópico, a criação da SUDENE.

O tópico 2, “A economia do Nordeste nos anos pós 60”, faremos uma referência, em primeiro lugar, a três abordagens explicativas sobre o desenvolvimento do Nordeste e sobre o que mudou na economia do Nordeste de 1950 em diante. O que mudou e também o que piorou nesse mesmo período. Vamos tocar num ponto que, muito embora não tenha diretamente a ver com o tema principal, é fundamental para que se saiba da importância do tratamento da questão que permeia todos esses problemas que são tratados quando se cuida do desenvolvimento, que é a questão do meio ambiente, para conversar um pouco sobre a questão da degradação ambiental, em geral, e a degradação ambiental que culmina com o processo de desertificação. No tópico 3, vamos tratar em particular de algumas reflexões sobre a possibilidade de discutir o futuro do Nordeste em função do seu peso econômico ou do seu escasso ou reduzido peso econômico. É um tópico que visa à economia nacional.

O segundo ponto “Base para novas soluções” e, finalmente, o terceiro ponto, que é a menção e referência a um conceito importante em se tratando do plano de estratégia e desenvolvimento do semiárido, que é o conceito sustentabilidade compartilhada. Vamos, então, ao primeiro tópico.

Até os anos cinquenta, tínhamos um Nordeste com uma economia baseada, em grande medida, na agricultura, que respondia por cerca de 39% a 42% da rede interna, a indústria por 12% a 14% , e a piscicultura por 44% a 48%, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para ao período de 1937 a 1965. E, também, segundo dados sobre as contas regionais fornecidos pela antiga SUDENE, e dados que passaram a ser produzidos pelo IBGE, depois da extinção da SUDENE. Ou seja, considerando uma base de informações e uma produção de informações por três instituições diferentes, os números não podem ser totalmente corretos, ou tomados como

absolutamente corretos. Há erros e desvios entre as participações que são apresentadas ou que apresentamos, mas procuram uma aproximação mais fiel.

Nessa época, a indústria do Nordeste estava reduzida à agroindústria e à indústria produtora de alimentos. A questão da integração econômica é para pôr em destaque o que é crucial, quando se discute numa situação como a do Nordeste, do ponto de vista do Brasil. Ou seja, não dá para pensar o que o Nordeste tem ou pode ter no futuro mais ou menos promissor se não se tem uma ideia precisa a respeito das possibilidades da região ou de sua economia. Essas possibilidades estão expressas por sua participação na renda nacional ou no produto nacional.

O que aconteceu até os anos cinquenta foi que a economia do Nordeste era uma economia pouco ou quase nada integrada às outras regiões. Dos anos quarenta aos anos cinquenta, à medida em que a indústria em São Paulo, principalmente a de bens duráveis, começou a se estabilizar, começou a ocorrer um processo de integração do Nordeste ao Sul, comandado pelo centro hegemônico da economia brasileira que era e é São Paulo, fazendo com que o Nordeste se articulasse com essa economia do centro-sul de forma mais precisa.

Até 1950, o Nordeste era caracterizado pela riqueza relativa da economia litorânea, do açúcar e do cacau e pela pobreza do semiárido. O agreste ficava imprensado aí no meio dessas duas microrregiões. O meio-norte não existia, não no sentido de ser considerado como parte do Nordeste. Estamos dizendo aí da região dos bois gordos e pachorrentos, como disse Gilberto Freyre em “Nordeste”. Ele deu conta de mostrar do ponto de vista sociológico, antropológico e cultural do Nordeste no grande clássico de 1937, “Nordeste”.

Sobre a região do semiárido, do homem nordestino dessa região menos conhecida, temos a contribuição competente de Djacir Menezes, professor de economia e política. O professor Djacir escreveu “O outro do Nordeste” (1937), para tratar do Nordeste semiárido. No livro “Nordeste”, de Gilberto Freyre, ele diz “eu estou cuidando desse Nordeste dos bois pachorrentos, do Nordeste em que as pessoas são gordas e que a cultura faz mal a essas pessoas”.

Do outro Nordeste, o Nordeste da fome, cuida o doutor, o professor Djacir Menezes.

O fundador do pensamento econômico brasileiro, um dos pensadores mais importantes para nós, o Dr. Celso Furtado, tratou dessas questões de uma forma mais abrangente, numa perspectiva de desenvolvimento, numa perspectiva econômica, em seu livro “Formação Econômica do Brasil” (1959), 40 anos depois de “Nordeste” e de “O outro Nordeste”. Dois senhores importantes, o professor Wilson Cano, de São Paulo, e o mestre Francisco de Oliveira, produziram duas análises fundamentais para a compreensão do que aconteceu e do que está acontecendo no Nordeste. Wilson Cano analisou as “Raízes da concentração industrial em São Paulo” e Chico de Oliveira a concentração no Nordeste, em “Elegia para uma re(li)gião” (1977).

Esses dois livros continuam contribuindo para se entender o que aconteceu com o Nordeste nos anos passados, suas perspectivas e possibilidades de desenvolvimento. Obviamente que de 1937 para 1977 houve uma produção importantíssima de estudos sobre a região, sendo fundamental a contribuição do Dr. Celso Furtado com obras, seminários como o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1957, que apesar de não ter o seu nome, é de sua autoria. Na realidade, Dr. Celso não pôs o nome no GTDN, que foi uma ficção. Foi uma ficção no sentido de que se o produto do trabalho do chamado Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste aparecesse como sendo o produto de uma pessoa como Celso Furtado, as dificuldades para que o projeto pensado pudesse ser aprovado seriam muito maiores e, por conta disso, virou a ideia de que o relatório GTDN era o relatório de um grupo.

O GTDN era um grupo, mas sempre funcionou de forma muito deficiente, de forma muito difícil. Na realidade, quem fez o trabalho foi basicamente o Dr. Celso. Esse período da história foi marcado pelo domínio da oligarquia açucareira e da agrária e mercantil do algodão e da pecuária. Na realidade, estas instituições foram a antiga Inspetoria de Obras Contra a Seca – IOCS (1909), depois transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS (1919), e transformada em Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

– DNOCS (1945), frequentemente apontado como responsável pela legitimação da chamada “indústria das secas”, segundo o conceito emitido pelo jornalista Antonio Calado, um dos jornalistas do Correio da Manhã. Jornal de grande importância na história do país, de 1901 a 1974, quando foi extinto pelo governo militar. Antonio Calado ajudou extraordinariamente Celso Furtado na divulgação do projeto da SUDENE, começando com o CODENE (1956). Além dessas instituições, teve a Comissão do Vale do São Francisco, criada para resolver os problemas basicamente de infraestrutura do vale. A Chesf, criada para resolver o problema de energia, porque a situação de energia do Nordeste era catastrófica, era tudo na base de energia térmica. A hidrelétrica de Paulo Afonso veio criar as possibilidades para se começar a pensar em um Ministério Nacional. Essas mudanças foram ampliadas com a criação, em 1952, do Banco do Nordeste, que foi um dos resultados das mudanças havidas nesse período.

O pensamento de Celso Furtado influenciou fortemente os estudos socioeconômicos sobre a região. A partir da influência, os problemas deixaram de ser considerados como algo inerente ao contexto da luta contra a seca e passaram a ser examinados no contexto do desenvolvimento, na perspectiva positiva do desenvolvimento, como diz Celso Furtado.

Nesse sentido, a solução desses problemas foi concebida seguindo estratégias desse tipo de desenvolvimento, definindo-se ações programáticas setoriais, executadas de acordo com as particularidades espaciais. Aqui é para colocar em destaque o seguinte: o importante da estratégia da SUDENE, ou da estratégia do GTDN, as propostas do desenvolvimento do GTDN e da própria SUDENE, é que, as ações foram concebidas como ações programáticas, definidas em função de setores, os quais deveriam ser tratados segundo a perspectiva espacial.

De sorte que a estratégia da SUDENE foi concebida para orientar investimentos em espaços como a Zona da Mata, o Semiárido, e também em espaços de áreas urbanas. Havia uma preocupação muito grande em articular setores de desenvolvimento econômico com espaços. A SUDENE é, pois, o resultado das forças sociais

organizadas nos anos cinquenta. Essa criação se faz, em grande medida a alguns aspectos que estão relacionados ao conceito “forças populares” de Chico Oliveira, em “Elegia para uma re(li)gião”. Segundo esse Sociólogo, as “forças populares” eram constituídas pelos camponeses, pequenos sitiantes, meeiros arrendatários, enfim, pelos que constituíam as Ligas Camponesas. Movimento social que teve grande força após a criação da SUDENE e que também estava representado em sindicatos de várias filiações partidárias e orientação ideológica, inclusive da igreja católica. A importância da força da igreja é mencionada por Chico de Oliveira, ao analisar o I Encontro dos Bispos, realizado em Campina Grande, em 1956.

Os anos cinquenta foram dos mais ricos no tocante aos movimentos sociais e articulações de forças sociais em prol do desenvolvimento do Nordeste, com eventos como o I Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, em 1956; a criação do GTDN, em 1956; e a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENE), em 1958.

A seca de 1958 foi uma realidade deflagradora, mas fundamental para os desdobramentos que se seguem para o desenvolvimento do Nordeste, porque atçou as forças sociais, mais preocupadas com a questão do abastecimento de alimentos das cidades, cuja solução passava necessariamente pelo atendimento de reivindicações dos pequenos agricultores.

O 2º Encontro dos Bispos do Nordeste, em Natal, em maio de 1959, e a criação da SUDENE, portanto, são acontecimentos que são frutos desse contexto de lutas pela solução de problemas da região. Em dezembro de 1959, Chico de Oliveira criticou veementemente o que entendeu como descaracterização do projeto político inicial da SUDENE, nós não vamos reproduzir essa crítica, vamos apenas ler o que está resumido aqui.

Em dezembro de 1959, foi criada a SUDENE, como resultado da exacerbação do desequilíbrio regional entre o Nordeste e o centro-sul, como afirmou de certo modo Chico Oliveira, seguindo a perspectiva da crítica ambiental, na perspectiva crítica, porque, na realidade, começava um processo de integração da economia, consolidava-se o processo de integração da economia do Nordeste à

economia do centro-sul, mas que era, na leitura crítica dele, uma integração que iria, como em outros momentos da integração econômica, acabar com certas possibilidades existentes.

A economia dos anos posteriores a 1959, quer dizer, o que resultou do projeto da SUDENE, o que de negativo aconteceu naquele período é o que, de forma esquemática, estamos chamando de três abordagens importantes sobre a questão.

A primeira, por Leonardo Guimarães Neto; a segunda por Tânia Bacelar; e a terceira por Gustavo Magalhães e José Raimundo. A abordagem de Leonardo Guimarães trata, na mesma linha do que Wilson Campos fez em a “Raiz da Concentração Industrial em São Paulo”, do processo de integração econômica da economia nacional e suas implicações para o Nordeste. Leonardo diz que, até 1950, houve uma articulação comercial. O desenvolvimento se deu primeiro pela entrada do capital mercantil e, depois, num segundo momento, uma integração produtiva e a articulação comercial que resultaram no que Wilson Campos, Chico de Oliveira, Leonardo Guimarães e Tânia Bacelar entendem como sendo a passagem da integração, (pela via da integração econômica da economia do Nordeste), do centro-sul e do país pela via da circulação de capital, pela via da integração produtiva. Leonardo Guimarães discute essa passagem da fase de articulação comercial para a fase de integração produtiva e examina os aspectos associados à grande heterogeneidade da economia regional do Nordeste.

Tânia Bacelar parte da compreensão de Campos e Oliveira e, num artigo muito importante produzido nos primeiros anos de 1990, trata da herança dessa economia regional numa perspectiva de futuro, e um futuro de fragmentação da economia do Nordeste. Bacelar mostra que o desenvolvimento da economia do Nordeste exposto por Ovidio Prado nos anos 60, e, principalmente, nos anos 70 e 80, é uma herança recente. Discute o que Leonardo Guimarães iniciara: a mudança do perfil produtivo de uma economia das áreas atrasadas, que continuaram sem se submeter à modernização. Dedicou atenção especial às novas articulações econômicas regionais e sub-regionais, discutindo a lógica dos movimentos de mercadorias e de capitais, coisas que também já tinham sido tratadas no

trabalho de Leonardo Guimarães. Apresenta uma reflexão, e isso é uma das coisas mais complicadas sobre as tendências atuais da economia do Nordeste, sobre os primeiros impactos da opção brasileira por sua inserção passiva no mercado mundial da globalização, e conclui levantando a hipótese do aprofundamento das diferenças e desigualdades internas. Nesse sentido, ela segue Celso Pacheco, professor da Unicamp, para daí derivar a questão que dá título ao seu artigo “Nadando rumo à economia do Nordeste”, de que o futuro é de fragmentação.

O terceiro marco dos estudos sobre o desenvolvimento nordestino, a ser considerado, é o trabalho de Gustavo Gomes. Esse autor trata de uma forma por demais detalhada da questão da macroeconomia do Nordeste, para mostrar ao final que o desenvolvimento do Nordeste não advirá de imagens, mas de trabalho intenso, investimentos permanentes, taxas elevadas de crescimento para que possa haver distribuição sustentável dos fluxos do progresso. Para esse autor, o desenvolvimento não será sustentado se for baseado em políticas sociais. É preciso dar atenção a essa questão.

O que muda na economia do Nordeste de 1950 em diante? Mudou a estrutura setorial da economia. De forma que os percentuais foram alterados: a agricultura baixa de cerca de 40% para 10%, a indústria passa de cerca de 14% para 30% e os serviços passam de 30% para 60%, do total da economia regional. Houve um crescimento econômico considerável; houve uma melhoria nos serviços como saúde e alimentação, com um número maior de beneficiados atendidos. Isso é fácil de se constatar nas cidades do interior. As políticas sociais também foram ampliadas por conta da extensão da previdência social aos trabalhadores rurais e mudou muita coisa. Hoje ao se chegar em qualquer fazenda, o que se vê é um quadro totalmente diferente. Aquilo não é uma fazenda, mas uma vila ou um conjunto de vilas, ou um distrito de um município, onde tem luz, televisão, telefone, uma série de serviços que não havia e não se pensava possível nos anos cinquenta. Isso porque houve a partir dos anos cinquenta um processo de industrialização de peso que, em relação à integração da economia do Sul, teve que ser um processo que seguisse as orientações e as demandas do mercado que

comandava as atividades, ou seja, não dava para o Nordeste fazer aquilo que o GTDN estava pensando em suas diretrizes, que era instalar um processo de industrialização autossustentada e independente na região Nordeste.

Na realidade, a indústria se desenvolveu de forma dependente, complementar. Vejamos um elemento relacionado ao PIB. O PIB do Nordeste continua desde 1937, quando se tem a primeira estatística a respeito de contas regionais do país, variando ano a ano, por este período de 10 a 12%. Algumas contas feitas pela SUDENE mostraram em alguns anos 16% e 17%, mas são questões relacionadas à base de dados, e nós não vamos discutir isso. O importante é que o Nordeste não aumentou muito seu patamar ou seu perfil econômico, seu peso econômico em relação ao Brasil. Fundamental, também, foi que a indústria siderúrgica, de metal-mecânica, teve experimentos e empreendimentos implantados no Nordeste e não deu certo, porque não foi montada a base necessária. Esse é um dos problemas mais sérios da indústria no Nordeste.

Passados cinquenta anos, desde o I Encontro dos Bispos do Nordeste, a situação nessa região, com exceção do Estado do Maranhão, é de grande preocupação quanto à utilização dos recursos naturais. Existem áreas afetadas por grave processo de desertificação estimada em cerca de 8,1% do território desses 8 estados; em situação grave: 6,7%; e, em situação moderada, 32%. Ou seja, 51% do território da região Nordeste encontra-se em processo de desertificação. E isso é muito sério no semiárido e é muito sério nas outras áreas da Zona da Mata e do Nordeste.

É possível pensar numa maior integração da economia do Nordeste à economia do Centro-Sul, particularmente com a economia paulista, se considerarmos as riquezas do Nordeste no tocante aos seus recursos naturais. O nordestino e a região Nordeste têm relevantes recursos naturais e humanos a serem desenvolvidos e transformados em riquezas. Nesse sentido, é preciso considerar que para aumentar a contribuição dessa região na economia nacional, tem que lhe dar prioridade e apoio como, por exemplo, fez JK quando aceitou o projeto da SUDENE, apresentado por Furtado.

E, por último, é preciso pensar o conceito de sustentabilidade.

Esse conceito está relacionado com as possibilidades que hoje existem no Nordeste. Ressaltando que o Nordeste não está em situação mais difícil devido aos recursos que estão sendo aplicados na região e que foram viabilizados a partir da extensão da Previdência Social. Sem a manutenção dessa política de transferência de recursos, a situação do semiárido do Nordeste, em particular, seria extraordinariamente mais difícil e certamente implicaria em tensões e incursões sociais de consequências imprevisíveis. Agora, o que não dá para pensar é que com essa política da previdência social, mantenha-se ou impulsione-se o desenvolvimento do Nordeste. Isso é para resolver o problema do parceiro durante certo tempo, mas isso não tem sustentabilidade.

O NORDESTE ATUAL: CONSIDERAÇÕES DA CNI

Manuel Marcos Maciel Formiga

EU QUERIA DIZER QUE TENHO ORGULHO DE SER NORDESTINO E SOU paraibano do Vale do Rio do Peixe. E é nessa condição que participo com muito orgulho dessa mesa, que discute as mudanças ocorridas no ambiente empresarial a partir da reunião de Campina Grande. Eu preparei um roteiro e detalhei os obstáculos bem antecédidos aqui por nosso colega Otamar.

A primeira transparência fala um pouco do que colocam as manchetes, o que era o Nordeste antes da reunião dos bispos: uma região que certamente não tinha a concepção geográfica dada por Celso Furtado, o primeiro superintendente da SUDENE, pois havia vários Nordeste, inclusive com interpretação equivocada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que colocava Sergipe e Bahia na região Leste. Uma divisão fisiográfica que não atendia sequer as características ecológicas desta região. Segundo o professor Celso Furtado, o Nordeste é o conjunto de vários Nordestes, mas ele tem unidade política.

É bom que tenhamos diferentes Nordeste. Essa diferenciação é absolutamente essencial para que esse tipo de solidariedade regional se fortaleça. Há diferenças sim, mas o que não pode continuar a acontecer são as desigualdades. Os desequilíbrios regionais são perdoados. O país que tem a riqueza e a potencialidade do Brasil e tem regiões definidas como o Nordeste ainda é uma situação

absolutamente injustificável. Portanto, nós, cidadãos nordestinos, somos todos corresponsáveis por essa situação de pouco desenvolvimento para a sua população. A qualidade de vida do nordestino é muito baixa, e, essa responsabilidade, o Brasil e os brasileiros têm com a região. Logo, essa concepção de Nordeste foi muito importante, principalmente com a criação da SUDENE e do famoso pacto dos governadores.

A iniciativa do paraibano Celso Furtado causou muito orgulho a segmentos das elites letradas e também de elites políticas dessa região: o governador Virgílio Távora, do Ceará; Aloísio Alves, do Rio Grande do Norte; Pedro Gondim, da Paraíba; Cícero Sampaio, de Pernambuco; Darci Magalhães, da Bahia; Magalhães Pinto, de Minas Gerais (já que na concepção de Celso, ao Nordeste da SUDENE, o norte mineiro passou a ser parte desta região). Esses gestores do poder executivo estadual pactuaram o apoio ao Conselho Deliberativo da SUDENE, órgão que definia a política de financiamento para o desenvolvimento do Nordeste.

A criação da SUDENE foi muito importante para a diminuição das desigualdades regionais. E a SUDENE, como diz Otamar de Carvalho, teve nesse período seu auge com a participação de Furtado no governo federal, no período de 1959 a 1964. Momento em que o país passou por três Presidentes da República: JK quem criou a SUDENE, Jânio que ficou pouco tempo na Presidência e Goulart que, além da SUDENE, confiou a Furtado também o Ministério do Planejamento.

Aí começa o início da mudança. Foi muito importante a histórica reunião dos bispos porque, na primeira metade do século, o Nordeste era visto, equivocadamente, do ponto de vista centralizado da seca, a famosa solução hidráulica, a visão dos engenheiros, principalmente, dos advogados que tentaram resolver o problema da região pela via de investimentos de infraestrutura hidráulica, foi um grande equívoco que em nada resultou.

O Brasil clamava por uma organização planejada e, a partir do governo de Getúlio Vargas, teve início o planejamento proposto por Rômulo de Almeida. Este foi um ilustre baiano a quem se deve fazer justiça. Foi quem pela primeira vez abriu os olhos do presidente

Getúlio Vargas de que era necessário se organizar minimamente o planejamento do país. Nesse ponto, ressalto a saída dos advogados, como principais assessores da República, e a chegada dos economistas para o bem ou para o mal. E eles estão lá desde Getúlio como os principais assessores, consultores e conselheiros do Presidente da República. Foi esse conselheiro de notável saber, o nordestino Rômulo de Almeida, que, a partir do relatório da seca de 1951, convenceu o Presidente Vargas de tentar organizar minimamente um planejamento regional. É quando se cria, em 1952, o Banco do Nordeste. Rômulo, a partir do relatório da seca de 1951 a 1953, propõe a criação de um banco que fosse misto, comercial e de desenvolvimento para a região.

Em 1954, foi criado o Escritório Técnico, que é a primeira unidade de planejamento e reflexão para a região. Algo muito importante nesses primórdios do planejamento no país. A parte do banco propriamente dita, a do crédito ficou a desejar. Foi preciso criar um departamento de crédito extraordinário, chamado CAIM, porque existiam os recursos e não havia demanda, porque não havia a economia por empréstimos, então foi necessário que o próprio banco estimulasse e criasse uma demanda, quase artificial, para os recursos disponíveis. Nessa mesma época, no ano de 1956, ocorre o movimento dos bispos na sociedade civil, fora do governo, pressionando e mostrando a necessidade da região pensar soluções novas e repensar o Nordeste, colocando em questão a cartilha equivocada da solução hidráulica dos cinquenta primeiros anos do século vinte.

A partir de então foi realizado o estudo sobre a região Nordeste, por consultor da ONU da época, Stefan Robock, que faz duas observações sobre a região que eu queria citar: primeiro, em seu livro “Desenvolvimento Econômico e Regional”, a cautela dos bispos, observada pelo consultor da ONU, quando aqui estive, e notou que a participação foi muito importante, mas foi muito cautelosa. Havia um certo temor por parte do bispado de valorizar a pesquisa e o planejamento, essa é a observação de Robock. Segundo esse autor, o grupo de trabalho GTDN foi retardado por essa preocupação, ou seja, um cuidado por parte do bispado nordestino que retardou a criação do GTDN, logo depois da reunião, em maio para o final de

dezembro. Robock considera que a reunião de Natal, em 1959, teria sido mais importante do que a de Campina Grande porque teria resultado em mais medidas concretas a serem implementadas:

[...] a segunda reunião resultou em trinta decretos presidenciais para outros sete projetos de ação. O êxito dessa iniciativa dos bispos ainda não foi determinado, mas o efeito educativo da participação de um grupo de grande poder de liderança resultou em decisivo apoio em várias atividades, tais como a SUDENE. (ROBOCK, 1964, p.12).

A importância do encontro para a região é inquestionável. JK ouvindo os bispos e os outros clamores da sociedade organiza finalmente um escritório no Palácio do Catete, e chama Celso Furtado para coordenar esse trabalho. Aí vem o GTDN, o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENE), e, em 1959, foi criada a SUDENE, com o esforço pessoal do seu primeiro superintendente em inserir a região no primeiro plano diretor do desenvolvimento do Nordeste para 1960. Esta proposta não conseguiu apoio porque o Congresso reagia muito, uma vez que as lideranças conservadoras, ligadas à estrutura agrária atrasada e latifundiária do Nordeste, eram contrárias à proposta. O congresso embargou o processo de implementação da SUDENE. Essa discussão durou quase dois anos. Só no final de 1961, foi aprovado esse primeiro plano diretor, já com uma nova denominação: “Plano Quinquenal de Desenvolvimento para o Nordeste 1961-1965”.

Sendo assim, surge o incentivo declarado à industrialização. Esta foi de fato a repetição do modelo de substituição de cotas no Brasil, que já vinha dando certo, repetida e fincada no Nordeste, e isso também aconteceu. Se analisarmos as estatísticas citadas, veremos que o nordestino tinha uma estrutura predominantemente agrícola, e hoje, cinquenta anos depois, essa característica se inverteu. A participação da agricultura naqueles anos, hoje é da indústria e o que era da indústria é da agricultura, houve exatamente a inversão.

Não houve mudança na estrutura econômica, mas a participação econômica dos setores inverteu. O êxito da SUDENE tem muito a ver com esse processo de substituição de importações, feito através da engenhosa política de incentivos fiscais: o 34/18, o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), e o FNE. O balanço que se faz, portanto, da SUDENE, 45 anos depois, em parte, foi muito positivo. O afastamento de Celso Furtado da direção da SUDENE fez com que o processo de industrialização continuasse, mas sem ritmo, sem a liderança, sem a clarividência verificada no início dos anos sessenta. O país entra no período autoritário e o Nordeste paga um alto preço. Em 1967, o presidente Costa e Silva nomeou Delfim Neto, que foi um grande inimigo dos incentivos fiscais para o Nordeste.

Delfim Neto modificou completamente a orientação política econômica anterior, e o Nordeste voltou ao processo de lenta industrialização, ou seja, sem o ritmo acelerado do início dos anos sessenta. Isso só muda um pouco na Constituição de 1988. Ou seja, as décadas de 1970 e 1980 foram perversas para o Nordeste. Ocorre uma certa recuperação dessa região com as inferências da política da Constituição resultando numa melhor relação comparativa ao desenvolvimento do país. Há de se convir que as décadas de 1980 e 1990 são consideradas décadas perdidas.

O país cresceu numa média de 50% da média de desenvolvimento mundial, contando com o rumo desses vinte anos (1980-2000), ou seja, os demais países em média cresceram 5% e o Brasil cresceu apenas 2,5%. Todavia, o Nordeste, apesar dos pesares, conseguiu obter nos anos noventa uma média brasileira a ser considerada, mostrando a viabilidade da região e a forma como os nordestinos, devidamente instigados, respondem com dinamismo e com criatividade o desafio do desenvolvimento.

É interessante destacar aqui uma proposta do respeitado economista pernambucano Roberto Cavalcanti de Albuquerque, professor na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no livro “A promoção do desenvolvimento”, propõe um plano de desenvolvimento integrado da região. Um estudo que apresenta uma visão recente e aprofundada sobre o desenvolvimento regional numa

reflexão propositiva, mostrando que o Nordeste tem saída.

Roberto Cavalcanti de Albuquerque chama atenção para o aspecto de que o custo Nordeste é mais alto do que o custo brasileiro. Isso num contexto de intensa competitividade, acirrada pela globalização econômica, e de mudanças nas atividades empresariais. Contexto que requer pensar num novo leque de atividades econômicas, e que requer um planejamento regional bem diferente das experiências conhecidas.

O modelo regional de desenvolvimento praticado pela SUDENE na fase áurea do regime militar, quando o país chegou a ter de 9% a 10% de crescimento ao ano, caiu em declínio. Naquele momento, o planejamento regional era mais importante do que o nacional, e isso graças a SUDENE e liderança do pensamento de Celso Furtado. O planejamento realizado no regime militar foi muito bem-sucedido na parte de logística e infraestrutura, mas, pessimamente, na parte social. A contribuição do estudo de Roberto Cavalcanti é uma referência para se pensar o Nordeste dos próximos cinquenta anos. Ele faz isso com muita propriedade.

À guisa de conclusão, eu gostaria de chamar atenção para o pensamento do próprio presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), quando uma comissão mista, usando esse cenário nos anos noventa do século passado, destacou a necessidade de fortalecimento da política regional, a qual deveria ser fundamentada no desenvolvimento nacional. Não se resolverá nunca o problema do Nordeste se não tivermos um rumo para o projeto de nação. E é isto o que tem faltado ao país em diferentes governos, e em diferentes partidos.

A inflação galopante, a desorganização do Estado, enfraqueceu a função de planejamento e, portanto, o Nordeste teve que reagir quase que isoladamente na política regional sem o apoio do Governo federal. Isso é muito conhecido nos anos noventa, em que o esvaziamento da SUDENE foi feito pelo próprio Governo Federal. Roberto Cavalcanti chama atenção para a necessidade desse fortalecimento.

Gostaria de fazer duas citações: primeiro a do presidente da Federação: “o modo mais rápido de aplicar recursos para o Nordeste

e outras regiões é praticar a justiça tributária”. O Nordeste manda definitivamente para regiões desenvolvidas cinco bilhões de reais. “É a transfusão de sangue do paciente para o médico”, segundo o presidente da Federação das Indústrias do Brasil (CNI), Armando Monteiro Neto, voltando à citação de Celso Furtado.

Ariano Suassuna, se referindo ao desenvolvimento dentro da tradição francesa da cultura caprina, afirma que a França tem um rebanho caprino de cerca de 900 mil cabeças de cabra e produz produtos famosos para o mundo inteiro, derivados desse rebanho relativamente pequeno. A Paraíba tem um rebanho caprino de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) cabeças e nós não sabemos tirar proveito da vantagem que esse rebanho poderia produzir e seus subprodutos, não só para abastecer o próprio mercado local, como também na competição internacional. Então, para finalizar, cito meu Mestre, o professor Celso Furtado, dizendo o seguinte: “Economistas e outros técnicos geralmente falharam na política, porque procuram tornar-se partidários. Devem ser políticos, mas não partidários. A batalha política deve ser levada a efeito pela força da técnica”.

Gostaria que o encontro comemorativo dos cinquenta anos da reunião de Campina Grande saísse daqui com esse espírito de levar uma solução técnica para um problema político, que é o da região Nordeste.

SONHOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO: 50 ANOS DEPOIS DO PRIMEIRO ENCONTRO DE BISPOS DO NORDESTE

Rosilene Dias Montenegro

É uma honra e alegria imensa estar aqui. Os sonhos, esperanças e crença no futuro, em dias melhores, tem na História da humanidade um lugar de grande importância, constituem força mobilizadora para a mudança, para a transformação.

À época da realização do primeiro encontro de Bispos do Nordeste, a discussão em pauta no cenário político brasileiro era o desenvolvimento/subdesenvolvimento. Vejamos uma reflexão provocada pelo eminente pensador brasileiro Celso Furtado: O subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa. Elaborar esse conhecimento é tarefa para a qual devem contribuir as universidades. (FURTADO, 1992, p.57).

O presente Encontro da CNBB Regional Nordeste 2 e de Bispos do Nordeste, encontro de registro dos cinquenta anos do histórico primeiro Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em maio de 1956, em Campina Grande, e, também, de análise dos acontecimentos ocorridos nesta região nesse meio século, tem como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre os processos dados nesse período, refletir sobre os mesmos e apontar possibilidades de superação de problemas socioeconômicos e políticos presentes na região. Pretendo contribuir no sentido de apontar algumas questões e possibilidades de superação de problemas socioeconômicos e políticos presentes na região. Para isto, algumas questões históricas, cuja compreensão das mesmas, poderão nortear práticas sociais e políticas públicas.

O lugar de que falo é o da perspectiva da história política renovada, cuja contribuição consiste no estudo dos aspectos que dizem respeito às ideias políticas, imaginários, discursos, medos, sonhos e esperanças, dentre outros aspectos desse campo de subjetividade. Nesse sentido, apresentarei elementos para a reflexão sobre a importância do campo do político, da força das ideias e imaginários na motivação dos sujeitos, para fazer a história com que importantes segmentos sociais do Nordeste sonham.

Parto da compreensão de que os acontecimentos desse meio século de história do Brasil têm no Nordeste o reflexo dos interesses e disputas travados pelos sujeitos históricos, com conquistas para as camadas populares, mas aquém dos desafios enfrentados, da justiça de suas bandeiras históricas, e das esperanças depositadas em um futuro próspero: reforma agrária, emprego, fim do analfabetismo, educação de qualidade, saúde de qualidade, habitação, lazer, enfim, uma condição verdadeira de cidadania. Os desafios são, portanto, gigantescos e precisam ser vencidos.

Organizo minha análise em três pontos. No primeiro, apresento as ideias e imaginário político presentes nos anos 1950 e sua importância no desencadeamento das lutas e processos que se verificam a partir dessa década. No segundo ponto, trato da relevância do primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste e sua relação com a política do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) e suas

consequências para a região Nordeste. Por fim, no terceiro ponto, faço o cotejamento de alguns índices socioeconômicos e discorro sobre algumas das questões principais do debate sobre o desenvolvimento econômico nesses cinquenta anos do primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste.

1950: ANOS DE CRISE

O período de 1930 a 1950 se configura num contexto histórico de indefinições, tensões e conflitos de interesses econômicos, políticos e sociais. Contexto de intensas paixões, de fortes apelos ao imaginário social, de reelaborações discursivas, de evocação de velhas mitologias políticas, de apelos à sensibilidade e imaginário coletivos, de mobilização e reelaboração de antigos mitos e mitologias políticas (MONTENEGRO, 2001, p.133).

Ao iniciar os anos cinquenta do século passado, o país passava por uma profunda crise econômica, social, e principalmente, política. Ninguém poderia imaginar que aqueles anos seriam dos mais marcantes da história da sociedade brasileira. Ao findar a década, o país havia passado por uma de suas mais significativas mudanças – havia expandido e consolidado a estrutura de base – hidrelétricas, siderúrgicas, indústria, especialmente a automobilística, malha rodoviária, recuperação e expansão de portos e ferrovias, além da efetivação de medidas para a racionalização da agricultura, expansão física do ensino primário e ginásial, hoje, chamado de ensino fundamental, e expansão do ensino profissionalizante. Concomitante a esse desenvolvimento econômico ocorreu, também, um enriquecimento cultural extremamente importante para o desenvolvimento do senso crítico (cinema novo e bossa nova), das lutas pela extensão da democracia (Ligas Camponesas, organizações sindicais e Partido Comunista Brasileiro), o enriquecimento das sensibilidades artísticas (com significativa produção literária, musical, cinematográfica, e teatral) e o fortalecimento dos sentimentos de pertencimento: a identidade brasileira. Condições estas fundamentais para o crescimento econômico e o enriquecimento cultural verificados no país nas décadas seguintes.

A crise com que se deparava a sociedade brasileira no início da

década de cinquenta tem sua maior visibilidade no campo da política, com a não conformação por parte da União Democrática Nacional com a eleição de Getúlio Vargas, em 1950, sua discordância com a concepção política de Estado interventor, a defesa intransigente de um programa de austeridade econômica (entenda-se arrocho salarial), o desejo de pôr fim às práticas políticas definidas como populismo.

O fim das reservas nacionais, adquiridas durante a segunda guerra mundial e consumidas pela política desastrosa do Governo Dutra (1945-1950), resultou no crescimento da inflação – por sua vez, também, agravada pelos problemas estruturais decorrentes do processo de industrialização, no primeiro Governo Vargas (1930-1945). A economia já não atendia às exigências da indústria existente, a qual demandava por avanços no processo de industrialização interrompido com Dutra. A política econômica estava refém da oposição da UDN a Vargas, em seu segundo governo (1951-1954).

Quanto ao cenário político, o presidente Vargas estava praticamente paralisado pela oposição a ele feita pela União Democrática Nacional (UDN), a qual obstaculizava a política do governo por meio de uma ação parlamentar incisiva, acintosa e contínua. A UDN investira na fabricação de crises políticas, cujo objetivo precipuo era desestabilizar e inviabilizar o Governo Vargas.

Sem condições políticas de retomar o desenvolvimento, o país sentia as consequências. Os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, principais polos econômicos do país, viam-se atingidos pela falta de energia elétrica e transporte, chegando suas indústrias e comércios a serem paralisados pelos apagões, o que contribuía para o enfraquecimento político de Vargas.

Os principais órgãos da imprensa, à época, registraram essa crise. A revista “O Cruzeiro”, a mais importante revista de circulação nacional, estampou em suas páginas centrais a seguinte matéria:

O Rio e São Paulo vão parar.

Mais de 70 mil desempregados industriais por causa da falta de energia elétrica e matérias-primas – Faltarão ao carioca os elementos para o seu

conforto – Decréscimo da produção e aumento do custo das utilidades, os reflexos da crise de São Paulo na vida da população brasileira – Aumenta diariamente o número de fábricas expostas à venda.

Socorrer o Estado de São Paulo, nesta grave emergência, é defender a economia nacional. (O CRUZEIRO, 17/10/1953, p.8-9).

No tocante às questões sociais, vivia-se um momento de grandes apreensões: fome, falta de abastecimento e políticas ineficazes.

A fome invade o Brasil.

Declaramos guerra à inércia, ao comodismo, à incompetência e à ganância.

Fracassaram completamente os planos governamentais de fomento à produção e conseqüente baixa do custo de vida. E, por isso, encontra-se a população brasileira completamente sufocada pela crescente e contínua elevação dos preços. A sua capacidade de resistência econômica já atingiu os limites máximos de tolerância. Diariamente novas notícias de aumento das utilidades são divulgadas, enquanto se tornam conhecidos que, nesta ou naquela zona de produção centenas de toneladas de gêneros alimentícios estão se deteriorando pela ação da chuva e do sol, por falta de transporte e de uma rede de frigoríficos, armazéns e silos (...) Milhares de hectares foram percorridos na Baixada Fluminense. Com raríssimas exceções, todos se encontravam incultos, apenas retidos com propósito especulativos (...). (O CRUZEIRO, 04/12/1954, p.50-51B).

As desigualdades econômicas existentes no país, em grande parte resultante de uma perversa herança histórica com a qual não se

queria e não se quer romper – a concentração da propriedade da terra – levava as populações rurais à busca de condições de sobrevivência nos principais centros do país: Rio e São Paulo.

Os trabalhadores rurais, sem acesso a terra ou dela expulsos, movidos pela necessidade de sobrevivência, mas, também, por sonhos de enriquecimento e mudança de vida, iniciam, ao final dos anos quarenta do século passado, um processo de migração em massa. Foi tão grande a migração de trabalhadores rurais do interior do Nordeste para as cidades, particularmente as capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que esse acontecimento ficou conhecido como êxodo rural.

O impacto do êxodo rural implicou em sérios desequilíbrios sociais que se caracterizaram pelo “esvaziamento” das zonas rurais e o povoamento desordenado das grandes cidades. Como consequência imediata, ocorreu, nas grandes cidades, um aumento significativo da quantidade de favelas e dos problemas relacionados às condições de vida.

A equipe de *O Cruzeiro* registra o problema em longa reportagem ilustrada por várias fotografias, com a manchete a seguir:

Uma tragédia brasileira. Os paus-de-arara.

Dois repórteres desta revista experimentara, ao vivo, o drama dos retirantes nordestinos que fogem do sertão, na esperança de vida melhor nas grandes capitais do sul – miséria indiana às margens da central Rio-Bahia e de seus ramais, no alto sertão – viagem redonda de 5 mil quilômetros e a história dos flagelados – capítulo sobre a solução do problema permanente do êxodo rural. (*O CRUZEIRO*, 22/10/1955, p.71).

Essa matéria apresenta em sua conclusão o resumo das propostas que se encontram nos principais órgãos do governo federal. Por meio delas, pode-se notar que existia um conjunto de propostas que, se implementadas, teriam alterado a situação econômica da região já na metade do século passado. Vejamos:

Observa-se daí, irrecusavelmente, que o êxodo rural norte-sul acarreta, entre outras conseqüências, a queda da produção agrícola e a saturação dos mercados de emprego dos grandes centros urbanos. (...) o Senador pelo Ceará, Parsifal Barroso equacionou o problema para nós em alguns itens: 1) (...) o Governo Federal deve levar adiante o plano de assistência aos imigrantes, que foi esboçado com os serviços de construção de hospedarias, de Corinto e Monte Azul, aperfeiçoando-o de modo a eliminar o trabalho dos aliciadores clandestinos e acompanhar os deslocados até que se adaptem ao “habitat”. 2) (...) poderia o Governo executar logo o plano de criação de colônias, núcleos e postos de colonização, elaborado pela assessoria econômica da Presidência da República, em 1953, através do Instituto Nacional de Colonização e Imigração. 3) – **As causas fundamentais da emigração nordestina estão ligadas ao processo de enfraquecimento econômico do Nordeste, cuja solução por demais complexa e demorada importa na adoção de inúmeras medidas, algumas das quais serão expostas a seguir.** 4) – Urge a coordenação de serviços federais que atuam na região nordestina, através de um órgão colegiado que possa ter uma visão de conjunto dos diversos problemas, evitando a descontinuidade das obras e a dispersão de verbas e atividades. 5) – Urge também a modificação do regime de terras, de modo a ser facilitada a fixação do nordestino a seu “habitat”, a ser obtida pela legislação que deve complementar o artigo 198 da Constituição Federal, a exemplo do que já se fez a respeito da assistência financeira a cargo do Banco do Nordeste. 6) – Os planos permanentes de combate à seca do Nordeste não devem ter em vista, apenas, o problema da reserva e do

aproveitamento das águas, mas o da conservação do solo e seu revestimento florestal, bem como o da restauração dos recursos naturais, não podendo ser realizado por um (único órgão, que é o DNO-CS, o qual necessita de uma remodelação de base, conforme o projeto de sua autarquização, que se encontra na Câmara dos Deputados. 7) – Deve ser apressada a elaboração da lei que, para fixar o homem ao solo, através da propriedade rural, desapropria as terras marginais dos açudes e das terras das bacias por elas irrigáveis. (O CRUZEIRO, 22/10/1955, p.82, grifo nosso).

Como não estavam sendo realizadas medidas governamentais para combater o problema, as consequências dessa migração em massa dos nordestinos para os Estados do Rio e São Paulo eram vistas com grande preocupação. Aos problemas sociais causados pela migração em massa, somavam-se a carestia dos alimentos, os baixos salários, a inflação, a falta de moradia, transporte, saneamento básico, saúde, e escolas para as camadas populares. Esses problemas causavam tensão social. E a Igreja se preocupava com isto.

O cenário era, pois, de profunda crise. É, então, nesse contexto, que surge Juscelino Kubitschek de Oliveira como liderança política que vai recolocar o projeto de industrialização no debate e na disputa política nacional. A primeira vitória do projeto capitaneado por Juscelino Kubitschek foi sua eleição.

Resultado de uma grande articulação, em que se uniram setores progressistas e conservadores da política brasileira, a eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira para o Governo do Brasil, de 1956-1961, possibilitaria a realização de uma política de mudanças no país que nem os mais próximos a Juscelino acreditavam ser possível. Ao findar esse governo, o Brasil tinha sua economia transformada, e implantadas as bases infraestruturais para sua inserção no rol dos países em desenvolvimento. Para isto, foram de fundamental importância o imaginário político e outros elementos do campo de subjetividade em que consiste a política, conforme mostro a seguir.

1950: ANOS DE REINVENÇÃO DO BRASIL

Se os contextos de tensões sociais e políticas produzem incertezas, também podem produzir momento de forte emergência do imaginário, mitologias e mitos políticos. É, pois, nesse contexto que ocorre uma mudança extremamente importante na economia e sociedade brasileiras.

Segundo a historiadora Ângela Castro Gomes (1991), os anos cinquenta, a exemplo dos anos 30, parte das elites brasileiras – intelectuais, políticos, Igreja, artistas – debruçaram-se sobre os problemas e desafios postos ao país, tentando respostas para os mesmos. Esse repensar o Brasil, em certa medida, foi também uma reinvenção do mesmo. Reinvenção fundada na racionalidade econômica, mas também em elementos do imaginário, mitos e mitologias políticas, e sua força discursiva.

Das análises econômicas feitas, à época, resultaram três projetos políticos para o país: o liberal, liderado pela UDN; o intervencionista, liderado pelo Partido Social Democrata (PSD); e, o socialista, liderado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Devido a sua limitada penetração nas camadas sociais, o PCB tinha efetivamente poucas forças na disputa de poder, o acirramento da disputa se deu entre os dois maiores partidos burgueses da época, o PSD e a UDN.

Saído vencedor nas eleições de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira – presidente eleito –, iria implementar seu Programa de Metas, propagandeado durante a disputa eleitoral. No tocante ao aspecto econômico, esse programa se fundamentava na teoria do desenvolvimento cujo cerne era o planejamento; e, no aspecto político, na teoria da modernização. Ambas fortemente veiculadas pelos países desenvolvidos, mormente os Estados Unidos da América. Para os teóricos do desenvolvimento:

(...) todas as sociedades estariam em algum ponto do *continuum* tradicional-moderno e poderiam avançar nele. A principal razão para uma sociedade estar em uma posição atrasada ou adiantada no *continuum* seria, então, o grau de tradicionalismo ou modernismo das atitudes e valores de seus

membros, quer das elites ou das massas, ou de ambas. (OLIVEN, 1984, p.32).

O desenvolvimento era então entendido como um caminho inevitável.

Juscelino cria firmemente na teoria do desenvolvimento, e dela já fazia uso desde seu governo em Minas Gerais – quando priorizou as políticas de energia e transporte como ações principais de sua administração. No governo do país, diante de um quadro de forte tensão política e acirrada oposição, Juscelino recorre à peculiaridade dessa teoria do desenvolvimento, em geral não explorada nas análises sobre o desenvolvimentismo e sobre o governo JK, qual seja: “os fatores culturais e psicossociais, como a fonte causal de mudanças sociais e econômicas” (OLIVEN, 1984, p.32). Da ênfase à teoria do desenvolvimento, surge o desenvolvimentismo de JK, uma ideologia que propagava que com o advento industrial, com o crescimento da indústria pesada, viria o aumento da riqueza e da prosperidade não somente para grupos particulares, mas também para toda sociedade (CARDOSO, 1978, p.94).

Entramos, pois, especificamente na questão que trago para a reflexão: o papel e importância do imaginário político enquanto força mobilizadora da sociedade. Segundo Raoul Girardet (1987), o imaginário pode, por conseguinte, assumir papel fundamental de incitação política à ação, principalmente quando se trata de tempos de profundas tensões, incertezas e instabilidade, conforme foram os anos cinquenta.

Nesse sentido, o mito da modernização consiste na visão de que todas as sociedades estariam fadadas ao desenvolvimento. Uma visão *a-histórica*, porque considera que a história é linear.

Mas, aos propósitos dos interesses políticos em jogo e da disputa de poder, a mobilização do mito da modernização, do imaginário de modernidade, e do mito do “Brasil grande nação”, dentre outros, cumpririam a função política de pôr em ação o imaginário coletivo, as esperanças de se alcançar uma prosperidade social para todos. Uma esperança por décadas construída por meio da invocação contínua e repetida desses mitos (MONTENEGRO, 2001). É,

pois, neste aspecto que se coloca a importância da mobilização das mitologias e imaginários políticos no fazer a história, conforme observado por Georges Sorel (1992, p.206).

Juscelino apostou na mobilização do imaginário político. O impacto da proposta foi evidente. A mobilização do imaginário estava em consonância com o programa de governo: “50 anos em 5”, slogan da candidatura de Juscelino, que significava realizar 50 anos de desenvolvimento em cinco anos de governo. Juscelino defendia que a adoção de políticas de planejamento viabilizaria a realização das grandes mudanças necessárias ao desenvolvimento do país.

O programa de governo da candidatura de Juscelino foi apresentado em um livro intitulado *Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento* (1955). Interessante ressaltar essa inovação de Juscelino. Lançar um livro com o programa de governo era algo, então, inédito. Esse livro apresenta as linhas gerais de seu programa de governo e enfatiza a imprescindibilidade de se administrar a partir de metas voltadas para o desenvolvimento do país: energia, transporte, indústria de base, racionalização da agricultura, educação, planejamento regional e urbano. Ao iniciar seu governo, em 31/01/1956, já estavam definidas as 31 metas a serem realizadas, sendo a 31ª a mudança da capital para o estado de Goiás – a construção de Brasília.

A análise do documento *Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento* (1955) permite observar que todas as propostas apresentadas são generalizadas, a exemplo da seguinte:

A tarefa que devemos efetuar nos próximos cinco anos é imensa. Não vou deter-me aqui em projetos específicos, como o que elaboramos para a ampliação de Paulo Afonso e sua utilização num grande e objetivo programa de industrialização do Nordeste, porque desejo realizar o quadro geral de todo o país. (KUBITSCHER, 1955, p.77).

Os estudos sobre a região só serão aprofundados a partir do primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste. É a partir desse

acontecimento que o Nordeste efetivamente entra no debate político nacional e, especialmente, na agenda da Presidência da República. Cabe, pois, vermos um pouco o que foi esse encontro, seu significado para a região e alguns dos seus resultados.

A Igreja Católica também repensava o Brasil, seus problemas sociais e as possibilidades de solução desses problemas. Preocupava-a, sobretudo, o êxodo rural e as suas consequências nos grandes centros – as favelas. Dessas preocupações, surge o primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, acontecimento de importantes resultados em benefício da região Nordeste.

A proposta do primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste surgiu, segundo Raimundo Caramuru Barros (2006), da Ação Católica, sendo prontamente acolhida por D. Hélder Câmara, então Secretário Geral da CNBB. O encontro tinha como objetivo debater os problemas da região e propor soluções para o mesmo. O jornal *União* fez a cobertura do encontro e registrou o seguinte:

Campina Grande (...) converteu-se desde ontem, no centro de atenções de todo o Nordeste, senão do país, como sede que é do Encontro dos Bispos do Nordeste, certame que congrega todos os titulares das Dioceses da região para debate dos problemas do Polígono das secas, especialmente do êxodo rural. (A UNIÃO, 22/05/1956, p.4).

Ao Encontro compareceram 16 prelados, representantes de Estados e Municípios, “cerca de 30 diretores de autarquias e de outras instituições integrantes do Poder Executivo da União, 5 Ministros de Estado” (BARROS, 2006) e o próprio Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Este,

(...) apreendendo a importância excepcional de nosso Encontro, promoveu reuniões preparatórias dos órgãos federais que atuam no Nordeste, solicitando um balanço da atuação dos mesmos na região e lançando as bases de uma experiência-piloto

de entrosamento dessas forças que até hoje têm atuado de maneira dispersiva. (Declaração dos Bispos do Nordeste, 21 a 26/05/1956, fl.14).

Nesse Encontro, foram discutidos seis temas: a) Planejamento e investimentos; b) Agricultura, crédito rural, colonização; c) Serviços sociais e educativos; d) O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da Chesf para sua solução; e) Programa de execução imediata; e, f) A Igreja em face dos problemas do Nordeste. Da sistematização das discussões foram produzidos os seguintes documentos: 1) a *Declaração dos Bispos do Nordeste*; 2) *Sugestões dos Grupos de Estudos relativos à experiência piloto de entrosamento de órgãos públicos e particulares que atuam no Nordeste (programa de execução imediata)*; e, 3) *Indicações quanto a planejamento de investimentos (programa de execução em longo prazo)*.

Convidado para debater os problemas socioeconômicos do Nordeste, o presidente Juscelino Kubitschek participou do encerramento desse encontro e aproveitou a oportunidade para pedir à Igreja o apoio ao seu governo, o qual havia passado por uma tentativa de golpe militar, com a Revolta de Jacareacanga.

É oportuno lembrar que a UDN orquestrou contra o governo JK uma oposição sem tréguas. De modo que o apoio da Igreja Católica fazia-se imprescindível a Juscelino. Este torna pública, no seu *Discurso* aos Bispos, sua crítica à oposição, ao mesmo tempo em que enfatiza o poder moral da Igreja Católica, sugerindo que a reprovação desta instituição às tentativas de golpe da UDN teriam uma relevância considerável. Vejamos:

(...) E sei que a Igreja Católica conta com a força moral suficiente para influir decisivamente no sentido de criar no Brasil aquele estado superior de boa-fé e colaboração desinteressada nas relações entre os homens e aquela capacidade impessoal de serviço ao bem comum, que seriam sinais por excelência do amadurecimento político não tanto do nosso povo – perspicaz, lúcido, compreensivo e

generoso como poucos no mundo – mas de certos líderes infelizmente ainda não educados nem preparados para colocar as ambições privadas abaixo das autênticas exigências da coisa pública. (JK, Discurso, 26/05/1956, p.117).

Continuando seu *Discurso*, enfatiza seu conhecimento sobre a situação do Nordeste e, principalmente, a disposição em solucionar os principais problemas da região. Diferentemente dos discursos que apontavam o Nordeste como vítima da seca, Juscelino entende que esses problemas se deviam ao problema da economia nacional.

Não dirão jamais que não falei claro e a tempo. Não poderão dizer jamais que não planejei, não executei e não me dispus a agir em termos de governo, sempre com tenacidade, decisão e energia, como é do meu dever. (...) mas não desejo emprestar ao meu discurso de hoje um significado regional, nem há mais problemas somente regionais no entrelaçamento e na tessitura das diversas fases da realidade nacional. (JK, Discursos, 26/05/1956, p.117-118).

O trecho, a seguir, Juscelino, sugere que havia – em governos passados – diferente tratamento do Nordeste em relação Centro-Sul. Vejamos:

Acredito que não será dos meus menores serviços ao país e à democracia nacional o propósito que me tracei, e que pus em prática, de fazer funcionar de maneira regular, correta e legal o sistema presidencialista no Brasil. (...) Somente deste modo, com um Poder Executivo assim compreendido e um regime presidencialista assim conceituado, poderemos governar sem preconceitos quanto às idéias e sem limitações quanto aos problemas

nacionais. *Vejo o Nordeste, por exemplo, como Brasil e só como Brasil*. E isto será a valorização dos seus problemas locais ou particulares, porque colocados sempre em situação de enquadramento nacional e interesse geral. (JK, Discursos, 26/05/1956, p.127, grifo nosso).

Esse trecho do Discurso de Juscelino ao Congresso Nacional revela algo sobre o qual não temos, ainda, muitos estudos: existia, mais fortemente do que hoje, um sentimento de diferença, de parte das elites do Centro-Sul, em relação ao lugar do Nordeste na economia brasileira e sua importância na construção da identidade nacional. Ao dizer: *“vejo o Nordeste como Brasil e só como Brasil”*, Juscelino sugere, pelo não dito, que segmentos sociais não viam o Nordeste como Brasil, mas fora do Brasil.

As reivindicações resultantes das reflexões feitas nesse primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste foram de imediato acatadas pelo Presidente da República, que se comprometia com essa instituição religiosa na concretização das propostas para o Nordeste, afirmando em seu discurso: “não vim a Campina Grande para anunciar milagres ou fazer promessas que não possam ser cumpridas” (jornal A União, 26/05/1956). Na ocasião, anunciou aos presentes duas medidas já tomadas pelo seu Governo: que a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) liberasse as exportações nessa região, “(...) criando riquezas novas para o Nordeste e para o Brasil na forma das tão escassas e disputadas divisas para as importações” e, a outra providência foi:

(...) a construção imediata de silos e armazéns (...) no Nordeste, a instalação de uma rede de armazéns nesta região, o que projetei como instrumento de combate à carestia de vida e à especulação. (JK, Discurso, 26/05/1956, p. 126, 127).

Desse primeiro encontro, resultaram 20 decretos referentes aos projetos aprovados e propostos para execução imediata. Mas, uma

das consequências mais importantes desse Encontro dos Bispos foi a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Criado pelo Governo JK, em 1956, o GTDN somente cumpriria o papel para o qual foi criado quando passou à coordenação do economista Celso Furtado. Dos estudos dessa comissão técnica, resultou a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em dezembro de 1959.

A partir da reunião dos estudos e propostas existentes nos órgãos governamentais de então, e aprofundando o estudo da região, sua problematização e possibilidades de desenvolvimento, o GTDN produz uma explicação do Nordeste, recolocando-o no debate da economia brasileira como fundamental para o desenvolvimento do país:

(...) o principal problema econômico do Brasil, na atual etapa de seu desenvolvimento é o da disparidade regional de ritmos de crescimento. (...) A economia do Centro-Sul, (...) encontra-se em condições de poder apoiar-se em si mesma para crescer. (...). O panorama da economia do Nordeste é totalmente diverso: ao término do próximo decênio, se permanecerem as tendências atuais, sua população será superior a 25 milhões, a pressão sobre a terra aumentará, a vulnerabilidade às secas será maior e nenhuma modificação de importância terá ocorrido em sua estrutura econômica. Então, mais do que hoje, o Nordeste figurará solos e águas na região semi-árida; 2) Reorganização da economia da região semi-árida e abertura de frentes de colonização; 3) Intensificação dos investimentos industriais; 4) Solução para o problema da oferta de energia elétrica; e, 5) Aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes. (GTDN, 1978, p.79-91).

Com metas específicas, claras, objetivas como o *Plano de Ação* resultante do estudo sobre a região, o GTDN recomenda: 1)

Reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semiárida; 2) Reorganização da economia da região semiárida e abertura de frentes de colonização; 3) Intensificação dos investimentos industriais; 4) Solução para o problema da oferta de energia elétrica; e, 5) Aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes (GTDN, 1978, p.79-91). Para cada uma dessas ações, cabiam, ainda, propostas mais específicas.

1956-2006: CINQUENTA ANOS DO PRIMEIRO ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE

Há meio século, as condições de vida no campo eram, em todo o país, extremamente difíceis para o trabalhador, principalmente o rural: baixíssima renda, carência de habitações (em geral, as existentes eram inadequadas), de saúde, de escolas, de estradas, energia elétrica, água encanada, etc., condições estas agravadas principalmente no Polígono das Secas.

Os tempos de longa estiagem eram, há cinquenta anos, sempre de calamidade pública e levavam milhares de pessoas à miséria extrema e algumas à morte. Depois da intervenção do governo JK com políticas assistenciais e, principalmente, com a criação da SUDENE e a implementação de políticas públicas, diminuíram-se os efeitos da tragédia de meio século atrás, mas continuam carecendo de instrumentos mais eficazes de combate à pobreza e à miséria existentes na região. Os dados divulgados pelos institutos de pesquisa e estatística do governo federal permitem a reflexão sobre questões historicamente colocadas à sociedade brasileira: é preciso insistir em mudar o Nordeste.

A União, de 27/05/1956, informava que o Nordeste tinha, à época, dezesseis milhões de trabalhadores vinculados a terra. Desses, apenas setecentos e cinquenta mil possuíam terra própria e de cada cem proprietários rurais apenas cinco recebiam crédito. Hoje, de aproximadamente cinquenta milhões de habitantes que vivem nessa região, quinze milhões vivem na zona rural, mais do dobro da população rural do Sudeste, que é de sete milhões de pessoas. A renda *per capita* é quase três vezes menos do que a do Sudeste, e sua participação no PIB é de 14,1% contra 54,9% do Sudeste. Esses

dados, em termos bastante gerais, indicam que a região Nordeste continua sendo a mais pobre e menos desenvolvida do país, não obstante em termos relativos ter ocorrido uma melhoria da qualidade de vida de sua população comparada às condições de cinquenta anos atrás.

Por ocasião da reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, enfatizou-se que sua vitória se deveu às regiões mais pobres do país. Lula só perdeu no Sul, região mais rica. Essa vitória foi associada aos programas sociais de seu governo. Uma das polêmicas suscitadas nas últimas semanas da campanha eleitoral foi que os programas reproduzem preguiçosos, vícios de acomodação, etc. Falsa polêmica. O acesso a terra e à criação de condições para a permanência do trabalhador nela são questões ainda a se resolver: a reforma agrária continua em pauta.

Mas as mudanças ocorridas no país, nesse meio século, colocam além do antigo desafio da reforma agrária e da maior eficácia das políticas públicas, outros novos, tais como: continuidade e ampliação da industrialização, implantação de escolas técnicas, desenvolvimento tecnológico, mudanças de culturas políticas que alterassem a prática em que “(...) tomadores de decisão na escala local e regional – prefeitos municipais ou governadores estaduais, eleitos por quatro anos – geralmente continuam preocupados com resultados imediatos, quando não com ações de emergência” (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002, p.31). Mudanças estas que serão tão mais rápidas e significativas quanto forem presentes os movimentos sociais e o esforço intelectual engajado. Neste sentido, embora não tenha sido objeto do presente estudo, há de se registrar os estudos sobre o desenvolvimento sustentável enquanto possibilidade de solução de alguns dos graves problemas da região e as experiências que têm resultado.

Por fim, é mister enfatizar que o primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste teve um papel histórico de mais alta relevância na história de mudança da região nesse meio século, podendo, indubitavelmente, neste novo Encontro dos Bispos contribuir para que se tornem realidade os sonhos das massas trabalhadoras e outros segmentos do Nordeste, qual seja:

[...] uma região onde seus habitantes sejam felizes, educados, abertos ao convívio com outras culturas. Um Nordeste com uma estrutura fundiária bem distribuída e uma base econômica competitiva e dinâmica. Com cidades médias bem dotadas de infraestrutura e com metrópoles sem periferias faveladas. (ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE, 2006).

A história tem nos mostrado que o imaginário, quando transformado em ação mobilizadora, cumpre o papel de desencadear lutas políticas, constituindo, portanto, uma força efetiva de mudança, de transformação. É preciso reinventar o Nordeste para que seja um lugar de felicidade.

A paisagem no caminho do interior para a capital João Pessoa está linda. Tivemos um ano de inverno. Estamos no mês de novembro, estação em que os ipês estão floridos, colorindo de tons violeta, róseo, branco e amarelo nosso agreste. Para que os ipês floresçam, é preciso que as folhas caiam. E elas o fazem generosamente. Sejam como as folhas dos ipês que se deixam cair para que os ipês floresçam. Tenhamos como região e como nação essa generosidade de nos despojar e reinventar esse Nordeste para que efetivamente ele se inclua no Brasil desenvolvido, o Brasil de nossos sonhos.

A SUDENE E O NORDESTE: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Abelário Vasconcelos da Rocha

NORMALMENTE NESSA METODOLOGIA DE DEBATE, O PRESIDENTE da mesa faz um pequeno resumo dos palestrantes. Vou me restringir a muito pouco porque foram brilhantes todos. Sem reparos, sem precisar mudar nada. Mas gostaria de fazer um pequeno resgate histórico, porque se falou muito de Natal, uma cidade decisiva para algumas coisas.

Foi em Natal que o então presidente Vargas encontrou com o presidente Roosevelt. Do acordo entre Brasil e Estados Unidos, firmado nesse encontro, Vargas dava um pedaço de nação, que é Parnamirim, aos americanos, aos aliados, e instalaram a maior base aérea fora dos Estados Unidos, que ficou famosa porque ela podia ser decisiva para se ganhar a guerra e ser tranquila a vitória. Em troca, Natal passou por um período em que havia mais americanos que nativos, como falava o padre Caramuru, no qual houve o fato histórico que foi decisivo para o Nordeste atual. Não gostaria de citar esse momento porque sou um grande admirador de Getúlio, mas esse foi um fato negativo. Na época, Getúlio assinava um documento em que dava uma área do território nacional, e se comprometia, como disse o padre Caramuru, com recursos e tecnologia a montar um segmento industrial siderúrgico, um segmento industrial químico.

Criou-se a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que deveria se instalar em Minas, porque lá tinha o aço e a Companhia Nacional de Álcalis, a primeira indústria química do Brasil, que deveria se instalar no Nordeste porque o Nordeste é que produzia o sal. Do Ceará, Rio Grande do Norte até a Paraíba, produzia-se sal. Mas as indústrias foram para o Rio de Janeiro e isso foi decisivo para o retardamento de indústrias na região Nordeste, acarretando enormes prejuízos econômicos e sociais de não possuir indústrias de grande porte. É um fato histórico que deve ser lembrado e condenado porque mudou a estatística do país e retirou do Nordeste uma alternativa de desenvolvimento industrial.

Outro fato, tenho que admitir, pois não tinha simpatia por ele, o Presidente General Geisel, que instalou, por meio da SUDENE, a grande indústria química do nordestino. Uma indústria que contribuiu significativamente para a elevação do PIB do Nordeste e fez o nordestino, antes e depois de Camaçari.

Por fim, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), num momento em que nós não fizemos vez de nordestino. A criação do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) foi em parte uma contraposição ao BNDES. Mas Roberto Simonsen, o grande industrial paulista, então diretor do BNDES dirigiu a política de crédito desse banco para financiar a indústria de base de São Paulo. Já o BNB nunca se empenhou para o apoio à indústria no Nordeste.

Para concluir, gostaria de registrar aqui em homenagem a D. Jaime Rocha, a quem admiro muito: deixar minha sugestão e a visão que tenho da SUDENE, uma proposta. Antes, porém, gostaria de dizer que quando fui Secretário Nacional de Irrigação, fui convidado para fazer a famosa transposição do Rio São Francisco, e deixei pronto o projeto.

A SUDENE foi criada para diminuir as diferenças regionais por meio do desenvolvimento industrial da região. Mas para isso tinha que ocorrer um crescimento na região em nível superior ao crescimento do Brasil. Eu queria que o Nordeste crescesse a uma taxa superior à taxa de crescimento do país, para um dia essas desigualdades regionais desaparecerem. Esse era o objetivo da SUDENE,

e o objetivo dos que estão aqui reunidos: diminuir a desigualdade regional. Antes de criar a SUDENE, o Brasil tinha sete pontos de crescimento acumulados e o Nordeste quatro, e aí começa tudo.

É criada a SUDENE em 1956, e a partir daí o Nordeste consegue passar o crescimento do Brasil, ou seja, passar a taxa de crescimento. É quando o Brasil dá aquele grande estouro que era o Brasil rico, o milagre brasileiro, mesmo assim o Nordeste teve um desempenho econômico acima do apresentado pelo Brasil. Vieram os anos 80, a chamada década perdida, e o Nordeste tem uma queda em sua taxa de crescimento, mas o Brasil cai mais rápido. Quando chegam os anos noventa, o Nordeste iguala seu crescimento com o do Brasil. O que aconteceu com esse período de 1990 a 2005?

Em 1991, o Norte do país tinha 39,5% da renúncia fiscal brasileira, em 2005, caiu para 20,6%. O Centro-Oeste só tinha 1% da renúncia e passou para 12,3%. O Sul do Brasil tinha 3% e passou para 11,7%, um crescimento fantástico; e a SUDENE que tinha 18,6% passou para 42,7%. Então como diz a nossa professora Rosilene, é também com o imaginário que se escreve o Nordeste. O Nordeste teve uma perda imensa na renúncia fiscal. Esses dados estão disponíveis para quem quiser ver, mostrando exatamente aquele período em que a curva acumulada do crescimento cai e iguala ao Brasil.

E, para a União, o que aconteceu? Aconteceu que a renúncia fiscal deixou de ser regional para ser setorial. Para onde foi essa renúncia fiscal em 2005? Ocorreram algumas coisas interessantes que até então não existiam: empresas montadoras do ABC paulista, Rio Grande do Sul e um pouco da Bahia com 2,6% da renúncia fiscal. Ainda um percentual relativamente alto. Mas a Zona Franca de Manaus teve crescimento de 14,6%. A região Norte, por exemplo, perdeu a renúncia fiscal regional, mas se agarrou à Zona Franca de Manaus, cujo crescimento do PIB disparou em relação ao do Nordeste. O que justifica a Zona Franca de Manaus conceder 2,6% de renúncia fiscal.

O desenvolvimento regional inclui a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR). Vejam, pois, quão complexa é a questão. Logo, não será mais por meio de renúncia fiscal que conseguiremos sensibilizar a

Nação, a União, o Sul do país de que é preciso se abrir mão dessa renúncia fiscal setorial.

Nesse meio tempo, vários projetos estruturantes poderiam ter influenciado na economia do Nordeste. Vou citar um: a transposição do São Francisco, que não aconteceu, e deveria ter sido feita pelo menos desde a década de 1960. Também não conseguiu levar adiante os projetos de construção do polo siderúrgico do Ceará, e o polo químico de Pernambuco. O único projeto, se é que é projeto, a ação governamental forte que vai influenciar no desenvolvimento do Nordeste é o Programa Bolsa Família. A previdência representava o micro PIB do Nordeste, e corresponde a 11% do PIB do Nordeste e 14% do PIB da Paraíba. É bom ficar claro isso.

Aspásia Camargo disse, com muita propriedade, “o Nordeste tinha 27% da população brasileira e apenas 14% do PIB”. Eu acrescentaria dizendo: o Nordeste tem 27% da população brasileira, mas tem 50% dos miseráveis. Essa é a equação. Eu sou a favor do Bolsa Família. Acho que precisava de uma rede social que protegesse esse povo. Onze milhões de famílias foram atingidos em 2006, da seguinte forma: o Nordeste ficou com 50% do total, tanto do que corresponde às famílias, como o que corresponde a reais partes para o Nordeste. Ninguém falou das famosas frentes de emergência que eram mais ou menos isso, transferência de salário. As famílias ficavam sem emprego e sem renda no período que diminuía as chuvas no semiárido e tinha data certa para acabar. Acabava quando iniciava a chuva um mês depois. Claro que não tinha solução. As pessoas que iam para aquelas frentes de emergência se comprometiam de fazer alguma obra de estrutura, obra de uma validade muito discutida. Agora tinham uma força eleitoral terrível. O destaque que ficava com a gente em época eleitoral, era um negócio arrasador.

As “frentes de emergência” não eram um Programa, mas tinha força eleitoral. Era uma política para se pagar um salário, ou vale, ou coisa parecida a quem completasse uma certa idade e tivesse trabalhado no campo como autônomo como meeiro, como parceiro, como trabalhador rural. Esta previdência é que se provou estar segurando parte dos pais da família do semiárido, garantindo a feira da casa. O Bolsa-Família não teve apelo político porque é Lei. Nem

o beneficiado tem a obrigação de retribuir um favor: é Lei. Outro ponto que quero destacar são os sindicatos rurais. O sindicato rural foi forte, principalmente a área sindical da contagem, que ficou mestre em fazer o processo de encaminhamento da aposentadoria rural. E isso fez sem politicagem e merece o registro.

Agora, estamos com a nova emergência eletrônica que é o Bolsa Família. Mas faz-se necessário, já que atinge o Nordeste, se criar uma saída para o Bolsa Família. A saída que eu digo é migrar para um programa que dê trabalho, salário, renda, porque senão a miséria bate na porta da frente e a deficiência pela porta de trás.

O governo precisa criar um programa econômico para que essa vergonha, esse programa emergencial, que deveria ser provisório, como o Bolsa Família, saia pela porta da frente e dê emprego e renda para quem está com ele. Foram cinco milhões e meio de famílias no Nordeste que cadastraram nome e endereço certo, em 2006.

É bom verificar as últimas estatísticas no estado de São Paulo, na Secretaria de Trabalho e Ação Social de São Paulo. Os dados de 2006 indicam que a migração dos nordestinos para São Paulo começou a ser negativa, ou seja, está voltando mais nordestinos de São Paulo para o Nordeste do que está indo. Então, o Bolsa Família tem influência na economia do Nordeste, em cerca de 2% ou 3%.

Em 2005, a União arrecadou por região 2% no Nordeste. Do arrecadado, constatou-se que houve uma melhora de vida com uma carga per capita de R\$ 1,00 (um real) para R\$ 695,00 (seiscentos e noventa e cinco reais). O Nordeste que conta com 50% da população mais pobre do país alcançou, em 2005, 6% do total que o país arrecada, e paga ao governo federal por cada nordestino R\$ 591,00 (quinhentos e noventa e um reais) por ano. O Sudeste tem 69% da arrecadação nacional. Se vocês forem para o Sul, verão o estratosférico número de 81% da arrecadação nacional. E o Centro-Oeste que mal era registrado nessas estatísticas obteve um crescimento de 10% entre 1996 e 2006, ultrapassando a renda per capita do Sul do país. O Sul previu R\$ 708,00 (setecentos e oito reais), esses dados são de 2005.

É preciso criar no Nordeste um ambiente de agroinvestimento para gerar emprego e renda, senão o Nordeste não vai para frente;

o que iria de encontro aquele imaginário a favor. O imaginário hoje é favorável. Em qualquer canto que você vai, está sendo conscientizado de que é preciso fazer uma reforma tributária, uma reforma do trabalho, uma reforma na previdência, e uma reforma política. Todo mundo sabe disso. Então, hoje, se falar de redução tributária todo mundo é a favor. Por que não falar do Nordeste seletivamente, fazer uma redução de 30% na carga tributária? Significaria muito. Você criava primeiro o ambiente que o empresário gosta para investir. No Nordeste, quando se emprega alguém, quando se assina a carteira de alguém, o empregador tem que pagar cento e pouco por cento sobre o que paga a ele. Se o empregador contrata alguém por R\$ 100,00 (cem reais), vai gastar com ele R\$ 202,00 (duzentos e dois reais). A proposta do empresariado é que o governo, sem afetar o bolso do trabalhador, reduza esse nível de arrecadação.

Por fim, o que o empresariado quer com essa proposta é principalmente criar um ambiente que interesse às empresas. Porque o Governo cobra aos empresários 71% de impostos, segundo dados do Banco Mundial, enquanto o Chile 26,3%, a Tailândia 40,2%; a França, a socialista França, 68,2%; Japão 52,8% país mais igual; Rússia uma emergente, com 54,2%; Estados Unidos, 46%. O nosso é 71,7%. O que se deseja é que nesse Brasil tenha uma região chamada Nordeste abaixo de 71,7%.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DESAFIOS E PRIORIDADES PARA O NORDESTE

Mário Antônio Borba

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DESTA MESA E PRESIDENTE DA Federação de Pecuária da Paraíba, dizer da satisfação de estarmos aqui e agradecer pelo convite que foi feito pela composição organizadora desse encontro. Parabenizar a todos os bispos e arcebispos do Nordeste pela organização desse encontro – O encontro da Regional Nordeste 2 da CNBB – Nordeste, com o tema: “Nordeste e seus Desafios”. Vemos a questão Nordeste, a questão do semiárido e do setor primário do Nordeste como um grande desafio para todos nós e as dificuldades são grandes.

Existem alternativas? Existem. Faltam políticas públicas, faltam pessoas que na realidade queiram fazer alguma coisa. São poucas as pessoas nesse país hoje que queiram que as coisas aconteçam, e são dados que, às vezes, aparecem nos jornais, na imprensa do Brasil, quando se fala em aumento da renda do nordestino. Melhorou a renda do nordestino? Melhorou o IDH do Nordeste? Melhorou a distribuição de renda das pessoas, principalmente, das classes mais pobres? Onde está o desenvolvimento? Onde está o produto? Como se pensa a geração de emprego e renda se não existe produto? Acabou a produção do semiárido do Nordeste? Vejamos o exemplo da Paraíba.

Estamos, há quatro anos, (2002-2006), nessa Federação (Federação da Indústria do Estado da Paraíba) andando de João Pessoa

a Cajazeiras, e não encontramos mais produtos e tudo o que informamos anteriormente. Mas vemos a distribuição e a melhoria da renda das pessoas. Com certeza, se não fosse essa melhoria as pessoas estavam saqueando os supermercados nas pequenas cidades do interior. Mas isso é suficiente? Não. Precisamos de solução para aumento na geração de emprego e renda. Precisamos criar políticas sérias direcionadas para as especificidades dos segmentos que compõem as cadeias produtivas. Precisamos de políticas que sejam apropriadas para o Nordeste semiárido. Existe um problema sobre o qual temos falando muito: é a questão do setor primário, do setor rural. Agricultura sim, em algumas microrregiões com irrigação.

Precisamos acabar com essa distribuição de sementes para a pequena agricultura porque essa não tem eficácia nenhuma. Em todos os países semiáridos do mundo, as regiões de maiores semiáridos do mundo, o que a gente viu é que o que prevalece é a pecuária. É a estrutura da pecuária com caprino, que é uma das grandes alternativas do Nordeste, com ovinos, com apicultura etc. São muitas as cadeias produtivas que poderíamos promover no Nordeste brasileiro. A decisão na realidade é de políticas públicas e políticas direcionadas a esses segmentos, políticas duradouras, políticas que vêm e que se fixam nessa região para que haja desenvolvimento, para que haja emprego e renda, para que haja independência das pessoas. Não podemos ficar alimentando pessoas só com assistencialismo. Quais as perspectivas das crianças de hoje no futuro próximo, se persistirmos com o assistencialismo?

Vai se continuar nas cidades do interior a política do trio elétrico, as pessoas pulando, embriagando-se, a juventude perdida? O que vai ser dessa juventude no futuro? Então é nossa responsabilidade pensar o futuro. Essa iniciativa que a CNBB – Nordeste II está fazendo neste evento de reflexão sobre os cinquenta anos do primeiro encontro dos bispos do Nordeste, em Campina Grande, é muito importante. Precisamos das políticas públicas, das ações do governo, de cobrar mais dos governantes. Precisamos de políticas duradouras, e não políticas de emergência. Precisamos cobrar das autoridades. Temos conversado com a classe produtora rural da Paraíba sobre essas questões. Temos conversado com representante

da Embrapa sobre a dificuldade que o setor agropecuário do Nordeste atravessa atualmente.

Ao nosso ver, a pequena e média propriedade, a classe média rural do Nordeste, acabou. Aquele homem que gerava emprego e renda, que educou seus filhos, que mandou para a cidade educar, esse homem acabou. Esses homens estão desaparecendo do campo e tem outra coisa séria acontecendo: o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável vem estabelecendo, de modo equivocado, a maneira como está sendo feita a reforma agrária no Nordeste. Na Paraíba, por exemplo, há regiões nas quais o lote fiscal é de cinquenta ou sessenta hectares e estão colocados hoje dez hectares. Isso é um suicídio. Isso é transformar o Nordeste num bolsão de miséria para o futuro. Precisamos corrigir essas distorções, fazendo as coisas com mais seriedade e cobrando mais das autoridades desse país.

Temos quinhentos e treze deputados federais. Prestemos atenção quando eles disserem: “Tem um débito pago para o nosso município”, temos que juntar uma comissão de produtores e para cobrar desses parlamentares o auxílio aos produtores rurais.

As secas de 1991 a 1993 e de 1997 a 1999 estão dentre as piores do século vinte. Essas duas secas praticamente dizimaram o rebanho nordestino. E não houve nenhuma política pública para socorrer o pequeno e médio produtor rural do Nordeste. Sem política de crédito rural não se faz desenvolvimento, não se incentiva setor privado, não se incentiva a produção.

Todos os países do mundo estabelecem os subsídios, protegem a sua produção. E o que aconteceu com esse Nordeste? O nordestino pagou correção monetária de 1989 a dezembro de 2000. As pessoas que deviam 1 (um) estão devendo 10 (dez) vezes. Já faz quatro a cinco anos do projeto nacional, e os governantes até agora não acordaram para isso, achando que tem grande que está usufruindo disso. Então tira os grandes. Limite o crédito dos grandes e dê para a pequena e média agricultura, no agronegócio do Nordeste brasileiro. São, portanto, essas as nossas considerações.

DESAFIOS E PROPOSTAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tânia Bacelar de Araújo

AGRADECEMOS A HONRA DE PODER ESTAR NESSE EVENTO E PARTICIPAR dessa reunião do segundo dia, onde a gente já caminha para olhar o futuro. Em saldo, o que mudou do Nordeste? E quais são os novos desafios e que propostas sugerir? O Nordeste dos anos cinquenta do século passado era muito diferente do Nordeste dos séculos anteriores. Propomos aqui analisar o que mudou e algumas permanências importantes. Antes de falar do Nordeste, falaremos sobre o conceito de desenvolvimento. Entendemos que o conceito de desenvolvimento mudou. E mudou para melhor.

O conceito de desenvolvimento que era predominante em meados do século vinte era sinônimo de desenvolvimento econômico. Esse conceito foi muito forte. Na verdade, ele é que comandava as principais propostas que se apresentaram para a região, para o Brasil e no mundo inteiro. Havia um debate também sobre como é que se construía o desenvolvimento. Alguns diziam que o desenvolvimento se fazia por etapa e que era um processo único, que era preciso ter calma e que estava para trás hoje, podia colocar para frente amanhã, e outros diziam que não, que o subdesenvolvimento tinha uma natureza diferente do desenvolvimento e que era preciso promover cultura. Essa tese teve um acolhimento na América Latina e um rebatimento no Nordeste porque a principal estratégia para promover cultura era a industrialização. Acreditava-se que rompendo

na América Latina a velha tradição de produzir matéria-prima passando para os industrializados, se conseguiria criar uma cultura interna importante, e que isso promoveria o desenvolvimento.

O Brasil embarcou nessa tese exatamente ali em meados do século vinte. O Brasil se organizou para ser uma grande potência industrial. Entrava na fase de industrialização pesada e se organizou para ser uma grande potência industrial e conseguiu. Nos anos oitenta, o Brasil era a oitava maior e diversificada economia industrial do mundo. Eram sete países mais industrializados – o G7 e o oitavo país era o Brasil. Foi uma ruptura importante que se promoveu na sociedade, e o Nordeste não acompanhou isso. O Nordeste tinha perdido o bonde da trajetória industrializante do país um pouco antes da década de vinte e não tinha acompanhado isso e, naquele momento, ali o Nordeste também acreditou que a grande proposta era a industrialização. Aquele movimento de industrialização que estava tão ativo, reestruturando principalmente o Sudeste e o Sul do Brasil. Essa proposta era muito forte na época.

Naquele momento, a indústria do Nordeste sofria concorrência com a indústria do Sudeste e o exemplo mais importante era a indústria têxtil, uma quebradeira na indústria têxtil do Nordeste pela concorrência com o seu similar do Sudeste. Um dos primeiros programas que a SUDENE implementou, quando foi criada, foi o famoso programa de modernização têxtil da região. Conseguiu salvar uma parte do quadro têxtil, reduziu metade dos operários do setor têxtil, mas salvou a metade da indústria, num processo doloroso de modernização. E essa crença na proposta de que, a qualquer custo, era preciso industrializar. O balanço que se fazia era que a gente realmente se industrializou. O Brasil se industrializou, o Nordeste se industrializou, mas isso não promoveu uma mudança na profundidade necessária, isso modernizou o Brasil, isso modernizou o Nordeste, mas a mudança fundamental ficou para ser feita. O movimento de industrialização, que era a proposta central, concentrou-se exageradamente no Sudeste. Vejo a gente depois tentando acompanhar e excluir parte da sociedade brasileira, pela ênfase concentrada que se deu nessa grande aposta.

O que o mundo discute hoje é uma outra concepção de

desenvolvimento, e a palavra que se usa é desenvolvimento sustentável. Foi preciso colocar um adjetivo junto da palavra desenvolvimento para forçar um debate em torno do conteúdo do desenvolvimento e a principal contestação dessa palavra é que não basta buscar o desenvolvimento econômico; não basta industrializar, somente, é preciso ter abordagens mais amplas e, pelo menos, duas outras variáveis estão se impondo no debate com muita força. A preocupação com a dimensão social do desenvolvimento.

Desse ponto de vista, nós avançamos para um conceito mais amplo, mais complexo, mais desafiador, e que certamente gerará propostas que terão resultados diferentes daqueles que a gente conhece dessa fase anterior. A preocupação com o meio ambiente veio para ficar, é uma preocupação mundial e ela não pode estar fora da nossa agenda. A preocupação com o meio ambiente deve estar no eixo das nossas propostas para o Nordeste, para o semiárido. É muito importante para nós do Nordeste essa visão de desenvolvimento.

O Nordeste semiárido, por coincidência, mudou muito nos últimos anos. O que foi dito aqui, que uma parte da produção ruiu, desapareceu do Nordeste semiárido, e é uma verdade. Durante todo o século vinte, o Nordeste semiárido foi estruturado num tripé: pecuária, algodão e policultura. Quando o algodão afundou, arrastou a pecuária, porque parte do custo da pecuária vinha do algodão. Aquilo era uma estrutura consolidada que operava há séculos. Tínhamos produção, mas qual era o problema?

O problema era que do ponto de vista social a grande maioria dos produtores produzia, mas não acumulava. E esta era a principal razão da seca como crise social. Porque a seca como crise da natureza é algo para se aprender a conviver, faz parte do cotidiano de todos os ecossistemas semiáridos do mundo. O problema é: como fazer um arranjo socioeconômico para operar numa região como essa? Esse continua sendo um desafio importante do Nordeste, porque dentro do Nordeste também teve um desequilíbrio fundamental. Se o Nordeste tem 28% da população do Brasil e o semiárido tem 40% da população do Nordeste e somente 20% da população do Brasil, então repetimos dentro do semiárido o mesmo desafio que a gente clama quando está no plano nacional.

Por isso, olhar para a região Nordeste continua sendo um desafio importante. A desmontagem do tripé pecuária, algodão e policultura recoloca para nós o desafio de pensar alternativas para o semiárido. A palavra de ordem que surgiu na crise é uma palavra muito positiva. A grande palavra de ordem é: vamos aprender a conviver com o semiárido. “Convivência” é uma palavra que vem com esse conceito de desenvolvimento sustentável. Não podemos lutar contra a seca, temos que montar uma estrutura positiva, social e econômica que conviva com a seca. É preciso que as pessoas produzam e acumulem para passar o ano de seca, já que se sabe que a seca vai acontecer. É aí que se precisa mudar, porque antes a grande maioria produzia, e não acumulava. Então tinha que rezar para chover.

Qual é o desafio agora? Montar uma estrutura onde as pessoas produzam e acumulem para passar o ano ruim que de tempo em tempo vai acontecer. E estão descobrindo que existem alternativas. Primeiro, estamos revisitando o semiárido. E estamos vendo que não tem proposta milagrosa, não tem habilidade única, não é só a pecuária. A pecuária é muito importante, criação animal é muito importante, mas nós já temos conhecimento suficiente sobre a heterogeneidade do semiárido. Uma coisa no semiárido é quando a gente está em baixo e outra é quando a gente está na serra. Muda a realidade e, portanto, temos que ter propostas múltiplas para realidades múltiplas, com essa linha mestra central de organizar atividades que sejam, ao mesmo tempo, ecologicamente adequadas, possam conviver com a realidade daquela região e socialmente viáveis. Portanto, as pessoas têm que produzir e acumular para poderem enfrentar os anos de seca sem pedirem esmola ao governo ou ao dono de poder do lugar. Então, esse é o grande desafio. E estamos descobrindo atividades viáveis inclusive na pecuária. Estamos descobrindo que a ovinocaprinocultura realmente é uma coisa importante que nós não valorizamos no modelo anterior.

No modelo anterior, era a pecuária de grande porte. Essa era a nossa preocupação. E agora estamos reestruturando a nossa pesquisa, para olhar para uma atividade que na época era vista como coisa de pobre, e como era coisa de pobre, não era olhada. E agora

estamos descobrindo que o que era coisa de pobre era na verdade uma cadeia produtiva que tem tanta viabilidade como a cadeia produtiva bovina. Uma atividade que gera emprego e renda, e que é mais adequada para a realidade de uma região que tem pouca condição de pastagem, que tem a água como um recurso escasso e que tem, portanto, que apostar num animal de menor porte. Uma cadeia produtiva economicamente tão viável como a cadeia produtiva anterior (baseada no latifúndio), mas que pode ser socialmente organizada em bases mais viáveis do que a cadeia anterior. A cadeia produtiva baseada no latifúndio, a qual exigia uma grande extensão de terra para criar. Estamos, então, colocando esse ponto de vista (do desenvolvimento sustentável) numa direção correta.

Outros exemplos que já foram falados: a produção de mel e a criação animal, assuntos em que o estado do Piauí está dando o exemplo que é possível organizar esse tipo de atividade de forma competente, até para exportação, e a gente não pensava nisso no Nordeste. Como a gente vê hoje, o Ceará produzindo flores, e quando a gente olha, onde é que está dando flores no Ceará? No semiárido. Então, o semiárido também já dá flor e não só bicho. Então, essa é uma discussão fundamental, porque lá estão 40% da população do Nordeste.

Este desafio é, portanto, muito importante e a proposta que devemos construir tem que ser uma proposta múltipla usando o conceito de desenvolvimento sustentável, procurando atividades que sejam economicamente variáveis, socialmente prudentes e ecologicamente adequadas para a realidade daquela região. E a crise está nos ensinando que é possível descobrir essas atividades e que somos capazes de apostar nelas para descobrir coisas muito interessantes. Não temos mais o algodão em larga escala, nem vamos ter mais o algodão nas bases anteriores. O algodão embutido nos latifúndios pecuários morreu. Não dá para competir com o algodão do Centro-Oeste, então, ou somos capazes de retomar o algodão em outras bases ou então estamos perdidos.

Aquele modelo anterior morreu. Por outro lado, chegamos a Campina Grande e vemos a experiência do algodão colorido. Se aquele outro morreu, vamos olhar a outra experiência do algodão

colorido, que vem da Embrapa. Então, tem pesquisa por trás, tem conhecimento por trás e pode ser cultivado nos assentamentos da reforma agrária, porque os pequenos produtores dos assentamentos da reforma agrária sabem produzir algodão, têm história nisso, têm conhecimento acumulado nisso e podem gerar uma cadeia produtiva que vai acumulando. A proposta do algodão colorido aqui de Campina Grande é de uma cadeia produtiva muito virtuosa porque ela vem da universidade, do conhecimento até a exportação, recolhendo tudo que o Nordeste sabe fazer: plantar algodão, fiar, transformar aquilo em confecção, fazer a confecção com artesanato e vender. É uma cadeia que tem a ver com a gente, com a cultura da região, com a tradição da região. Então, estamos descobrindo que é possível fazer coisas novas mais adequadas à realidade contemporânea, inclusive com o conceito mais adequado do que aquele com o qual a gente trabalhava antes. A inclusão social precisa estar na nossa agenda central.

A segunda pergunta é esta: e esse tipo de proposta é includente? A proposta da SUDENE anterior tinha problemas. A SUDENE usou o FINOR da agropecuária que não era adequado para a indústria e era muito complicado quando foi para a agropecuária. Somente com o período de redemocratização foi possível assegurar que o presidente da CONTAG representasse esse segmento de trabalhadores rurais no Conselho da SUDENE. Uma representação importante porque muitos dos projetos que a SUDENE aprovava não considerava os interesses e relevância de pequenos agricultores como, por exemplo, o caso de quem era posseiro, e que estava para ser expulso das terras em que trabalhava, sem que ninguém fizesse essa conta. Antes da representação da CONTAG no Conselho da SUDENE só se fazia conta se o boi estava bem, se a técnica estimada era a adequada, se o coeficiente de retorno do projeto era viável, mas não via que tinha gente naquele lugar. Então, isso não era desenvolvimento.

O desenvolvimento não pode desconsiderar as pessoas. Mas houve situações da SUDENE, na época, de o presidente da CONTAG pedir vista em vários projetos, fazer a vistoria e encontrar posseiros desalojados. E a instituição responsável pela implantação

da política do desenvolvimento da região, à época, não olhava para os pequenos trabalhadores rurais, porque trabalhava com o conceito que o desenvolvimento era aumentar a produção e aumentar o crescimento. Desenvolvimento é isso também, mas não é só isso. Esse aprendizado de que o desenvolvimento deve ser inclusivo nós obtivemos a partir das experiências da SUDENE. O mundo estava discutindo isso – desenvolvimento sustentável – e estava nos impondo fazer essa nova pauta no Brasil e Nordeste com o conceito contemporâneo de desenvolvimento.

O Nordeste hoje aparece no cenário do Brasil, na economia do Brasil, não por conta das políticas econômicas, mas por conta de políticas que são muito mais chamadas sociais. É muito interessante o que aconteceu no Nordeste nos últimos anos. O Bolsa Família transferiu uma renda importante para o Nordeste, porque o Nordeste tem 28% da população, mas tem metade da população pobre do Brasil. Então, como o critério do programa era atender aos pobres, nós recebemos metade dos recursos destinados a esse programa. Isso foi uma massa muito importante de recursos transferidos para a região que movimentou as economias locais, embora, nas grandes cidades, ainda não conseguimos avaliar o impacto econômico e social. Levantar os dados para avaliar os impactos de uma massa de transferência de renda dessa magnitude nos municípios de vinte mil habitantes, de quinze mil habitantes, dez mil habitantes.

Essa transferência de renda por meio do Bolsa Família virou economia, propiciou aumento do consumo que somado ao aumento real do salário mínimo impactou e tem impactado positivamente o consumo. De novo, o Nordeste aparece na discussão. A região Nordeste tem 28% da população, mas a metade dos ocupados que ganham salário mínimo está nessa região. Então, quando ocorre aumento real do salário mínimo, o impacto é mais positivo para a economia, no Nordeste, do que para a economia de São Paulo.

As pesquisas atuais (2006) sobre o comércio varejista apontam os estados do Norte e do Nordeste liderando o consumo popular do Brasil. E grandes empresas multinacionais aumentando o investimento no Nordeste para atender um mercado de consumo popular. Esse aumento do consumo não foi feito com política econômica,

mas com política social. Lição de uma experiência de política pública que nos desafia a pensar a política econômica e a política social.

Não basta fazer só política voltada para o crescimento econômico, pois tem possibilidades de implantação de políticas sociais que podem resultar em dinamismo econômico. E o que aconteceu na região nesses últimos anos (2002-2006), segundo todas as pesquisas, foram taxas de crescimento econômico no Nordeste um pouco acima ou mesmo superior às taxas do Brasil. O que não é grande vantagem, porque as taxas médias do Brasil não interessam nesse aspecto, não são suficientes para a recuperação de perdas históricas dessa região. Ou seja, crescer na taxa média do país não é suficiente para o Nordeste. Mas, mesmo assim, a região está um pouquinho à frente e, sobretudo, popular.

O aumento do consumo nos segmentos médios C, D e E atrai grandes empreendimentos que visam produzir bens de consumo simples para essa população. Antes se achava que era só fazer indústria, fazer infraestrutura econômica, financiar novos empreendimentos, mas hoje estamos tendo que rever esses conceitos para atender às inúmeras demandas desse segmento de consumo.

O modelo de desenvolvimento econômico anterior resultou num processo de concentração de recursos nas mãos de poucos e ampliou o problema do Nordeste. Porque o padrão praticado foi concentrador do bem geograficamente, os quais se concentram nas principais cidades do Nordeste: Salvador, Recife e Fortaleza. Ou quando se analisa o caso do Rio Grande do Norte, por exemplo, constata-se o peso de Natal *versus* o Rio Grande do Norte, ou quando a gente olha Aracajú *versus* o peso do resto do Estado, então esse é um desafio que continua importante, e que está mexendo com a cabeça da gente.

Na medida em que esse novo conceito está nos estimulando a pensar propostas distintas. É que o Nordeste grudou no Brasil. O Nordeste dos anos cinquenta ainda permitia a frase que foi escrita por Celso Furtado e que é uma das teses centrais do GTDN: “O Nordeste vai muito mal e o Sudeste vai muito bem” e essa frase hoje está difícil de escrever, porque quando o Sudeste vai bem, o Nordeste vai bem, quando o Sudeste vai mal, o Nordeste vai mal, porque, nos últimos cinquenta anos, a economia brasileira se integrou e

além de se integrar se abriu para o mundo.

Então, foram duas mudanças ao mesmo tempo, de grande importância para a gente pensar de novo o Nordeste, porque não estamos mais nos anos cinquenta do século vinte. Tem que ter proposta agora com a realidade que o Nordeste opera: integrado na dinâmica nacional e aberto para o mundo; porque quando abriu o Brasil, abriu o Nordeste. E não foi fácil para nós, porque estamos perdendo peso nas importações do Brasil. O processo de abertura do Brasil para o mundo e de busca do Brasil diante da sua presença no mundo, o Nordeste teve dificuldade de acompanhar. As principais bases de exportação do Brasil estão aqui, estão no Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste. O Nordeste era 20% das exportações brasileiras, hoje é 10% e o Brasil fez essa mudança para ficar.

O Brasil não vai voltar atrás nessa mudança, então terá que pensar atividades que sejam capazes de operar olhando para o Brasil e para o mundo. É o desafio que aumenta com intensidade nas escolhas de nossas propostas. Temos que pensar diferente algumas coisas, por exemplo, quando a gente discutia o Nordeste dos anos cinquenta, a grande tarefa da Chesf era colocar energia elétrica no Nordeste, e ela fez isso e nos integrou ao sistema brasileiro.

Só que o mundo hoje está mudando a matriz energética, o Brasil está mudando a matriz energética e a gente não tem mais um grande potencial para hidráulica. Então temos que repensar qual o desafio para a energia e temos que mostrar que podemos participar da matriz energética do Brasil, e olhar o setor elétrico não como oferta de infraestrutura de energia, mas como possibilidade de atividade econômica. A leitura desse setor hoje é completamente diferente da leitura que fazíamos nos anos 50 do século vinte. O que está em curso hoje é: quem vai produzir biodiesel? Quem vai produzir biomassa? Vamos entrar quando na eólica? Porque quando entramos na eólica, o grande potencial está aqui.

Então, essa é a pauta hoje, não é mais a pauta dos anos cinquenta. Então, tem uma discussão que mudou profundamente na medida em que houve essa mudança estrutural. Nós temos hoje que olhar para o cenário energético mundial, o cenário energético brasileiro e recolocar lá o debate do Nordeste. E não vamos aparecer como aparecemos nos anos cinquenta. Precisamos trazer energia

elétrica para o Nordeste e isso a Chesf deu conta. E agora não basta a Chesf, é preciso ela e mais. Isso é um desafio de grande profundidade que mudou a realidade do Brasil e que continua impondo aqui discussões novas. Para finalizar mesmo, a discussão sobre educação. Uma das variáveis mais importantes no mundo atual é investir em gente. É assim que a gente discute no plano internacional, é assim que a gente discute no Brasil e esse continua sendo um dos grandes hiatos do Nordeste. Quando a gente olha os níveis médios de escolaridade do Brasil e os nossos, a gente percebe que o hiato é muito grande, receita de metade, 4,4 anos o nível médio de escolaridade é nada. O patamar tecnológico exige no mínimo doze. Nós estamos abaixo da metade. Aí tem um outro desafio que continua central. Como é que a gente vai viabilizar essas novas atividades, se as pessoas não têm qualificação para realizá-las?

Se as exigências dos padrões técnicos mundiais são outras e maiores? Então, esse é o item da nossa agenda que não pode estar em segundo plano, e tem que estar no primeiro lugar. Até que se faça justiça, é necessário que uns dos itens nos quais a SUDENE começou, depois foi custeada com agência de incentivos, mas uma das principais tarefas iniciais da SUDENE foi pensar em gerar gente para promover o desenvolvimento da região. Este desafio continua. Fizemos por avançar e o desafio continua do tamanho que era ou talvez maior que as exigências são maiores do que eram nos anos cinquenta. Então, interiorizar o ensino superior é fundamental. Nosso ensino superior está concentrado nas capitais, a Universidade Federal Rural de Pernambuco está em Recife. A pessoa sai de Petrolina, de Caruaru, de Cabrobó para estudar a economia veterinária do Recife e fica lá, porque depois voltar é muito complicado. Então, essa é uma pauta que é fundamental para o Nordeste, a gente chegar às cidades médias do Sudeste, cidades de quinhentos mil, seiscentos mil habitantes há três universidades, e as nossas cidades médias não têm chance para a população jovem. Então isso é essencial na pauta, essencial na pauta porque é uma das linhas principais da discussão sobre o desenvolvimento do mundo e é um dos hiatos que não conseguimos enfrentar nos últimos anos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL: ARACAJU, UMA CIDADE PARA TODOS

Fernando Antônio dos Santos de Souza

QUERO PARABENIZAR A INICIATIVA DESTE ENCONTRO QUE CAMINHA para uma aprovação da reinstituição da SUDENE. Quero, também, agradecer a oportunidade de estar aqui nesse momento significativo das transformações que reclamam o Brasil.

A partir de 2004, com a reeleição do Prefeito Marcelo, do PT, demos início à experiência do Planejamento Estratégico Sustentável, a que denominamos de “Aracaju, uma cidade para todos”. É sobre essa experiência que trataremos aqui com os Senhores. Vamos apresentar alguns desafios e pontuar algumas propostas surgidas a partir dessa experiência.

A proposta “Aracaju, uma cidade para todos” tem como base a elaboração de um planejamento estratégico que considere o espaço, a economia e a cultura a partir da gestão participativa, do orçamento participativo, dos conselhos municipais, das audiências públicas e da realização do Congresso da Cidade que culminou num documento chamado: “Aracaju mais dez”.

Este documento estabeleceu metas para o planejamento da cidade no período de dez anos, isto tudo apoiado no desenvolvimento institucional, no georreferenciamento, na elaboração de um mapa geo-ambiental, nessa perspectiva de que nos fala a professora Tânia Bacelar, que não se pode mais planejar sem levar em conta

as questões ambientais e do homem e, especialmente, no georreferenciamento que tem como compreensão que planejamento urbano tem que ser democratizado. Então definição de técnicas, dos projetos específicos de captação de recursos, da execução e acompanhamento do controle social também nessa perspectiva do planejamento participativo. Queremos, à luz do pensamento da professora Tânia Bacelar, reconhecer o Nordeste na perspectiva de sua heterogeneidade e complexidade, de suas diferenças e singularidades, para então propormos ações específicas para a economia da região. Que novo olhar seria? Um olhar a partir das gentes urbanas, das redes urbanas que estruturam o espaço nordestino, que vão mostrar as desigualdades sociais.

Os estudos sobre o Nordeste mostram que 40% das cidades têm menos de vinte mil habitantes, que congregam também 48% a 50% da população em condições de grandes dificuldades. É uma realidade que precisamos combater e, para isto, devemos pensar algumas estratégias para construção de um Nordeste urbano socialmente mais justo. Nós já conhecemos o Nordeste, sabemos que é a região brasileira de mais baixa renda *per capita*. 59,2% da sua população possui uma renda familiar de 1,5 salário mínimo. As 150 cidades com maior taxa de desnutrição se encontram no Nordeste. Sabemos que o Nordeste tem concorrido com áreas de modernização intensas em meio às velhas estruturas socioeconômicas e políticas perpetuadoras da miséria. Esse é o Nordeste que conhecemos, mas, qual é o Nordeste urbano em que precisamos intervir e quais ações que precisamos urgentemente implementar? O Nordeste urbano se estruturou igualmente ao restante do país. Hoje o Nordeste concentra 6 regiões metropolitanas com 27% do total das regiões metropolitanas, concentrando 28,8% da população. Essa população está concentrada e estruturada de forma metropolitana, de forma perversa e injusta.

Um índice importante, porque demonstra a fragilidade da urbanização do Nordeste, é o *déficit* habitacional que inclui os domicílios rústicos, os quais são improvisados com a habitação familiar e a própria densidade de crescimento vegetativo em necessidade de habitação. Esse índice indica que o Nordeste tem um *déficit* de

5.851.197 habitações em condições precárias, precisando de uma solução urgente. E o que é mais assustador é que essas habitações precárias estão concentradas quase meio a meio, tanto na área urbana quanto na área rural, onde se concentram os piores índices de urbanidade. Então no Nordeste, concentraram-se além das dificuldades características das grandes capitais as dificuldades de uma urbanização no campo.

Se fizermos um cálculo considerando o índice referente ao *déficit* habitacional devido às condições precárias e colocar em forma de renda, teremos que 91,3% dessas habitações pertencem à população que recebe até três salários mínimos, o que é uma situação bastante grave. Essa população está excluída e precisa de uma política do Estado. Sem esta, não há possibilidade da reversão desse quadro, a curto ou médio prazo, no Nordeste. Esse é um dos desafios para o espaço urbano e urge compreender essas novas hierarquias urbanas que se realizam em um espaço mundial articulado e mudam a conexão entre as cidades com novas particularidades.

A rede urbana que se materializou no Nordeste é extremamente concentrada, o que faz com que as oportunidades de sobrevivência e de realização de mercadoria se deem na metrópole e concentrem, no interior, nas pequenas e médias cidades, os bolsões de pobreza. São pobreza e misérias urbanas em que só resta uma carteira sem assinatura, prestando serviço informal na agroindústria ou em serviços sazonais. É preciso ampliar o eixo de investigação para as redes das cidades, pois é através da articulação dos números de povoamento que o mundo tem se tornado simultaneamente desigual e dividido em diferenças sociais do ponto de vista urbano.

É preciso conhecer em profundidade esse problema, daí a necessidade de estudos voltados para o conhecimento das hierarquias e redes de cidades. É preciso dirigir a reflexão para globalização no seu aspecto da mundialização ou financeirização da economia. É preciso refletir sobre a metropolização das cidades, considerando a ocupação histórica injusta ocorrida no Brasil, a qual foi fortalecida pelo processo de industrialização, fragilizado pela recente flexibilização de produção. Ou seja, essa nova economia mundializada mudou as cidades do interior do Nordeste, especialmente as pequenas

idades, transformando algumas delas em cidades fantasmas, lugares de miséria, de desnutrição, de falta de educação e falta de condições básicas para sobrevivência dessa população.

Nesse sentido, gostaria de deixar para reflexão o destaque pontual em alguns elementos nesses desafios. A industrialização e a urbanização brasileiras têm especificidades históricas que precisam ser consideradas para a compreensão desse processo de desigualdade, estabelecido pelo modelo de industrialização e urbanização.

DESAFIOS ESPECIAIS NO MUNDO RURAL E PROPOSTAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Dom Tomás Balduino

SINTO-ME HONRADO EM TER SIDO ASSOCIADO A ESTE SEMINÁRIO que, a partir da memória do histórico Encontro dos Bispos do Nordeste, há cinquenta anos, nesta cidade de Campina Grande, se propõe, de forma muito oportuna, a destacar os desafios maiores que surgem da nova realidade que o Nordeste vive em 2006, desafios indicadores de novos encaminhamentos.

Respondendo à solicitação feita a mim de abordar os desafios que surgiram no mundo rural e também as propostas para o seu desenvolvimento, ocorrem-me os seguintes pontos que gostaria de desenvolver dentro do limite de tempo que cabe a cada um de nós. Primeiro, a Igreja em apoio ao protagonismo camponês. Segundo, as soluções camponesas alternativas, com destaque para o semiárido. Terceiro, o problema do agro-hidronegócio; e quarto, para além do desenvolvimento.

IGREJA EM APOIO AO PROTAGONISMO CAMPONÊS

A década de 1950 é muito fecunda em pronunciamentos e atuações da Igreja com relação à situação do campo. Há, em primeiro lugar, a preocupação com relação à extrema pobreza das famílias

camponesas, com pouca terra ou sem terra, mal alojadas, famintas, maltrapilhas, doentes, com trabalho mal pago, sem outra perspectiva do êxodo rural. A segunda preocupação da Igreja era a ebulição acontecida na zona rural de Norte a Sul do País. Falando aos proprietários de terra, Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha dizia: “Os agitadores estão chegando ao campo. Antecipai-vos a revolução”. As propostas de solução desta situação desumana de famílias do campo que eram uma esperança para o país e para a Igreja eram bem pensadas, inteligentes e práticas. Na maioria, elas se dirigiam, com a reconhecida autoridade da Igreja, ao Poder público, mas também aos fazendeiros e à própria Igreja, parceira dos encaminhamentos de soluções. A lacuna, observada naquela metodologia, é que ela dispensava a participação das lideranças camponesas. As reuniões eram feitas com fazendeiros, técnicos e autoridades do governo, além de agentes de pastoral do clero. No fim, havia recomendações aos grandes proprietários de terra de adotarem uma atitude mais humana com relação aos seus operários e, eventualmente, ceder alguma porção de terra para a reforma agrária.

Esta situação mudou radicalmente. Aconteceu uma revolução copernicana. Com efeito, o Concílio Vaticano II tendo realizado a abertura da Igreja para o mundo; e a Assembleia de Medellín entendido esta abertura para o mundo latino-americano como uma inclusão dos índios, dos negros, dos camponeses, das mulheres e dos pobres. Enfim, a Igreja fez, então, a opção preferencial por eles. Esta opção foi também de forma nova, isto é, o pobre não é mais o objeto de nossa ação caritativa, mas sujeito, autor e destinatário de sua própria luta de libertação. No momento da mais cruel repressão militar que se abateu em nossa história sobre os camponeses e suas organizações, vendo o comunismo em toda parte, a atuação samaritana e profética da Igreja fez a história tomar outro rumo. Graças à criação de instrumentos pastorais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra CPT, a Igreja, sem tê-lo planejado, permitiu a emergência histórica das organizações indígenas e camponesas que exercem um inegável protagonismo, com autonomia, na linha, não apenas da sobrevivência, mas da produção de excedentes e, sobretudo, na linha da mudança do

nosso país, na superação das brutais desigualdades e na conquista da democracia, com liberdade e dignidade.

AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS, COM DESTAQUE PARA O SEMIÁRIDO

O modelo de relacionamento com a terra em nosso país foi herdado da Colônia que só visava à exportação e não as necessidades do povo nem a sustentabilidade da agricultura. Foi um modelo devastador da terra, monocultural, exportador e concentrador. Este modelo é, ainda hoje, aplicado pelo agronegócio, tendo sido assimilado até pelos pequenos agricultores.

A mudança começou com a consciência de autonomia das organizações populares do campo. Rompendo com a imposição do modelo acima e até com as exigências dos órgãos financiadores oficiais para a obtenção de empréstimos, os camponeses partiram para soluções alternativas. Tomemos três exemplos bem significativos:

CONVIVÊNCIA COM A FLORESTA AMAZÔNICA

Inspirados em Chico Mendes, um grupo de trabalhadores do Acre, com pleno apoio da Igreja, resolveu mudar o sistema habitual de pôr abaixo a mata para plantar arroz e capim. Descobriram outra forma de relacionamento com a floresta, na autossustentação satisfatória, na comercialização dos produtos e na melhoria de vida de todos. A caminhada não foi fácil. Houve tensão com os tradicionais interesses sobre a Amazônia. Entre outras organizações camponesas, há o Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado). Com poucos recursos, ao contrário dos incentivos fiscais oferecidos pelo regime militar aos grandes capitalistas predadores da Amazônia, estes homens e mulheres, unidos como força coletiva, com a coordenação dos próprios agricultores, no respeito ao pluralismo religioso e cultural, no caminho do serviço solidário e, sobretudo na convivência respeitosa com a mata amazônica, já foram reconhecidos entre as oito melhores experiências de produção do planeta.

CONVIVÊNCIA COM O CERRADO

O cerrado brasileiro, esse generoso pedaço do Brasil é um mundo cheio de águas fartas e limpas, de terras multiformemente férteis e, mais do que tudo, de uma surpreendente variedade de formas de vida vegetal e animal. Esse é também um ancestral conhecimento de nossas mulheres e homens de vida rural. E o cerrado que, por milhões e milhões de anos tem sido uma fecunda fonte de vida, é também um “jardim da vida” (BRANDÃO, 2004, p.34).

A Agência de Cooperação Internacional do Japão (Projeto JICA), desde o governo Geisel, iniciou a ocupação do cerrado de Minas, Goiás e Mato Grosso, numa área correspondente à do Japão, para implantar a monocultura, sobretudo da soja e da cana-de-açúcar em benefício deste país financiador, através da exportação.

No extremo oposto desta gigantesca devastação, está nascendo a “Rede Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado”. Trata-se de um grupo de assentados, extrativistas, vazanteiros, pescadores, quilombolas e agricultores familiares organizados e localizados já em 30 municípios de Minas Gerais e de Goiás e Bahia. Partindo da experiência que o povo do cerrado aprendeu dos indígenas, esta pequena organização está levando adiante o relacionamento alternativo com este grande bioma ameaçado pelo agonegocio, inclusive pelas carvoarias do trabalho escravo. O objetivo do grupo, com a capacitação e participação de todos os seus membros, é oferecer à merenda escolar e à população a riqueza alimentar e medicinal do cerrado através do agroextrativismo sustentável, assumindo eles mesmos toda a cadeia de pesquisa, de produção e de comercialização. O trabalho é novo. Começou em 2000. E vem mantendo sua perspectiva sociopolítica e produtiva em rede articulada para o fortalecimento do agricultor do cerrado. Com isso,

este povo está saindo do isolamento e da marginalidade, através da organização de um modo de vida, cuja cultura e produção já estão sendo valorizadas e acessadas pela sociedade brasileira.

CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A SUDENE, cujas perspectivas eram as melhores possíveis na sua criação, descambou, sob o controle dos velhos políticos para a chamada “indústria da seca”, sabida em cavar fontes e rios de dinheiro, canalizados para o bolso de particulares, deixando o povo na sede e na pobreza.

A solução alternativa veio exatamente a partir das comunidades pobres, com a ajuda da Igreja e do poder público. Isto acontece no momento de uma singular mudança no meio do povo, antes objeto dos desmandos das elites e agora sujeito organizado em movimentos e com experiências concretas de libertação e de autonomia. Nisso, uma revolução silenciosa começou a avançar no semiárido. Trata-se da construção de um milhão de cisternas para abastecer um milhão de famílias com água de chuva.

A ASA (Articulação do Semiárido) está propondo o Projeto “Uma terra e duas águas”. Visa proporcionar a cada família do semiárido uma área de terra suficiente para viver com dignidade; uma água para abastecimento humano (cisterna caseira) e uma segunda água para a produção agropecuária. O resultado disso foi celebrado na Romaria da Terra e das Águas da Bahia, em Bom Jesus da Lapa, em julho de 2005. Famílias de Ipupiara ostentavam com luminoso sorriso no rosto os produtos oriundos de sua pequena irrigação, durante sete meses do ano, com água de chuva. Uma menina dizia: “agora temos muita água e não passamos mais necessidade”.

Este projeto é sustentável, econômica, social e ambientalmente. É desconcentrador, atinge a população difusa, a que mais passa sede hoje. Mantém a qualidade da água, evita a evaporação, não impacta o ambiente, ao contrário das obras hídricas gigantescas, como a transposição do São Francisco. Esta, que apenas transfere água de uma bacia para outras, já abastecidas com muita água dos açudes, suscita dúvidas quanto à salinização de solos e aumenta o desperdício da água. Entendo que a transposição representa o

atraso, o desconhecimento dos limites da natureza, o hidronegócio mesclado com a indústria da seca.

O AGRO-HIDRONEGÓCIO

O agronegócio tem sido propagandeado como o grande promotor do desenvolvimento nacional, responsável pelos crescentes *superavits* da balança comercial brasileira, promotor também do progresso nacional e da geração de empregos.

Na verdade, a produção agropecuária do agronegócio se destina ao mercado mundial de exportação e a quem paga mais. Visa exclusivamente ao lucro e não se preocupa de forma alguma com a segurança alimentar da nação. Ocupa áreas cada vez maiores de terra, cobrindo-as com a monocultura da cana, do eucalipto, da soja, do algodão, etc. O agronegócio vem substituindo o braço operário pelas grandes máquinas e é responsável pelo trabalho degradante e escravo. Constatou-se que onde é mais forte o agronegócio, maior é a violência contra os camponeses. Ele devasta o meio ambiente dos cerrados e florestas, deixa atrás de si o deserto, polui o solo, o subsolo e as vertentes com forte carga de agrotóxicos.

Hoje busca-se, pela biotecnologia, aumentar a produtividade das plantas e animais. Isto em si é coisa boa. O problema está em que esta biotecnologia é controlada não mais pelo Estado, nem pelos agricultores, mas por algumas grandes empresas multinacionais que, protegidas pela lei de patentes e únicas detentoras de sofisticada tecnologia de material transgênico desenvolvida em grandes laboratórios, conseguem o monopólio do mercado, obtêm lucros enormes e mantêm os agricultores cativos de suas sementes, dos seus insumos e agrotóxicos. Este é o maior golpe de morte do agronegócio sobre a agricultura familiar.

PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO

As organizações camponesas hoje em dia estão buscando o saber técnico e científico em vista da maior produção, porém com respeito pela grande diversidade dos biomas regionais do Brasil, cuidando da ecologia e da sustentabilidade em vista de suprir as necessidades familiares e grupais, além de produzir excedentes para comercialização.

Assim, as pequenas propriedades continuam sendo, com sua produção diversificada, as que mais produzem, tanto quantitativa como qualitativamente. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e, por conseguinte, os índices de desenvolvimento estão entre os maiores. Na realidade, é a pequena propriedade que coloca o alimento na mesa dos brasileiros.

Contudo é preciso levar em conta o modo de ser camponês. Não se confunde com a mentalidade capitalista que visa ao enriquecimento, o lucro, a concorrência, a hegemonia e o monopólio. O camponês está cada vez mais consciente de sua identidade. Herdeiro da sabedoria indígena e africana, mantém a convivência com a terra e com as águas, na perspectiva do cuidado com a natureza, da solidariedade e da partilha de uns com os outros. Além disso, vem assumindo a terra e as águas como símbolos de vida e de mudança. “Terra é mais do que terra”. Não é apenas o pedaço de chão da sobrevivência, mas é bandeira que aponta para as necessárias conquistas sociopolítico-econômico-culturais na linha de um outro mundo, de uma outra democracia, do Brasil que nós queremos.

SEMIÁRIDO BRASILEIRO: INCOMPREENSÕES E CONQUISTAS

José Procópio de Lucena¹

O SEMIÁRIDO BRASILEIRO TEM SIDO PALCO DE FREQUENTES INTERVENÇÕES que, via de regra, têm como pretexto a busca de soluções que respondam à situação de pobreza e miséria absoluta, que penaliza a maioria de sua população, agravada por recortes de estiagens prolongadas e pelos impactos ambientais, em virtude de ações inadequadas na região.

Este espaço geoambiental é marcado pelo desequilíbrio entre oferta e demanda de recursos naturais. As secas são marcas comuns como fenômeno climatológico, caracterizado pela ausência, escassez, frequência reduzida, quantidade limitada e má distribuição, no tempo e no espaço, das precipitações pluviométricas, durante as estações chuvosas. Neste tocante, o *déficit* hídrico é, de longe, o pior fenômeno natural que enfrentamos, pois perdemos 2.500mm/ano de água, por evapotranspiração.

Estudos do CPTASA (Centro de Pesquisa Tecnologia do Semiárido) mostram que existe, no Nordeste, mais de cem espaços geoambientais. Isto demonstra uma região diversificada que exige políticas públicas e relações natureza *versus* pessoa humana, adequadas a cada ecossistema. A essas condições complexas, soma-se

1 José Procópio de Lucena, Engenheiro Agrônomo, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu. Membro da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

o problema de recursos rudimentares e desajustados do potencial tecnológico e demais limitações da natureza. Como resultado das atividades predatórias, desencadeou-se o processo de desertificação e degradação dos recursos naturais.

Porém, todos estes aspectos são somente fragmentos da realidade de um semiárido com duas vezes mais habitantes que Portugal e um território que tem o equivalente à França e à Alemanha juntas. Na história do Nordeste, a seca tem sido uma constante desde o período colonial. As elites da região se apropriaram da imagem de carências provocadas pelos efeitos da estiagem para reivindicarem recursos financeiros sem, entretanto, alterar as relações sociais e de produção da região. Desta forma, a seca e a pobreza constituem os principais argumentos das oligarquias regionais para implantação de políticas governamentais compensatórias e construção de grandes obras, principalmente hídricas, em suas propriedades privadas, valorizando, assim, suas terras com a utilização da mão de obra das frentes de serviço e reforçando suas estruturas de poder.

A incidência da seca sobre as áreas semiáridas do Nordeste contribui para o reduzido grau de desenvolvimento da região, mas, nem tanto, quanto dizem as elites e os discursos oficiais que nos querem fazer crer. O pensamento político dominante e conservador da região buscou o determinismo climático como causa para explicar as injustiças sociais e a concentração de riqueza e terra. Os efeitos negativos, de ordem econômica e social atribuídos à seca, não têm lugar somente por causa deste fenômeno, mas, especialmente, em decorrência do modelo econômico, político e social vigente no país. Portanto, a natureza climática e meteorológica, subordinada a limitações pluviométricas e climatológicas, não são a razão maior da pobreza e miséria do semiárido.

Muitos estudos mostram que, no semiárido, a terra é, a um só tempo, fonte de poder e bem de acumulação. A concentração da terra tende a aumentar nos anos de secas intensas, por falta de política de Estado para garantir aos pequenos agricultores estrutura hídrica, crédito no tempo certo e subsidiado e assessoria técnica adaptados às condições socioculturais e ambientais, visando à produção material e reprodução social das famílias camponesas.

Depois da criação de uma série de instituições e programas governamentais voltados para resolver as desigualdades e disparidades no Nordeste, percebe-se que todo esse aparato e esforço serviram de fonte de manutenção do modelo institucional de poder e legitimidade para as elites locais. Na década de 1980, os movimentos sociais começaram a expressar que as políticas e ações governamentais para o semiárido só terão sustentabilidade se tocarem na estrutura social e agrária e atuarem numa visão de convivência com o semiárido, com gestão democrática e descentralizada dos ativos produtivos e da “coisa pública”, para corrigir as injustiças e distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e pobreza no meio rural.

De forma enfática, os movimentos sociais do Nordeste denunciaram que a exclusão social é uma violência contra o povo e decorre de um modelo econômico concentrador de renda e de terra, do autoritarismo e coronelismo político, reinantes na região, e da falta de políticas públicas democratizantes. As políticas de desenvolvimento implantadas na região serviriam para a industrialização e o agronegócio e, ao mesmo tempo, para a manutenção do latifúndio e sua estrutura oligárquica que, de um lado, provocaram o surgimento de regiões dinâmicas, mas, por outro, aumentaram as injustiças, desigualdades e exclusão econômica e social, além da degradação ambiental intensa.

Em 1993, diante de mais uma seca e dado o descaso das autoridades, conforme já descrevemos anteriormente, coube à sociedade civil organizada e aos diferentes movimentos sociais ocuparem a SUDENE e proporem ações permanentes para o desenvolvimento do Nordeste/semiárido brasileiro. Desta intervenção organizada e propositiva da sociedade civil, deu-se origem ao Fórum Nordeste; ao FOCAMPO (RN); a Articulação do Semiárido (ASA), na Paraíba; e surgiu um número considerável de articulações e ações da sociedade em vários Estados e regiões que, ao longo destes anos, em todos os níveis e setores de atividades, demonstraram um conjunto de ações viáveis para o nosso semiárido brasileiro. Nesta caminhada, concretizou-se a compreensão de que é possível promover a sustentabilidade socioambiental nesta região do Brasil, através

de uma agricultura familiar agroecológica, numerosa e próspera; numa perspectiva que incorpora, no dia a dia, a vivência equitativa de gênero, o respeito e a valorização das etnias, com a participação efetiva de jovens e geração de renda para as famílias.

Em 1999, por ocasião da terceira Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), realizada em Recife-PE, patrocinada pelas Nações Unidas, onde se reuniram aproximadamente dois mil delegados de mais de 150 países, organizou-se um fórum paralelo da sociedade civil, onde resgatamos as propostas de 1993. Os resultados mais importantes foram: o documento intitulado “declaração do semiárido” e a criação da Articulação do Semiárido (ASA). A declaração do semiárido está fundamentada em duas premissas: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; b) quebra do monopólio de acesso a terra, à água e a outros meios de produção. As propostas de convivência com o semiárido constituem-se de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade civil, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais, e buscar meios adequados de financiamento.

Em sintonia com a convenção das Nações Unidas de combate à desertificação, da qual o Brasil é signatário, a ASA comprometeu-se a contribuir no combate às causas da desertificação e mitigação dos efeitos da seca, bem como construir estratégias de erradicação da pobreza através do programa de convivência com o semiárido que inclui: a) fortalecimento da agricultura familiar como eixo central de estratégia de convivência com o semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais; b) a garantia da segurança alimentar; c) uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao semiárido e a sua população; d) universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar; e) articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais.

Logo após a COP3, a ASA, em seu primeiro encontro, deliberou pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido e o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), o

qual mostra que é possível viver no semiárido, valorizando o que ele tem de melhor: a força de seu povo. Através de um método simples e eficiente, o P1MC tem conseguido mobilizar e capacitar famílias, garantindo uma convivência adequada e digna com a região. Em quase três anos de atuação, o P1MC causou mudanças sociais, políticas e econômicas na região semiárida. Entre elas, o aumento da frequência escolar, a diminuição do número de pessoas com doenças em virtude do consumo da água contaminada e a geração de emprego e renda para os moradores das comunidades.

A confiança da sociedade nos resultados do P1MC possibilitou a conquista de grandes aliados, a exemplo do Governo Federal, da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), da Oxfam, e até de pessoas do outro lado do mundo, como foi o caso de doadores estrangeiros. A previsão é de que o P1MC seja implementado em cinco anos, contados a partir de julho de 2003, com custos totais de U\$ 424,3 milhões (quatrocentos e vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares). Até a finalização, pelo menos um milhão de famílias terão sido envolvidas nos processos de mobilização e capacitação, provando que a sociedade civil articulada pode transformar as políticas públicas voltadas para o Semiárido. Até a data de 06/11/2006, o P1MC conseguiu construir 164.254 (cento e sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e quatro) cisternas e mobilizar 167.234 (cento e sessenta e sete mil e duzentos e trinta e quatro) famílias nos nove Estados do Nordeste e mais os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Em 1997, o Brasil assumiu, perante as Nações de todo o mundo, o compromisso de combater a desertificação nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, por meio da elaboração e implantação do Programa de Ação Nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, o PAN Brasil. Este programa é um instrumento norteador que busca harmonizar ações e maior cooperação entre todos os envolvidos com a questão da desertificação e tem como objetivo estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas nas áreas suscetíveis à desertificação no Brasil, no contexto das políticas de combate à desertificação, mitigação dos

efeitos da seca e de promoção do desenvolvimento sustentável.

As áreas suscetíveis à desertificação estão localizadas nos nove Estados do Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Além destes, também foram considerados alguns municípios do norte de Minas Gerais e noroeste do Espírito Santo. No total, o PAN Brasil abrange 1.488 (um mil quatrocentos e oitenta e oito) municípios, que ocupam uma área de 1.338.076 km² (15,7% do território brasileiro) e onde vivem aproximadamente trinta e dois milhões de pessoas (18,6% da população do Brasil). Esta situação é extremamente grave para o semiárido brasileiro, pois é esta região que abriga a maior parte da população brasileira, cujos níveis de pobreza, concentração de renda, terra, analfabetismo e mortalidade infantil são os mais altos do país.

Outra questão complexa no Nordeste (semiárido brasileiro) é a chamada transposição do Rio São Francisco, que consiste em estender a circulação do “Velho Chico” (cujo leito está, na maior parte, em Minas Gerais, Pernambuco e Bahia) também para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, além de áreas semiáridas de Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Abastecida pelo rio, a região do Polígono da Seca teria água para atender à agricultura e ao consumo individual.

A mais recente versão dessa ideia é o projeto de *Interligação da Bacia do São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional*, que integra o *Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido e da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*, comandado pelo Ministério da Integração Nacional. Orçado em R\$ 4,2 bilhões (quatro bilhões e duzentos mil reais), o projeto prevê a construção de aproximadamente setecentos quilômetros de canais e reservatórios, divididos em dois eixos, que abasteceriam o Polígono, aliviando os efeitos da estiagem.

O projeto de integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional tem uma ambição que, há mais de cem anos, aflige governo e sociedade: acabar com o problema da seca no semiárido brasileiro. A proposta tem uma história tão antiga quanto à seca na região e o debate tão antigo quanto polêmico,

e polarizado pelos argumentos contrários ou favoráveis ao projeto. De um lado, o governo afirma que a integração do São Francisco é a única obra viável econômica e geograficamente para garantir a segurança hídrica da população do semiárido. De outro, ambientalistas, movimentos sociais, ribeirinhos e pesquisadores que estudam o semiárido garantem que o montante investido pelo governo é desperdício de dinheiro público. Para eles, a solução para o semiárido não estaria em “obras faraônicas”, mas na multiplicação de pequenas obras que o sertanejo conhece melhor do que ninguém.

Se por um lado o governo afirma que o objetivo principal do projeto é salvar a população do semiárido do sofrimento da seca, melhorando as condições de vida de cerca de doze milhões de brasileiros, pesquisadores como Manuel Correia de Andrade, professor do curso de Geografia da UFPE, contestam, dizendo que os interesses de grandes grupos econômicos tendem a ser favorecidos, “porque o retorno do capital investido na grande empresa é mais rápido e porque os grandes empresários têm maior poder de pressão e, por isso, conseguem mais facilmente as vantagens”. Joaquim Correia de Andrade, professor de geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), filho do grande geógrafo Manoel Correia de Andrade, também questionou a utilidade do projeto. “O que adianta mais um megaprojeto, se amanhã essas águas, como acontece no médio São Francisco, irão beneficiar basicamente grupos empresariais que recebem uma infraestrutura totalmente preparada pelo Estado a custo zero?”, declarou. Manuel Correia que estuda a questão nordestina há cinquenta e três anos, explica que existem outras questões envolvidas na Integração do Rio São Francisco, que deveriam ser pensadas. Uma delas está ligada à estrutura fundiária. Para ele, o grande problema na região é a questão da propriedade da terra. “Fizeram uma política de irrigação no médio São Francisco, mas em vez de fazerem programas de pequenas propriedades e cooperativas, fizeram um programa ligado às grandes empresas”, critica. “Então vêm empresas do exterior ou de outras regiões do Brasil, montam empreendimentos e levam o lucro. O que fica é só o salário mínimo dos trabalhadores”.

De opinião oposta, João Urbano Cagnin, coordenador dos

estudos de integração de bacias da região Nordeste no âmbito do Ministério da Integração Nacional, acredita que a integração de bacias no Nordeste é sinônimo de promoção de igualdade de oportunidade para os brasileiros. “Uma pequena quantidade de pessoas será removida, como acontece em todas as grandes obras. Porém elas têm a possibilidade de ‘ficar melhor’, pois serão indenizadas corretamente pelo governo”, afirma. “Eu defendo o projeto, pois é um dos melhores projetos que temos hoje”, acrescenta. “Os projetos de transferência de renda para os mais pobres são projetos auxiliares. Esses projetos têm sua importância, porém não conseguem levar desenvolvimento para a região. Já o projeto em questão é um projeto estruturante, ou seja, visa à geração de desenvolvimento humano e econômico para a região”. Para ele, as alternativas de combate à seca como, por exemplo, as cisternas, a dessalinização da água do mar e a utilização de águas subterrâneas não resolveriam o problema de desenvolvimento da região Nordeste. Não se trata apenas de água para beber, mas para manter as atividades industriais, comerciais e agrícolas da região, e essas atividades exigem uma demanda grande de água. “Sem esse recurso hídrico as indústrias novas não se instalam e, pior, as que estão lá não conseguem manter suas atividades. Existem casos de indústrias que deixaram de ir para a região porque em época de seca o governo não garante a manutenção de suas atividades, devido à falta de água”, afirma Cagnin.

A polêmica não é baseada somente na necessidade ou não da transposição, distribuição e uso das águas. Mas isso também está em questão. “Que adianta ter água na minha porta se eu não terei acesso a essa água? E se eu tiver acesso a essa água eu vou ter terra para cultivar? A questão passaria necessariamente pela água?”, questionou Joaquim Correia.

Enquanto políticos e pesquisadores debatem sobre a utilidade e os efeitos do projeto de transposição, a Agência Nacional das Águas (ANA) e o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) não conseguem entrar em um acordo a respeito da disponibilidade hídrica do Rio São Francisco. O Comitê afirma que há um saldo disponível de 360 m³/s, mas a ANA aponta um número maior: 434

m³/s. A afirmação do Comitê de que 335 m³/s já estão outorgados é rebatida pela ANA, que afirma que apenas 91m³/s estão sendo efetivamente usados.

De acordo com a ANA, o consumo de água na Integração do Rio São Francisco, depois de pronta e funcionando a todo vapor, não deverá exceder os 327 (trezentos e vinte e sete) m³/s, confirmando que há disponibilidade hídrica até o ano de 2025 para atender as demandas da integração do Rio São Francisco, hipótese esta que, Moraes, professor da USP, questiona. Para ele, existe um debate onde os interesses prós ou contras comandam o raciocínio e alguns fundamentos técnicos básicos não estão claros. “Os dados sobre a vazão da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf)”, afirma, “não batem com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Estão querendo fazer a transposição, mas no alto curso do rio, em áreas de nascentes. Há problemas de assoreamento que são evidentes e, sem dúvida nenhuma, qualquer que seja o dado de vazão, isso vai influenciar. O assoreamento é visível, há um desmatamento pesado, há lugares onde o rio está pouco profundo”.

Como se percebe, é um assunto polêmico, complexo, de muitas visões e compreensões, que divide governos, sociedade civil, movimentos sociais, trabalhadores, ambientalistas, educadores cientistas e pesquisadores. Até mesmo a Igreja Católica que prima pela unidade do clero, diverge entre si quando o assunto é transposição do São Francisco. O tema tomou dimensão nacional quando o bispo Dom Luiz Flávio Cappio, de forma inusitada, ousada e até radical para alguns, teve a atitude de fazer greve de fome para que o governo possibilitasse um debate nacional amplo com toda a sociedade a respeito do assunto.

Na declaração do semiárido brasileiro, nós da sociedade civil organizada, participantes da articulação do semiárido afirmamos de forma convicta que temos propostas realistas e factíveis para convivência com as condições edafoclimáticas, culturais, econômicas, ambientais, históricas, sociais e de etnia para região. O semiárido tem direito a uma política adequada, sustentável e justa com a maioria de seu povo.

NOSSA EXPERIÊNCIA MOSTRA QUE O SEMIÁRIDO É VIÁVEL

A convivência com as condições do semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. Com a sabedoria popular e as lutas cotidianas de homens e mulheres excluídos do direito a terra, renda, emprego, participação social e política, aprendemos:

a) Que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido, sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;

b) Que homens e mulheres, adultos e jovens, possam muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;

c) Que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando culturas alimentares de círculo curto e permanente adaptadas, criando peixe, cabras, abelhas e galinhas, etc.

Enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existem vontades individuais, coletivas e políticas nesse sentido.

É PRECISO LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A GRANDE DIVERSIDADE DA REGIÃO

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semiárido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que em Petrolina, durante a nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no semiárido brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semiárido brasileiro é um território imenso. Essa imensidão

não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região: o acesso à água, por exemplo, e, outras, universais, a desigualdade entre homens e mulheres. Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e a ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores e agentes de saúde. O que pretendemos com essa longa lista é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica que leve em consideração os seus mais diversos aspectos e suas inter-relações impõe-se.

Dito isto, podemos apresentar a nossa contribuição, fruto de longos anos de trabalho no semiárido, destacando algumas das propostas que vêm sendo discutidas pela sociedade civil nas duas últimas décadas.

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Este programa está fundamentado em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; e a quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto socioeconômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo

especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso programa de convivência com o semiárido inclui:

a) O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais;

b) A garantia da segurança alimentar da região, como um objetivo a ser alcançado a curtíssimo prazo;

c) O uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao semiárido e à sua população, como ferramentas básicas para a convivência com as condições da região;

d) A universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar, como um caso exemplar, que demonstra como tecnologias simples e baratas, como a cisterna de placas de cimento, podem se tornar o elemento central de políticas públicas de convivência com as secas;

e) A articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais, como uma necessidade;

f) O acesso ao crédito e aos canais de comercialização, como meios indispensáveis para ultrapassar o estágio da mera subsistência.

ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE

O semiárido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos que em sua maioria encontra-se em péssima situação financeira e com infraestrutura deficiente. Pior ainda: as políticas macroeconômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas

pressões, que contribuíram com os processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semiárido compreende, entre outras medidas:

a) A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semiárido;

b) A priorização de investimentos em infraestrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte;

c) Maiores investimentos em infraestrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados;

d) Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas;

e) A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do semiárido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa convenção, a articulação está propondo para vigência desse direito:

a) O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando a sua intervenção qualificada nas políticas públicas;

b) Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano.

c) A erradicação do analfabetismo no prazo de dez anos;

d) A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados a partir da realidade local;

e) A articulação entre ensino básico, formação profissional e

assistência técnica;

f) A valorização dos conhecimentos tradicionais;

g) A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o semiárido e atravesse toda a sociedade brasileira.

INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começa a trabalhar com dez anos de idade. No Sertão, muitas vezes, elas são as responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens.

Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de dezoito horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5º da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a articulação no semiárido reivindica, entre outras medidas:

a) Que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;

b) Que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra;

c) Que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;

d) Que mais mulheres e jovens sejam capacitados para participar em conselhos de políticas públicas;

e) Que mais mulheres adultas tenham acesso à escola, com horários e currículo apropriados.

PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que têm por objetivo: 1) a prevenção e/ou redução da degradação das terras; 2) a reabilitação de terras parcialmente degradadas; e, 3) a recuperação de terras degradadas”.

A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda em certos locais uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no semiárido brasileiro, 60% das quais endêmicas. Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- a) A realização de um zoneamento socioambiental preciso;
- b) A implementação de um programa de reflorestamento;
- c) A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido;
- d) O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental;
- e) O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental;
- f) A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas;
- g) A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, comprometeram-se a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”. Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semiárido seja financiado através de quatro mecanismos básicos:

- a) A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas organizações da sociedade civil;
- b) A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas;
- c) Um fundo específico para todas as atividades que não são passíveis de financiamento através das linhas de crédito existentes;
- d) Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste). Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos.

A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semiárido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de quinhentos milhões de reais (um quarto dos dois bilhões de reais que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O semiárido que a articulação está querendo construir é aquele em que o recurso seria investido nos anos “normais”, de maneira constante e planejado, em educação, água, terra, produção e informação. Para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como: convivência, autonomia e justiça.

O NORDESTE ATUAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PRIORITÁRIAS

Pedro Brito do Nascimento¹

BREVE APRESENTAÇÃO

INICIALMENTE QUERO DIZER DA MINHA GRANDE SATISFAÇÃO E grande alegria em estar hoje aqui, atendendo ao convite de Dom Jaime Vieira Rocha, bispo de Campina Grande, em nome de quem saúdo todos os bispos aqui presentes. É, de fato, uma oportunidade excelente para discutir o Nordeste, discutir o semiárido; inclusive, porque estamos, em um dia quase de comemoração, em função da aprovação da nova SUDENE.²

Eu digo de quase comemoração porque o projeto que foi aprovado cria de fato uma nova SUDENE, com uma nova estrutura de gestão, com um Conselho Deliberativo composto por governantes, prefeitos, representantes das classes empresariais, representantes dos trabalhadores. Um novo conselho deliberativo que inclusive vai ter a presença do Presidente da República, em pelo menos duas reuniões anuais. Portanto, uma instituição que nasce politicamente forte, capaz de agregar todas as lideranças regionais em torno

- 1 Pedro Brito do Nascimento, Economista. Funcionário de carreira do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Então Ministro da Integração Nacional. Coordenador do projeto São Francisco e membro da equipe do projeto Transnordestina.
- 2 Durante o encontro comemorativo dos 50 anos do Primeiro Encontro de Bispos do Nordeste, foi informado pelas autoridades do Governo Federal que o processo em trâmite para recriação da SUDENE estava sendo aprovado.

de um objetivo único, que é a redução das graves desigualdades regionais.

Sabemos que nosso país, infelizmente, é um dos países do mundo, em que a desigualdade de renda é das mais graves. Apesar dessa grave disparidade ter tido reduções importantes, especialmente, no período do governo Lula, esses dados não foram ainda analisados por técnicos do governo, mas por uma instituição independente que foi o PNUD, a que publicou o relatório do desenvolvimento humano de 2006. Esse relatório constata que houve avanços importantes na redução da pobreza e da desigualdade regional.

O renascimento da SUDENE, dentro desse contexto, torna este seminário de grande oportunidade, porque nós contamos não só com a capilaridade da Igreja, que é muito grande em toda a região, mas, principalmente, com a proximidade da Igreja com os mais pobres, os mais necessitados. É certamente essa vivência que contribuirá para que possamos construir, juntamente com a nova SUDENE, um plano com programas e propostas objetivas para a redução dessas graves disparidades regionais.

Este encontro é, pois, uma oportunidade maravilhosa. Contamos aqui com a presença de pessoas nordestinas, todos nós somos nordestinos, pessoas envolvidas desde o início de suas carreiras e responsabilidades profissionais com a questão do Nordeste, da pobreza e das desigualdades regionais.

O primeiro palestrante desta mesa, o Dr. Armando Avena Filho, Secretário de Planejamento da Bahia em 2006. Seu currículo nos dá uma demonstração do tipo de profissional que ele é. Não tenho dúvidas de que as palavras do Avena serão importantes para todos nós e contribuirão decisivamente para a mensagem final que vamos tirar deste seminário e suas propostas. Depois teremos a participação de Rafael Lapa, funcionário de carreira do Banco Central, e diretor do Banco do Nordeste em 2006. Um profissional experiente nos temas da região. Não tenho dúvida também que suas palavras contribuirão muito para as conclusões do seminário.

E, finalmente, o deputado Zezéu Ribeiro, do PT da Bahia, uma pessoa que luta com muita determinação por todas as propostas da região. Capitaneou com bravura o novo projeto da SUDENE. Nesse

ponto, precisamos registrar, por questão de justiça, que a professora Tânia Bacelar é certamente uma das mentes mais brilhantes deste país. Foi quem coordenou no Ministério da Integração Nacional todos os trabalhos necessários para que o poder executivo pudesse apresentar ao Congresso essa proposta para a nova SUDENE, que foi aprovado. E é o que todos os brasileiros, especialmente os nordestinos, esperam.

A minha tarefa será facilitada porque todos os palestrantes certamente convergirão no diagnóstico da situação do semiárido, da situação do Nordeste, bem como com relação às medidas, às propostas, para reduzir as grandes disparidades de renda que existem no nosso país.

Falamos muito em desigualdade regional, mas observando o quadro dos Estados Unidos, vimos as desigualdades entre os estados de Massachussets mais desenvolvido e o Alabama menos desenvolvido. O mais desenvolvido tem renda per capita duas vezes maior que o menos desenvolvido. Se compararmos com o Brasil, essa disparidade cresce para nove vezes a diferença do Estado mais desenvolvido para o menos desenvolvido, como é o caso do Distrito Federal e do Maranhão. Essa situação melhorou no governo Lula, mesmo assim o Brasil é o país com mais desigualdade no mundo. Portanto, esse é o foco do Ministério da Integração Nacional, trabalhar com vistas à redução desse grave problema.

O BRASIL É UM PAÍS DE CONTRASTES.

Nós do Ministério da Integração Nacional, baseados no trabalho de Tânia Bacelar, mapeamos o Brasil em quatro categorias a partir da renda *per capita* domiciliar. Vimos que apenas as capitais no Nordeste possuem domicílios de alta renda. Usamos também outro instrumento de análise, o PIB *per capita* de 1980 a 1999 e de 2000 a 2002. Esses dados do crescimento do PIB mostram em que regiões devem atuar o Ministério da Integração Nacional e as políticas públicas de combate à pobreza, de combate às disparidades regionais.

Outra questão gravíssima é a educação formal no Brasil cuja média é de seis anos que é muito baixa e, no Nordeste, é mais baixa ainda. A taxa de analfabetismo no Nordeste é o dobro. O papel do

ministério é buscar políticas de desenvolvimento regional, de diminuição das desigualdades regionais e, dessa forma, de combater à pobreza, mas não diretamente. Além desses problemas, ainda tem a questão do abastecimento de água, que é um problema universal e que não há nada mais importante como o fornecimento de água potável e o saneamento básico. No Brasil, para se ter isso, teremos que gastar 10 (dez) bilhões nos próximos vinte anos. Isso é tão importante quanto a educação, a saúde.

PERSPECTIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO DO NORDESTE NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Armando Avena Filho¹

QUERO CUMPRIMENTAR OS SENHORES E SENHORAS, AGRADECER E louvar a oportunidade que a Conferência dos Bispos nos dá para discutir os problemas e questões fundamentais para a região Nordeste.

Minha ideia aqui é tecer algumas considerações sobre a região Nordeste, e sobre as políticas públicas que entendo fundamentais para que essa região possa se inserir no Brasil como um dos grandes espaços do desenvolvimento nacional.

Sempre que falamos sobre o Nordeste fazemos questão de dizer que estamos falando de uma região que precisa pedir ou que precisa chorar. Fazemos questão também de dizer que essa região tem a potencialidade de um local em que vive cerca de 30% da população brasileira, e que tem uma pujança em todos os níveis, seja econômico, populacional ou cultural.

Sob o ponto de vista econômico, quando se fala do Nordeste, está se falando de um produto interno bruto na ordem de R\$ 280

1 Armando Avena Filho, Economista, pós-graduado em Planejamento Global e Política Econômica pela Comissão Econômica para América Latina, em Santiago, Chile, e, em fontes nacionais pelo Centro de Estudos Monetários da América Latina, no México. Professor da Universidade Católica de Salvador.

milhões (duzentos e oitenta milhões de reais). Só existe na América Latina um país cujo tamanho do mercado, em PIB, talvez seja igual ao do Nordeste brasileiro, a Argentina.

Nós temos, no Nordeste, uma potencialidade turística que, se somados todos os estados, provavelmente se iguale ao de maior importância turística, que é o Rio de Janeiro. Temos uma agricultura cada vez mais desenvolvida, tanto na área da agricultura familiar quanto na da agricultura mais moderna, que também cada vez mais se destaca em crescimento. Então, no âmbito econômico, temos que falar como uma região pujante que tem capacidade de crescimento.

No âmbito cultural, o Nordeste contribui para o Brasil na Literatura, com Ariano Suassuna, Jorge Amado, José Lins do Rego; na música, enfim, falar do Nordeste é falar olhando para cima, porque assim é que se legitimam os nossos pleitos.

Temos sempre que partir desse ponto: das potencialidades. Nos últimos anos, como disse o ministro, o Nordeste tem avançado. Claro que esses avanços não resolveram a situação. Ainda somos uma região com grandes diferenças. Mas houve avanços, e é necessário que esses avanços sejam colocados. Recentemente, o IBGE divulgou a relação do PIB do Nordeste. A partir desses dados, vimos que de 2001 a 2004, o PIB do Nordeste cresceu de 13,1% para 14,1%. Crescemos um pouco mais que o Brasil, muito pouco ainda. Mas crescemos. Se o Brasil estivesse crescendo mais, o Nordeste estaria crescendo muito mais e teríamos condições de gerar muito mais empregos, porque o Nordeste precisa crescer mais que o Brasil para reduzir as desigualdades.

A indústria do Nordeste passou de 9,9%, no ano de 2000, para 11,7% em 2004. Nossa indústria está crescendo também. As exportações, também, estão crescendo, embora precisem crescer muito mais. Fazemos nossas as palavras da professora Tânia Bacelar, uma grande inteligência do Nordeste, quando diz que não podemos ter medo de nos abrir para o mundo.

Não precisamos ter medo das exportações ou do mercado externo. O Nordeste tem que se abrir para o mundo, temos que vender nossos produtos no exterior, porque quando se vende um produto para um americano, esse americano está pagando um emprego

no Nordeste. Então, a exportação é boa, porque nós estamos produzindo para eles, mas eles estão comprando os produtos que os brasileiros estão produzindo. Quanto mais se possa agregar valor, quanto mais se possa mandar produtos manufaturados, melhor porque nós estaremos tendo mais recursos para a região.

O PIB *per capita* melhorou pouco e precisa melhorar muito mais. Saiu de 46,8%, em 2001 para 50% em 2004. Ainda é inadmissível que o PIB *per capita* do Nordeste seja praticamente metade do PIB *per capita* brasileiro.

Mas estamos crescendo e temos avançado, por exemplo, na agricultura familiar, que em algumas regiões teve o avanço muito significativo. Vemos, por exemplo, a agricultura do cerrado. O cerrado é também nordestino, e não apenas do Centro-Oeste, o cerrado do oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí é uma grande área de produção e contribui também para o desenvolvimento do Nordeste.

Falamos sempre em conviver com o semiárido. Pois não se combate à seca. Existe algum programa de combate à neve? Não existe combate à neve. Existe convivência com a neve que, às vezes, é mais dramática. Mas é preciso conviver com a seca. É preciso conviver com a neve porque não há como acabar com a neve. Precisamos conviver com a seca. E há formas para isso. Programas em regiões secas que têm toda potencialidade para gerar riqueza, e possibilitar que a população do semiárido possa viver. Este é o primeiro ponto. Temos visto o crescimento do turismo que também gera riqueza, emprego e tem se profissionalizado nas regiões, a exemplo de Fortaleza, Recife, e Paraíba. Essa atividade tem uma grande relevância para a dinamização do mercado de mão de obra, é importante para nossa região.

Não estamos falando de uma região estagnada, mas de uma região que tem capacidade de crescimento, que é pujante, que pode crescer muito mais. Agora, precisamos recuperar o atraso, resultado de questões históricas, dadas no próprio desenvolvimento do Brasil, as quais produziram esse atraso do Nordeste em relação à média nacional.

Tivemos, entre 1994 e 2004, um crescimento acumulado de 32%. O Brasil cresceu a mesma coisa. Mas precisamos crescer mais do

que o Brasil, para diminuir o *déficit*, para diminuir a diferença. Essa é a exigência do Nordeste, é a exigência do povo do Nordeste, crescer mais que o Brasil. De 2001 a 2004, o Brasil cresceu 5%. Deveria ter crescido mais, podia ter crescido mais. No mesmo período, o Nordeste cresceu 5,8%. Mas era para crescer mais, porque as melhorias do crescimento econômico repercutem positivamente no social, como bem colocou o ministro. Melhoramos é o que nos indicam os dados. Melhoramos nos índices de queda da mortalidade infantil, nos de combate ao analfabetismo, nos de atendimento às crianças, em idade escolar, mas é preciso ainda melhorar a qualidade do ensino. Ainda somos a região mais pobre do Brasil, mas precisamos reverter isto. É preciso dizer também que existem vários Nordeste. Há Nordeste com maiores taxas de crescimento, outros com menos. Há Nordeste com mais questões sociais, outros com menores. Mas há, sem dúvida, uma necessidade de crescimento.

Ficamos felizes e nos recordamos das palavras de D. Tomás, que disse “no futuro, a paz terá o nome de desenvolvimento” e que depois ele disse “a paz terá o nome de justiça”. Queríamos acrescentar dizendo que a paz terá o nome de educação. Falamos sobre economia e indústria, mas a nossa saída é capacitar a nossa população com qualidade. O futuro do mundo está no saber, no conhecimento, e esse é outro nó que não podemos deixar de desatar. Temos que ter pesquisas, doutores, gente que possa pensar o futuro, pensar o semiárido. Afirmamos aos Senhores que se isso for feito nós chegaremos ao desenvolvimento. Muito Obrigado.

POLÍTICAS PÚBLICAS PRIORITÁRIAS PARA O NORDESTE ATUAL

Pedro Rafael Lapa¹

NESTE ATO, ESTOU REPRESENTANDO O DR. ROBERTO SMITH, QUE está no exterior. E assim agradeço em nome do Banco do Nordeste, a oportunidade de estar presente em um evento dessa importância. Em minha fala tentarei passar para os Senhores uma resposta ao tema da mesa: “Políticas públicas prioritárias para o Nordeste atual”.

A primeira observação é dirigida à CNBB. É com alegria que se percebe essa iniciativa que além de comemorar cinquenta anos daquele encontro histórico, reafirma o compromisso da igreja com o povo nordestino. Gostaria de dar um depoimento sobre como enxergo o cenário da década de cinquenta e como enxergo o cenário da década atual. Por fim, falar sobre as diretrizes do governo federal, e as ações do Banco do Nordeste, hoje executor das diretrizes do governo federal, instrumento de atuação do ministério da integração. Início com uma citação de D. Hélder: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias do homem de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também dos discípulos de Cristo, e não há realidade alguma, verdadeiramente humana,

¹ Pedro Rafael Lapa é Economista, Doutor em Ciência Política, Diretor da Gestão de Desenvolvimento do Banco do Nordeste em 2006.

que não encontre eco no seu coração”. Então, reencontrar, como no encontro de 1956, é um reencontro com Dom Hélder, é um reencontro com essas teses e com a importância dessa iniciativa da CNBB.

A segunda observação que eu gostaria de fazer é que a Igreja na década de cinquenta teve, por meio de Dom Hélder, que era amigo de Juscelino, e tantos outros sacerdotes, bispos, e arcebispos, uma comunidade religiosa afinada com o Estado. Uma Igreja homogênea e uma diversidade social. São esses dois elementos principais que eu encontrei como referência para pensar sobre aquele contexto. Hoje, a realidade é de um maior pluralismo religioso. Então, há uma diferença entre o cenário de cinquenta e o cenário atual?

Com relação aos movimentos sociais, as dificuldades são maiores do que naquela época no que se refere à quantidade de pessoas sujeitas à chamada insegurança alimentar. Em resposta a essa situação de dificuldade, os movimentos sociais são maiores, são mais articulados, e a sociedade civil tem um protagonismo com a formulação e a implementação de ações para mudança dessa realidade material. Em relação ao Estado, há um esforço para que essa situação seja transformada por meio dos programas de governo, que é o que eu vou tentar falar.

As políticas públicas prioritárias, conforme o chamado consenso Keynesiano, qual seja o mercado, deixado autônomo, alcança um equilíbrio, que é um equilíbrio sempre com desemprego. Daí, a necessidade do Estado e das políticas econômicas ativas. O que leva a discutir a produção, o emprego e a renda. Mas também a realidade financeira referente ao gasto com o pagamento de juros da dívida. Isto leva à discussão recorrente de que o governo precisa superar o *déficit* primário e precisa fazer alterações no seu padrão de gastos. Alguns entendem que o grande vilão da história são os bancos. Estes acumularam recentemente lucros expressivos. Mas gostaria de lembrar que além do Estado na área financeira e dos bancos, a sociedade também é protagonista desse arranjo financeiro.

Os últimos dados do final de 2005 mostram que os fundos de investimentos, no Brasil, estavam com ativos que somavam 1 (um) trilhão. E a esses, o Estado e a sociedade se mobilizavam para garantir uma rentabilidade de 200 bilhões. Então, existe uma

realidade financeira que talvez seja o grande nó com o qual estamos aprendendo a conviver. O Brasil vive a partir das políticas do governo Lula uma situação muito mais confortável do que algum tempo atrás, mas acho que é um dado de gravidade, porque a proposta é discutir mais a questão da produção, do emprego, e do preço. Repetindo o que o Ministro e o que o secretário falaram, a proposta é entender o que está acontecendo na produção. Analisando a partir de 2002 a 2006, vê-se a participação relativa do PIB, tendo inflexão positiva e, como disse o secretário, os dados recentes mostram 14,1%, em 2004, e as produções mostram uma caminhada na direção de 15%. Como o país tem 30% da população e só temos, na melhor das hipóteses, 15% do PIB, então o que temos é metade da renda. Os dados também mostram o reflexo das políticas públicas no mercado de trabalho. O Nordeste tem um crescimento sustentável dos empregos formais. Isso decorre do aumento do PIB.

No tocante ao indicador de renda, que me leva a pergunta: qual o índice de miséria nesse país e no Nordeste? Os dados fornecidos pelo pesquisador Marcelo Neto, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, mostram dois momentos muito especiais: em 1994 com o plano real, a miséria que baixa de 35% para 29%, um saldo significativo na redução da miséria e, em 2002-2003, outra baixa significativa de 28% para 23%, a ponto de ser considerada o segundo real. Então, o PIB cresceu, o emprego formal ampliou e a miséria diminuiu. Isto é uma constatação otimista dos primeiros quatro anos de gestão do governo do Lula. Mas é suficiente continuar otimista? Existem no Nordeste 50% da população abaixo da linha da pobreza. Isto é a epidemia de pobreza que existe no Nordeste. Logo, apesar dos avanços desses quatro anos, há muito o que se fazer, pois essa situação é crítica e precisa ser transformada. Quero falar agora de como enxergo parte das políticas públicas e a atuação do governo federal na área econômica.

A ideia é falar da atuação da política informal, a ação em relação à agricultura familiar e em relação à economia formal, os chamados projetos estruturadores. O mapa da pobreza no Nordeste é o mesmo mapa do *Bolsa-família*. Então, acho que o governo enxergou a população pobre no Nordeste, e direcionou uma ação importante

que alcança cinco milhões de famílias, ou seja, aproximadamente vinte milhões de nordestinos.

Uma série de questionamentos podem ser feitos em relação ao Bolsa Família, mas para o conhecimento dos Senhores, recebi a Parmalat dizendo que quer expandir a sua produtividade e ganho em Pernambuco, porque o Bolsa Família aumentou a média do consumo do leite. Há o que questionar, mas há o que se comemorar em termos de poder de transformação que o Bolsa Família contempla. Então, a primeira resposta é segurança alimentar, o Bolsa Família. A segunda é o PRONAF, uma ação voltada à agricultura familiar. Mais uma vez a presença do governo em todos os municípios da região. Na jurisdição do Banco do Nordeste, são em torno de 985 (novecentos e oitenta e cinco) municípios com um contrato do PRONAF, e não é somente o Banco do Nordeste, mas o Banco do Brasil também. Para o conhecimento dos Senhores, neste ano de 2006, o Banco do Nordeste está destinando ao PRONAF, à agricultura familiar, um bilhão e trezentos milhões. São mais de quinhentos mil contratos. Uma terceira resposta é o crédito, uma ação para a economia formal. Então, quanto maior a pobreza na região, mais crédito, e esses dados se referem à soma das aplicações do Banco do Nordeste, Caixa Econômica e Banco do Brasil. Os dados revelam que de dezembro de 2002 a dezembro de 2005, a expansão do crédito público foi da ordem de 50%. Então, sendo grande parte voltada à segurança alimentar, e dinamizada com ação em relação à economia formal.

Em geral, associamos infraestrutura a grandes obras, como, por exemplo, a Transnordestina que abordarei em seguida. Mas tem uma grande obra que envolve um número perto de 350 mil nordestinos que não tinham um ponto de luz, e esse é um marco do Programa “Luz para todos”, do Governo Federal. É como se o Nordeste estivesse sendo aceso. Essa ação somada às demais cria uma tendência de transformação que, embora não tenha mudado por completo a realidade, dá um novo desenho para o Nordeste.

Ainda no tocante às ações voltadas para a infraestrutura, então existe a siderúrgica no Ceará, a refinaria de Pernambuco, o poço de Maratí na Bahia, as três plantas do Projeto Biodiesel, e as duas

plantas do projeto Brasil ecodiesel, da Petrobras. De modo que o mapa inicialmente apresentado como o mapa da pobreza, é o mesmo em que estão ocorrendo uma série de intervenções públicas extremamente importantes, com uma capacidade de transformação bastante razoável.

Proponho, agora, a seguinte reflexão: as iniciativas governamentais e da própria sociedade estão implicando em mudança das atividades produtivas, articulando-as? A viabilização da atividade agrícola cada vez mais depende de contratos. A atividade agrícola no Nordeste está se estruturando através de contratos? A ação dos órgãos governamentais, ela está sendo conduzida, efetivamente, em termos territoriais?

O Congresso iniciou audiências públicas em todas as regiões no sentido de democratizar a elaboração da LDO e abrir a possibilidade para o próprio cidadão apresentar suas emendas ao orçamento, abrindo um processo que deve levar o PPA a ser desenhado territorialmente. Existe, pois, um reforço do poder executivo e do poder legislativo. Mas, esse reforço transforma essa realidade? Os mercados externos estão acessíveis ao agronegócio, a soja do Oeste do país, do sul do Piauí, do sul do Maranhão. Mas, e a agricultura familiar? Ela está se voltando para o mercado? Não. Mas precisa, deve e pode.

É preciso agregar valor à agricultura familiar, para que ela seja mais rentável. Mas, o produto da agricultura familiar é um produto qualitativamente desenhado que permita acessar o mercado internacional, que permita agregar valor? Nesse sentido, há muito para se fazer, estamos apenas engatinhando, porque a realidade é que parcela importante dos produtores continua pobre, apesar de todas as iniciativas. A essa questão somam-se outras a da produção e da gestão, que ocorrem em bases tecnológicas muito frágeis, decorrendo daí planos de negócios limitados, que não permitem outras transformações.

Outro aspecto diz respeito à questão ecológica da contínua degradação dos recursos naturais acrescentando mais uma divisão, o Brasil pobre do Nordeste rico. Uma dicotomia mais severa entre os mercados para os produtos para o pobre e dos produtos para ricos.

E mais diretamente Banco do Nordeste, que não substitui o BNDES. Este continua brigando no Nordeste por algo em torno de quatro bilhões de reais por ano. Temo que o Banco do Nordeste só se soma a isso. Esse ano, provavelmente, o Banco do Nordeste vai fechar contratos em torno de seis bilhões de reais, e esses são, com certeza, números significativos. Mas, o que o governo federal, através da integração nacional e do Banco do Nordeste, está fazendo para a economia informal? Foi criado um produto vitorioso que é o crédito-amigo. Neste ano de 2006, chegaremos próximo aos 700 milhões, ou 500 mil contratos. Simplificando um nível diário de contratações de aproximadamente duas mil contratações. Com certeza, um sucesso nacional e internacional, e que ganha notoriedade pelo prêmio Nobel da Paz dado à pessoa que concedeu essa metodologia que, evidentemente, o Banco do Nordeste tem adaptado à realidade regional. Mas essa ação extremamente importante, infelizmente, só alcança 10% do mercado elegível.

Os dados mostram que houve um grande crescimento da expansão das contratações do Banco do Nordeste. Mas precisa-se qualificar mais a nossa atuação e perseguir indicadores qualitativos maiores. Os dados do FME indicam que o Brasil chegou a R\$ 4,5 milhões (quatro e meio milhões de reais) e totalizou os R\$ 7 milhões (sete milhões de reais) que foi meta estabelecida. De fato, o BNB é muito importante. O estado da Bahia, por exemplo, tem sido destinatário de um conjunto de intervenções que foi uma parceria muito importante entre o governo estadual e o governo federal em relação às intervenções na Bahia. O BNB é um banco que cuida da agricultura familiar, mas cuida também do agronegócio. O banco do Nordeste é o terceiro maior aplicador nacional no agronegócio. Chega a superar grandes bancos privados brasileiros.

Sempre que tenho oportunidade, mostro os dados que confirmam o quanto o Banco do Nordeste é importante. Mas na verdade, o Banco do Nordeste não faz mais do que a sua obrigação. Porque é uma ação pública, é um banco de desenvolvimento cuja principal fonte foi desenhada pela sociedade, na manifestação da constituinte de 1988.

O Banco do Nordeste tem a soma significativa de recursos para aportar na região. O pequeno produtor, a partir de janeiro de 2007,

vai incorrer em taxas de 1,7% ao ano e o grande produtor fora do semiárido vai incorrer em taxas de 8,6%. São taxas absolutamente competitivas. O banco tem fundos públicos e condições diferenciadas e tem, portanto, que cumprir um papel muito determinante na construção de soluções para a região. E uma das marcas do banco é o seu trabalho para o desenvolvimento territorial. Tentei sintetizar essa discussão que é ampla. E chamo à atenção dos Senhores para o ponto, que diz respeito ao reforço na gestão das atividades existentes. O Estado tem que enxergar as condições materiais enfrentadas pelo agricultor. O que ele, agricultor, sabe fazer, o que ele tem disponível para fazer, e como organizar um negócio nessas bases. Entendo que este é o primeiro ponto: identificar o gargalo, que pode ser, por exemplo, uma semente. Lá em Pacajus no Ceará, a solução de semente implicou em substituir um cultivado de mandioca por outro desenvolvido pela Embrapa, e o resultado foi um negócio desse agricultor mudar completamente de configuração. Essa é a principal intervenção.

Em Monteiro, na Paraíba, as mudanças nas técnicas de beneficiamento de um criatório de uma associação de criadores de caprinos resultaram em uma multiplicação da receita em 10 vezes. Então, mexeu-se no processo de produção, em sua fase final, que é o beneficiamento, e dos casos, o plano de negócios tornou viável o que antes não era. Logo, a diretriz para o desenvolvimento territorial passa por esse movimento de ir ao encontro da situação existente e mexer naquilo que é estratégico. E uma das questões estratégicas é a tecnologia poder transferir inovação para a agricultura familiar.

O Banco do Nordeste está implementando carteiras de desenvolvimento territorial, a partir da orientação do governo e do próprio Ministério da Integração. E temos a articulação do Banco do Nordeste com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), variando de vinte a quarenta por cento do público do Bolsa Família, do PRONAF e do microcrédito. Então, está se desenhando uma porta de saída.

O Banco do Nordeste, MDA e Caixa Econômica têm se articulando no sentido de que a Caixa Econômica financia a casa e o Banco

do Nordeste o projeto produtivo. Uma parceria que significa infraestrutura. Se associarmos isso com “Luz para todos”, temos uma realidade em transformação. O Projeto do Biodiesel é outro exemplo. Para se ter ideia, uma planta como a Quixadá no Ceará requer cem mil hectares de mamona. Então, essa é uma atuação no formato de programa.

Outra possibilidade para uma transformação muito grande é a articulação do financiamento do PRONAF com as compras da CO-NAB. Muitas dessas ações direcionadas para a merenda escolar, e por articulação do Banco do Nordeste com as universidades. O Renovil, por exemplo, é um tipo de universidade virtual que envolve vinte e oito universidades no Nordeste e tem um programa de Doutorado, com bolsas na área de biotecnologia, envolvendo cento e dez doutorandos. O Banco do Nordeste apoia essa iniciativa porque muitos dos objetos dessas dissertações têm a ver com o desenvolvimento regional. Mas, apesar de todas essas ações territoriais, persiste uma situação problemática que é o nível de pobreza disseminado na região.

Para finalizar, lembro que se apresenta cada vez mais nítido, na América Latina, o rosto da Igreja corajosamente comprometida com a libertação de todo ser humano.

O NORDESTE E SEUS DESAFIOS: A RECRIAÇÃO DA SUDENE

José Ribeiro¹

FALAR DA IMPORTÂNCIA DESSA REUNIÃO AQUI PARECIA-NOS MAIS um instrumento de pressão no sentido de recriação da SUDENE. E tivemos a oportunidade de trazer a SUDENE de volta.² Sua recriação que está aprovada no orçamento da União.

Saúdo todos os companheiros presentes e particularmente a companheira Tânia Bacelar, pelo trabalho excepcional que ela realizou na SUDENE. E saudando a pessoa de Tânia Bacelar, cumprimentar um grande economista, o baiano Rômulo Almeida, cumprimento também e o Ministro Pedro Brito, Armando Avena, José Ailton e Pedro Lapa.

Bom, podemos estar neste encontro e trazer esta novidade que foi um trabalho construído coletivamente, e com muita dificuldade conseguimos aprovar, o projeto nova SUDENE. Houve um sentimento muito grande no sentido da restauração da SUDENE. Iniciamos esse debate pela análise sobre a SUDENE. Ela teve três

- 1 José Ribeiro (Zezéu Ribeiro). Arquiteto e Urbanista. Deputado Federal, pelo PT da Bahia (2003-2006 e 2006-2010), Presidente da Frente Parlamentar pela reforma urbana; relator do Projeto de Lei de Recriação da SUDENE. Tem se destacado na Câmara na defesa de projetos e ações que reduzam as desigualdades regionais e defesa de melhoria da qualidade de vida da população.
- 2 Deputado Zezéu Ribeiro anuncia ao público a notícia do momento de sua palestra no evento.

momentos: a partir da necessidade do Nordeste ser visto como uma questão nacional. Para isso, neste encontro em que comemoramos cinquenta anos do Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, que contou com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek então se comprometendo com esse processo, resultou na criação da SUDENE três anos depois. Esperamos que no próximo dia 15 de dezembro (de 2006), quando a SUDENE comemorará aniversário, consigamos a sua reinstalação em Recife.

Quando nosso nome foi escolhido relator do projeto de recriação da SUDENE na Câmara de Deputados, a primeira coisa que fizemos foi procurar Celso Furtado para “pedir sua bênção”. Marcamos uma entrevista com ele no Rio de Janeiro. Pensávamos que fosse uma conversa de quinze minutos, e ele não nos deixou sair. Conversamos mais de duas horas. E ele nos disse: “- Zezéu, quando a gente criou a SUDENE naquela época, não havia empreendedorismo no Nordeste, o governo estava muito desorganizado. Tivemos que contratar uma empresa de perfuração para furar um poço porque dentro da SUDENE não tinha”.

A SUDENE de hoje não é mais a pensada por Celso Furtado. Porque o Nordeste é outro, o Brasil é outro, o mundo é outro. Então tem que ser uma nova SUDENE que esteja apta a fazer e assumir os desafios do terceiro milênio. Então, o desenho construído para essa foi evidentemente uma SUDENE com o caráter de proteger, elaborar o plano, articular os fatores sociais, tanto institucionais quanto os sociais, econômicos e culturais. Depois de muita discussão, elaboramos um projeto de Lei Complementar, para ações da legislação. *Pari passu* a isso a discussão da Reforma Tributária, que trazia em seu bojo a ideia de um fundo nacional de desenvolvimento regional. Infelizmente, tivemos alguns tropeços nessa discussão da Reforma Tributária e isso se deu de forma muito concreta em relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, porque os governadores entenderam que eram recursos para a SUDENE e não entendem isso como recursos para a região, os quais seriam aplicados pela União, Estados e Municípios, de forma federativa. Esse ponto ficou, então, descaracterizado, sendo um dos motivos que causaram o atraso na aprovação da SUDENE.

Entendemos a SUDENE a partir de três momentos. O primeiro seria sua fundação. O segundo, o período da Ditadura, quando seu Conselho Deliberativo perde a capacidade política, os governadores passaram a ser nomeados. Esse foi um período em que havia recursos, mas recursos frutos da técnico-burocracia centralizada. E, em um terceiro momento, quando o Conselho Deliberativo define a locação de recursos do FINOR. Vivenciamos, no Brasil, o processo da “ausência de planejamento”, um projeto que abdicou de um projeto de nação, que se caracteriza claramente no governo de Fernando Henrique Cardoso, no que ele chamou de eixos de desenvolvimento. O que centralizava a intervenção do Governo Fernando Henrique Cardoso eram os eixos de desenvolvimento utilizando áreas que tinham melhor infraestrutura.

Entendo que se tem um espaço territorial com infraestrutura, potencializa-se o crescimento porque ele já tem infraestrutura, e isso faria crescer e depois se faria a distribuição. Aquela história antiga de fazer o bolo crescer para depois dividir. Era esse o discurso, com uma outra roupagem. Era a superconcentração de recursos em uma determinada região do Brasil. Mas quando Lula colocou em todos os processos um plano de governo no sentido da recuperação da nação, buscando gerar crescimento e distribuição de renda; um crescimento com inserção de milhões de brasileiros no processo produtivo, na produção da riqueza, tendo no planejamento um instrumento e o território como um espaço de alocação dos recursos de seu governo, voltamos a mostrar objetivamente como o planejamento regional é importante. Ainda não avançamos tanto quanto queríamos, mas temos buscado avanço. E uma parte importante nesse processo é a guerra fiscal. Mas entendemos, também, que os Estados que não têm um naípe importante de diversidade das suas economias, na ausência de uma política de desenvolvimento regional, utilizaram-se com maior ou menor propriedade dessa política da guerra fiscal.

Na maioria das vezes, essas políticas de desenvolvimento industrial dos Estados se deram de forma exógena. Então, quer dizer, elas atraem investimentos momentâneos, os quais, enquanto perdura o benefício fiscal adotado, instalam-se. Acabando isso, vão embora.

A indústria de calçado é um bom exemplo disso. Vem a indústria de calçados, para qual a borracha vem de fora, o plástico vem de fora, o tecido vem de fora, a sola vem de fora, o cadarço vem de fora, o ilhós vem de fora, o gerente vem de fora, o técnico capacitado vem de fora e você produz com uma mão de obra subempregada, superexplorada, com um salário mínimo e você aplica ali 80% a 100% em determinada cidade, um por um prazo razoável e que vai embora e não segura nada. Muito da guerra fiscal tem desses problemas, mas existem outras possibilidades.

Consideramos no plano da SUDENE o reconhecimento das realidades locais, a potencialidade endógena rural da região, da necessidade de se agregar valor à produção local. Na Bahia, temos uma cultura do sisal que, aqui no Seridó, também se desenvolveu. Essa cultura tem um potencial de agregação extraordinário, mas continuamos exportando sisal ao fardo, com o preço médio de R\$ 0,30 (trinta centavos), no início do governo Lula, e agora em torno de quase R\$ 0,90 (noventa centavos), ou seja, quase um real. Mas, o mesmo quilo do sisal que custava R\$ 0,30 (trinta centavos), custaria R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) se tivesse em forma de corda. Então, com tecnologia, agrega-se *design*, conhecimento. Se modificamos o produto, geramos emprego e economia local. E, assim, como o sisal, existem as outras economias.

Outra questão que nos parece também importante na caracterização da SUDENE era essa diferença do semiárido. O que tivemos, ao final das contas, foi uma concentração no litoral do Brasil, em que Salvador, Recife, Fortaleza são grandes exemplos.

Trabalhar o semiárido é trabalhar as diferenças regionais, e potencializar onde se tem menos infraestrutura, é criar maiores benefícios, é socializar recursos públicos. E no combate que fomos travando em relação à criação de um conjunto de ações para o desenvolvimento regional, combate em que estamos perdendo, até hoje, não conseguimos inserir um sentido coletivo de alteração do fundo de desenvolvimento do Nordeste, que foi criado à época da ADIN, e que teve pouca utilização. Ele praticamente se restringiu à aplicação de recursos de projeto aprovado ainda no âmbito do FINOR, e que buscaram recursos do FDNE para serem aplicados.

A nossa proposta é transformar esses recursos do FDNE em recursos para a infraestrutura. Considerando essa questão que é fundamental para o Nordeste, tivemos duas grandes conquistas no processo da SUDENE. A primeira foi que a partir do conceito de saldo financeiro de fundos não aplicados, que são os saldos financeiros de fundos setoriais, particularmente na ciência e tecnologia, e dos diversos CIF (relacionada ao pagamento de frete no transporte marítimo de mercadorias), que são resultado de uma atividade econômica aplicada, que gera uma economia, que gera uma contribuição da CIF e que não era aplicada então ao saldo financeiro concreto, real.

A partir desse conceito de saldo dos recursos não aplicados no FDNE, propusemos que a SUDENE reiniciasse com R\$ 4 bilhões (quatro bilhões de reais), mas o Senado conseguiu alongar esse prazo de 2003 para 2023, em que se perde um pouco esse acumulado, mas que é uma vantagem, porque se ganha dez anos. Hoje, temos na aprovação dos recursos da SUDENE, recursos vinculados, não conseguindo focar apenas para infraestrutura, como era o nosso desejo original. Então, temos um *mix* de recursos para infraestrutura, mas não recursos para grande projeto. Contamos, no FNE, com recursos para infraestrutura e recursos para os arranjos produtivos locais, para a economia produtiva de caráter local que tenha potencialidade. A luta não acaba com a aprovação da SUDENE. Mas continua.

É complicado fazer a lei. Mas, mesmo com todas as dificuldades, está fácil agora administrar esse instrumento. Como vamos utilizar o instrumento de fundo? Como vamos regulamentá-lo? Como vamos fazer com que esse recurso seja normalmente utilizado para implantação de cultura de caráter social, e agregada atividade econômica eleita, definida como principal progresso? E que arranjos produtivos de economias locais e macrorregionais iremos estruturar e ativar? Para essas respostas, precisamos criar mecanismos que vão desde um conselho deliberativo, que podemos ampliar, pois o modelo deliberativo que está no Senado, ficou restrito aos governadores e aos órgãos federais e queremos também a participação da sociedade, e da prefeitura, que no Brasil funciona como

ente federativo. Diz uma companheira nossa, Raquel, que no Brasil tem duas coisas que não tem em outro lugar do mundo: jabuticaba e municípios como entes federativos. Então, nós introduzimos o município, a representação dos empresários e dos trabalhadores no Conselho Deliberativo. E criamos a figura do comitê gestor para a cadeia política, para cada programa que seja implementado, com a participação da própria sociedade, como mecanismo também de acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

No sentido mais amplo, teremos o acompanhamento da vida desses conselhos de desenvolvimento. Então, teremos para o Nordeste recursos na ordem de R\$ 1 bilhão de reais, em 2006, atualizáveis com o incremento da receita no plano nacional. E buscamos ver se há para o Nordeste outros recursos que precisamos defender. Um fruto dessa dimensão dos saldos financeiros dos fundos setoriais é a legislação que cria esse CIFs de 30% a 35% dos recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico para o Nordeste, Norte, e Centro-Oeste do país, sendo, na divisão feita posteriormente, 20% desses recursos para o Nordeste. O que alcançamos quase nunca, porque isso sai em editoriais do Ministério da Ciência e da Tecnologia, concentrados no centro Sul do país e não chegam ao Nordeste. O deputado Holanda avalia isso na ordem de cento e cinquenta a duzentos milhões de reais ao ano. E recebemos cinco a oito por cento desse recurso. Então, 10% dos 30% ou dos 20% caberiam ao Nordeste. O projeto da SUDENE traz essa definição para seu conselho deliberativo. A luta é assegurarmos efetivamente a criação de um colegiado que defina a amplificação desses recursos, envolvendo os nossos institutos de pesquisa, as universidades, e outros organismos da sociedade, para que façamos editais específicos, referenciados na realidade nacional.

Está em tramitação no Congresso Nacional uma lei que define que 35% dos recursos do BNDES devem ser aplicados nas regiões mais debilitadas, e incluímos o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Centro-Oeste já está até fora dessa, porque hoje tem uma participação de população e de PIB praticamente equilibrado, e porque não é mais uma região defasada e que tem outros elementos do seu desenvolvimento. Mas, nesse processo de licitação, buscamos

assegurar que esses recursos venham e que façamos um incremento da pequena empresa, da economia, de 20% ao ano até atingir 50%. É uma ousadia. Mas se conseguirmos 20% desses recursos para o Nordeste com incremento para pequena empresa, para economia solidária, já será um resultado extraordinário para a pequena produção, para a agricultura familiar. Esse projeto estava parado na Câmara por falta de iniciativa e apoio das lideranças do Nordeste.

A segunda questão que temos em pauta é que os dados relativos ao Banco do Brasil na captação e no investimento mostram que o Banco do Brasil capta no Nordeste um volume de recurso maior do que investe. Então, é transferência de recursos do Nordeste para o centro-sul do país, algo que a economia capitalista dos EUA, por exemplo, não permite que aconteça lá. Temos motivos para impedir esse tipo de movimentação aqui no Brasil e não conseguimos fazer isto. Essa questão tem que ficar sob alerta também em relação às políticas que temos no Governo.

Por fim, retomamos a discussão do fundo nacional do desenvolvimento regional. Não conseguimos aprovar no texto da SUDENE esse fundo, com letra maiúscula, como gostaria, ou com todas as letras maiúsculas, um fundo nacional. Não conseguimos. Mas isso não impede que a luta continue. Não foi aprovada essa caricatura que ali criou mais um FPE, que é um fundo estadual de desenvolvimento dos Estados. Parece até meio deboche. Não sei se foi essa é a intenção do relator Virgílio Guimarães, mas ficou com essa característica. Eu acho que temos que retomar isso, pois é uma contrapartida ao pagamento da dívida com que os estados se comprometeram na renegociação.

Queremos retomar esses fundos nacionais de desenvolvimento regionais com a característica regional que era de dois por cento do IPI, porque é um fundo constitucional. Na formulação atual, ele tem uma caracterização que poucos economistas conseguem entender, e a nossa defesa em relação a ele é que a Constituição do país seja acessível a qualquer cidadão alfabetizado que consiga ler um texto e compreender o que diz. Como está formulado, nem economista sabe dizer o que representa. Então, a retomada desse sentido de explicitação, é que, cada um saiba claramente o que representa, e

que isso incorpore, no seu núcleo de afirmação regional, o que nos parece extremamente importante.

Saudamos então, mais uma vez, os bispos pela iniciativa, pela importância desse encontro, reverenciamos aqueles que nos antecederam aqui, há cinquenta anos, e esperamos que não se passem mais cinquenta anos para comemorarmos com mais efetividade ainda um Nordeste e um Brasil mais humano, mais justo e mais democrático.

A CHESF NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

José Ailton de Lima¹

A CHESF FOI CRIADA PELO POVO NORDESTINO, QUE VIVIA AS DIFICULDADES da infraestrutura da energia elétrica do final dos anos quarenta. Ela nasceu, na verdade, de uma luta do povo e depois se transformou em uma decisão política, sendo implantada no Nordeste com o objetivo de resolver o problema do suprimento da energia elétrica.

Para os Senhores terem uma ideia de como são os planejamentos no nosso país, na época em que ia se fazer a Chesf, dizia-se que a usina de Paulo Afonso, sozinha, atenderia até o ano dois mil as necessidades de energia elétrica daqui do Nordeste. E em 1985, praticamente tinha esgotado todo o potencial do rio, e a usina de Paulo Afonso era praticamente uma lembrança na história da Chesf, porque é uma usina pequena dentro da estrutura atual da Chesf. Então, nós temos uma série de desafios, e a Chesf tem uma vocação nesse desafio. Ela não é uma simples empresa geradora de energia e transmissões. Ela tem uma vocação que está vinculada ao destino dessa disposição com que vimos trabalhando. Como primeira questão, o “Luz para todos” foi um programa que o Presidente Lula

1 José Ailton de Lima, Engenheiro Eletricista, funcionário de carreira da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), diretor de Engenharia e Construção da CHESF (2003-2013) e coordenador especial do Empreendimento Itaparica.

começou a pensar em 2003 e colocou como desafio à ministra Dilma, então Ministra das Minas e Energia. Era muita gente ainda no escuro no Nordeste e no Brasil como um todo. Eram 10 milhões de pessoas sem energia elétrica, dos quais 4,5 milhões só no Nordeste, ou seja, tínhamos quase 40% de pessoas desassistidas. Então, o programa luz para todos foi pensado como uma solução para resolver esse problema.

Temos um potencial no rio São Francisco que nos permite construir duas a três usinas, sem muito custo de deslocar algumas populações. No rio Parnaíba, temos a possibilidade de construir umas cinco usinas pequenas. Mas tudo isso está em torno de dois mil megawatts. Hoje, a Chesf tem 10.000 megawatts instalados. Só para vocês terem uma ideia, se acrescentarmos ainda 20% da capacidade instalada, o que não é muito no Nordeste, iremos precisar já em 2010 em torno de 2.500 megawatts de energia. Então, o Nordeste terá que suprir essa energia, ou ele constrói usina hidrelétrica, que não vai resolver, ou constrói uma parte em eólica, que também não resolve o problema porque não dá para resolver tudo só com a energia eólica, ou constrói usinas térmicas, seja a carvão, a óleo, a gás, nuclear, ou trazer uma parte da energia do Norte. Esse é um desafio que está de certa forma na mão da sociedade brasileira e nós temos grande necessidade de energia elétrica, temos que suprir isso de alguma forma, e procurar a melhor fonte, ou as melhores fontes.

Às vezes, achamos que o nosso grande dilema, diferentemente de outros países, é ter uma variedade muito grande de fontes, mas qual seria a solução? A Alemanha, por exemplo, não tem esse problema porque não tem todo esse potencial. Eles têm que escolher um tipo de fonte, construir porque senão ficam sem energia. Enquanto nós temos que debater e bem quais são, ou como fazer um *mix*, não é obrigado a construir só um tipo, podemos fazer um *mix* de composição de fontes de energia. Mas, a verdade é que teríamos e temos pela frente um grande desafio, que é nos próximos três ou quatro anos implantar 2.700 megawatts de fontes de geração. Isso, de certa forma, é uma ameaça ao futuro do Nordeste, mas, também, é fonte de grandes oportunidades, porque energia elétrica, diferentemente de outros tipos de projetos, é autossustentável, ninguém perde dinheiro com energia elétrica. Isso pode ser

uma oportunidade de construir projetos e de ganhar dinheiro, inclusive, injetar dinheiro na economia da região. Então, isso é mais uma oportunidade do que um desafio, do que uma ameaça para o Nordeste.

Outro ponto a destacar é a questão tecnológica que foi tratada aqui pelo Pedro Lapa. Muito rapidamente, foi dado um número aqui pelo Deputado Zezéu, que a área de tecnologia tem fundos setoriais em torno de R\$ 200 milhões (duzentos milhões de reais), e 30% disso deveriam ser aplicados no Nordeste. A receita da Chesf está estimada em R\$ 4 bilhões (quatro bilhões de reais), dos quais R\$ 32 milhões (trinta e dois milhões de reais) vão para esse fundo. Então nós temos condições.

Temos um grande número de universidades que já estão articuladas na região e podem fazer pesquisa de desenvolvimento tecnológico. No entanto, a aplicação desses recursos está se dando de forma descoordenada. Quando tentamos apresentar um projeto de maior envergadura, o nosso órgão fiscalizador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL), cria dificuldades por não compreender que a questão tecnológica precisa de maior aplicação de recurso. A ANEL não aprova projetos de longa duração, quando sabemos que tecnologia só se faz com tempo. Então, não é um projeto de um ou dois anos, que resolverá o problema.

E nós temos a ideia, e chamamos isso de Instituto Ideia, que era articular esses recursos do setor elétrico regional num grande fundo gestor da tecnologia nordestina. Criar um centro de tecnologia, cuja base seria Campina Grande. Tínhamos discutido na Universidade Federal de Campina Grande. Entendemos que é importante que criemos não só o recurso, mas que apliquemos bem e de forma eficiente esses recursos. Logo, o recurso existe, mas está sendo mal aplicado. E precisamos transformar essa realidade. Temos todas as condições objetivas para fazer isso da melhor forma possível, porque os instrumentos existem, as universidades existem, os recursos existem e os instrumentos institucionais de captação desses recursos existem, então é só saber geri-los. Nós temos que vencer. É mais uma dificuldade a vencer.

Estamos propondo um centro de desenvolvimento que faça uma articulação das várias universidades que já existem, para utilizar os

recursos que já existem e trabalhá-los de forma articulada. Então, essa é a ideia do centro. Para isso, nós nos espelhamos no projeto da Apple, desenvolvido em seu centro de pesquisa de energia elétrica da Califórnia. A Apple se estruturou dessa forma, articulando universidades e centros de pesquisa, e vem tendo enormes sucessos, inclusive atuando no Brasil, captando recursos humanos nossos para fazer projetos de pesquisa para eles. Então, a proposta se inspira um pouco neles, mas considerando as particularidades brasileiras.

Sobre o projeto de integração de bacias e transposição do espaço, que foi citado aqui entre os projetos estruturadores, temos a informar que a Chesf tem sido convocada pelo Governo Federal a operar e manter o projeto que ia ser constituído. Primeiro, o grupo Chesf como um todo entendeu, como um fator de orgulho, ter sido convocada para uma tarefa dessas. Um grande desafio, porque quando começamos a fazer os estudos sobre integração de bacias, na parte que nos cabia, os contrários à transposição disseram: “eu sou contrário, mas se tiver que ser a nossa opinião é que a Chesf deve operar”. Isso em parte pela experiência que a Chesf vem acumulando ao longo das décadas, de trabalhar com grandes sistemas, com grandes projetos e dar conta desse recado. E isso não é tarefa fácil. Sabemos que uma coisa é levar água a qualquer lugar, outra é fazer a gestão dessa água de forma eficiente para que ela se transforme em oportunidade e geração de riqueza e renda para as pessoas. Esse é o nosso grande desafio. Sem infraestrutura não se consegue fazer isso, porque a água cai, mas a natureza a coloca onde quer. Cabe direcionarmos a água para as nossas necessidades. E o projeto está inserido dentro desse contexto.

Por fim, a questão da internacionalização do Nordeste, da economia do Nordeste. A Chesf pode ser um vetor de internacionalização da economia do Nordeste, no tocante à energia elétrica e tudo que a energia elétrica requer, desde a produção de equipamentos, fábricas da industrialização, o projeto de engenharia, da operação, da manutenção. Nós temos uma experiência que pode servir de vetor para uma integração latino-americana muito forte, algo que nós nunca fizemos. A Chesf sempre olhou para o seu próprio umbigo,

sempre se preocupou com as questões do Nordeste, e está certa, é sua obrigação. Mas tem que se lembrar de que podemos conectar essa preocupação do Nordeste com outras preocupações mais globais, inclusive na própria América Latina.

No período em que estivemos à frente da diretoria de engenharia, período correspondente ao primeiro mandato do Governo Lula, fizemos algumas incursões, porque fazer mercado externo não é fácil. Então, tivemos algumas iniciativas para tentar investir nas Ilhas Antilhas. Lá, estão construindo um sistema de 1(um) mil quilômetro em linha. A Chesf foi lá e disse: “nós temos tecnologia, temos gente, produzimos tecnologia, temos tudo e podemos investir aqui”. E esbarramos em dificuldades burocráticas, porque a Chesf hoje não está autorizada a investir fora do país. Estivemos em outros países da América Latina. E estamos para receber uma missão da Argentina que quer investimentos do nosso lado. Com a África e com a China, já está mantido um diálogo mais permanente. O Peru tem um projeto de transposição de um rio, e estivemos lá para conhecer. Comparado com os nossos recursos, aquilo é simples. Eles estão fazendo um projeto para trazer água da cordilheira dos Andes, a 2.150 (dois mil, cento e cinquenta) metros de altura, cavar um túnel de vinte quilômetros na rocha para levar água para a costa do Peru, porque lá não tem água. Esse projeto de transposição custa duzentos e cinquenta milhões de dólares para trazer de sete a oito metros cúbicos por segundo. Então se compararmos isso com a potencialidade que temos no rio São Francisco, para eles é um grande projeto. Voltamos dessa viagem do Peru bastante entusiasmados porque vimos que os povos estão procurando solução para o problema da água. E tem que procurar solução onde existe, no caso deles, ir buscar água a dois mil metros de altura para poderem trazer para a costa do país que é uma região seca. Então nasce, inclusive, nesse projeto, a perspectiva de aproveitar essa água que vem de tão alto e construir uma usina hidroelétrica. É onde nós entramos no negócio.

A Chesf está se propondo a entrar numa sociedade para construir uma usina hidroelétrica junto com eles, lá no Peru. Temos capacidade para contribuir com a economia nordestina e gerar

riqueza, emprego, tecnologia, mão de obra proprietária, engenharia proprietária. E essa é uma coisa que a Chesf vem primando ao longo desses anos: ter gente capacitada para enfrentar esse desafio. É um grande desafio porque a empresa tem consciência dessa questão, porque nós vimos, no final de 2002, algumas áreas da empresa serem completamente desarticuladas, porque a perspectiva era de que a empresa seria privatizada. E já não se treinávamos pessoas e não se queriam aquelas pessoas mais experientes. Hoje nós estamos recompondo esse quadro, que é um processo que leva anos. Tem gente na Chesf que tem vinte, trinta anos em profissão de hidroelétrica; e nós não vamos formar outro cidadão desses em dois, três anos. Nós seguramente temos um grande investimento em recursos humanos que levará décadas para ser construído. Então, temos que aproveitar esse potencial da melhor forma possível para o Nordeste.

Era isso que tínhamos a apresentar aos senhores e agradecer a todos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A TÍTULO DE ENCERRAMENTO

Dom Jaime Vieira Rocha

UMA DAS CONCLUSÕES QUE TIRAMOS CONVICTAMENTE, É QUE, O anfitrião tem muita responsabilidade. Caros participantes deste evento que temos a graça, a alegria, a honra de encerrar, queremos em primeiro lugar fazer nossa a saudação ao excelentíssimo senhor Arnaldo Júnior, representando o Governador do Estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima, na pessoa do qual saudamos e agradecemos todo o apoio recebido do governo do Estado como também da Prefeitura, o apoio recebido de todas as entidades, organismos que contribuíram com muito entusiasmo, interesse, para a realização deste evento. Saúdo, portanto, a todas as autoridades civis, na pessoa do Senador Cícero Lucena, e do Deputado Zezéu, representando todos os outros que por acaso estejam aqui, não só os do estado da Paraíba, das lideranças comunitárias, prefeitos municipais, presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, todos os participantes deste seminário. Nossa saudação muito fraterna a todos os meus irmãos bispos, ao arcebispo Dom Aldo, aos demais arcebispos aqui presentes. Vamos, assim, registrando as presenças e, ao mesmo tempo, já fazendo o agradecimento.

Queremos externar em nome da organização do evento um agradecimento muito profundo a todos os palestrantes, todos aqueles que contribuíram de modo tão eficaz, tão competente para o êxito deste encontro, deste seminário. Saudando na pessoa de

Tânia Bacelar, todos os outros assessores que contribuíram nos trâmites. Tânia Bacelar nos ajudou bastante, desde os primeiros momentos de concepção, articulação e planejamento deste seminário. Em nome de todo o episcopado Regional Nordeste 2 e todos os bispos presentes, agradecemos ao assessor Raimundo Caramuru de Barros pela sua colaboração na primeira redação da declaração que posteriormente será publicada, quando devidamente concluída, pois todos esses dados que acabamos de ouvir e de ver nos telões, fruto da pesquisa já apurada pela professora Tânia Bacelar, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, são dados muito importantes que serão incluídos nessa declaração final. Portanto, não podemos, neste momento, publicar já a conclusão do encontro.

Realmente todos podemos ficar gratificados uns aos outros porque tivemos uma oportunidade com a Igreja de nos voltar mais para a realidade que nos cerca. A Igreja, que retoma, de modo tão pleno, uma palavra, a sua palavra juntamente com a sociedade civil, com todos os que participaram deste encontro. Vimos como realmente vale a pena cumprir com essa missão de sermos presença pública, de indicar pistas, de despertar a sociedade para suas grandes responsabilidades e deveres para com toda a região Nordeste e o seu processo de desenvolvimento, o desenvolvimento que queremos, o Nordeste que sonhamos, o Brasil que queremos construir, corrigir ou aperfeiçoar. Todos nós bispos ficamos agradecidos a Deus por este momento, por esta oportunidade que foi tão feliz e abençoada. A presença pública da Igreja prestando um serviço à sociedade, não se responsabilizando, nem tendo a pretensão de executar tarefas políticas, mas contribuir com a sua visão humanística, com a sua experiência, com a sua missão profética, com sua palavra e, graças a Deus, porque também não dizer com sua credibilidade. Por isso, a palavra sempre de gratidão, de reconhecimento e de partilha para todos que juntos conseguimos produzir nesses dois dias de modo que, agradecemos não só aos que já foram referidos, mas todos os assessores, palestrantes e equipe organizadora.

Ressaltamos ainda as contribuições recebidas de outros assessores, o professor Severino Lima da Universidade Federal de Campina Grande; registrar e agradecer a contribuição e organização do

Padre Albérico, Secretário Executivo Regional Nordeste 2 e todos os outros que aqui, de um modo ou de outro, contribuíram para este evento, até mesmo a dedicação, eficiência, o zelo do Centro de Convenções do Garden Hotel, que nos tratou e nos acolheu tão bem. Por isso, nós podemos dizer que este encontro abriu como que pistas e caminhos para outras oportunidades. A partir de agora, a reflexão, o estudo, a análise, o compromisso e a responsabilidade de todos por um Nordeste mais justo, mais solidário, mais decente, mais digno estarão sempre como ordem do dia, para que vá sempre se aperfeiçoando. Surgirão certamente outros encontros, outras oportunidades, assim como aquele encontro há cinquenta anos surtiu tantos bons frutos para o Nordeste que este certamente também irá conduzir muitos outros frutos de agora em diante para todos nós.

Não podemos deixar de resgatar uma memória com muita justiça daquele que foi o bispo anfitrião no primeiro encontro em Campina Grande, em 1956. Estava aqui acolhendo e levando adiante todo o primeiro encontro dos bispos, Dom Otávio Aguiar, segundo bispo de Campina Grande. Registramos esta homenagem. Por fim, podemos dizer que alguns pontos ficaram bastante claros de tudo aquilo que fomos discutindo e vendo: a necessidade desta articulação de organismos e de políticas públicas para que não haja sobreposição de tarefas, de programas e políticas públicas. São importantes os cuidados que os gestores de hoje devem ter para que haja esta articulação e, por isso, esperamos muito que a SUDENE possa em nível de ministério, com autonomia, para que não fique subordinada ou dependente de nenhuma outra instância, exercer no Nordeste de hoje este papel de articulação, de catalisador, de tudo aquilo que possa constituir este Nordeste.

Queremos agradecer, de modo muito pleno, a presença do Senhor Ministro da Integração Nacional, Dr. Pedro Brito do Nascimento que trouxe sua contribuição e apoio do governo federal. Certamente, iremos através do Ministério da Integração Nacional prever uma data para que as conclusões deste encontro possam ser devidamente apresentadas ao Exmo. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A CNBB Regional, na pessoa de seu presidente

com uma comissão que será formada, iremos levar, apresentar e, assim, estabelecermos com o governo este compromisso para que o que aqui foi discutido possa ser desdobrado, executado, cobrado, acompanhado pela sociedade civil. Estes pontos que já foram vistos são certamente pertinentes. Vemos que não podemos deixar de ressaltar alguns pontos de importância da formação, da reeducação regional, por isso se faz mais do que necessário a interiorização da universidade. Nós temos na Paraíba grandes universidades públicas e várias faculdades privadas, por isso também saudamos e também agradecemos o apoio das universidades, nas pessoas de seus Magníficos Reitores. Existem aproximadamente dois mil doutores aqui nas universidades da Paraíba (segundo dados de 2006). Como é que essas universidades e esse potencial de recursos humanos tão preparados poderão então influenciar de modo mais efetivo, contribuir para estas transformações regionais, correções do que precisa ser corrigido e levarem adiante esses programas de governo da própria comunidade e sociedade civil organizada? É claro que não estamos dando aqui nenhuma conclusão para o encontro. Seria talvez um risco afirmarmos já que foram as conclusões. Esses foram apenas alguns pontos que estavam vivos em nossa memória e podemos registrar esse das universidades, da formação, do voltar-se para a pessoa.

No primeiro encontro dos bispos, há cinquenta anos, tivemos como característica muito própria a centralidade da pessoa humana. Um desenvolvimento qualquer que seja, em primeiro lugar, a serviço da pessoa, de sua dignidade para que assim tenha mais vida, certamente não será desenvolvimento, se restringirá apenas a um crescimento econômico, como todas as possíveis distorções, falhas, deficiências. Então, este encontro também quer ressaltar isto: a prioridade do homem, para que assim tudo se volte para ele na sua dignidade. Quando fizeram os projetos de habitação, lembremo-nos de que estamos projetando casas para a pessoa, casas, habitação para uma família e isso é muito importante. Mais uma vez ressaltamos o agradecimento, a gratidão. Podemos dizer que obtivemos pleno êxito. Foi um resgate histórico de um acontecimento importante que abre portas e pistas para outros eventos e

outras oportunidades como essas.

Passamos então a palavra a Dom Antônio Muniz Fernandes, presidente da Regional Nordeste 2 e arcebispo eleito de Maceió para sua palavra final e encerramento deste encontro.

ENCERRAMENTO

Dom Antônio Muniz Fernandes

NÓS, DOM JAIME O VICE-PRESIDENTE, DOM GENIVAL O SECRETÁRIO e eu o presidente, somos a presidência do Regional Nordeste 2 do CNBB. Nós trabalhamos sempre com esse espírito não corporativo, mas sim de colegialidade. Com muita alegria, a palavra do Episcopado Nordeste 2 e do Nordeste, como foi dito por D. Jaime, iremos acordar em levar todo este material para o Presidente da República, também ele um nordestino, para pedir que nos honresse nesse nosso desejo de transformar a SUDENE mais uma vez num Ministério.

Terminamos esse encontro com a certeza de que muita luz vai sair daqui. Nós, enquanto pastores de homens, mulheres, crianças, adolescentes, velhos, dos doentes e excluídos, como dizia Dom Hélder, mostraremos que um novo Nordeste é possível. Esse é o nosso sentimento e é assim que segue o nosso agradecimento. Muito obrigado.

**DECLARAÇÃO DO ENCONTRO DOS BISPOS
DO NORDÊSTE 2
CAMPINA GRANDE, 28 E 29 NOVEMBRO DE
2006
O NORDESTINO TEM FOME E SEDE NUMA
REGIÃO COM ELEVADAS PONTENCIALIDADES**

NÓS, BISPOS DO REGIONAL NORDESTE 2 DA CONFERÊNCIA NACIONAL dos Bispos do Brasil – CNBB, contando com a participação de Bispos de outras áreas da macrorregião Nordeste, bem como de autoridades dos níveis federal, estadual e municipal e de organizações da sociedade civil, estivemos reunidos em Campina Grande – Paraíba, a fim de celebrarmos os cinquenta anos do Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado nesta mesma cidade em maio de 1956. Constatamos que este histórico encontro resultou na formulação de políticas públicas que contribuíram para o crescimento econômico e social desta região, bem como para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Tomamos consciência também de que a proposta essencial dos bispos daquela época era que a pessoa humana devia ser o centro e o elemento propulsor do desenvolvimento.

Retomando essa mensagem mestra, fomos levados a concluir que o nordestino de hoje é chamado a ser sujeito de seu desenvolvimento sustentável para construir na região um novo marco civilizatório. Com efeito, entendemos que o desenvolvimento sustentável

precisa abranger todas as suas cinco dimensões:

- 1 - economicamente eficiente;
- 2 - socialmente justo e solidário; ecologicamente responsável, tanto no que diz respeito às gerações atuais como também às futuras;
- 3 - politicamente participativo;
- 4 - operacionalmente integrado e integral;
- 5 - administrativamente descentralizado no processo de sua implementação.

Pressionado pela urgência e decidido a implantar na Região este processo de desenvolvimento, o Nordeste de hoje tem FOME E SEDE: fome e sede de terra, fome e sede de água, fome e sede de sementes, fome e sede de alimentos, fome e sede de energia, fome e sede de educação e cultura, fome e sede de saúde, fome e sede de trabalho digno, fome e sede de instituições adequadas, fome e sede de dignidade e cidadania, fome e sede de Deus, em consonância com o sermão da montanha, quando o Mestre proclamou: “Bem-aventurados todos os que têm fome e sede de justiça” (Mateus: 5-6).

A fim de dar uma resposta cabal a essa fome e a essa sede, é necessário proceder a um zoneamento econômico e ecológico de toda a macrorregião e criar sub-regiões, que captem mais adequadamente as peculiaridades de cada um dos biomas nordestinos.

FOME E SEDE DE TERRA

A estrutura agrária da região requer uma reforma fundiária acompanhada de um completo programa de reforma agrária a serviço dos que querem trabalhar a terra produtivamente. O módulo viável de cada gleba deve ser definido de acordo com o tipo de atividade agropecuária e o tipo de solo a ser cultivado. Os assentamentos já existentes precisam ser apoiados mais efetivamente com políticas públicas específicas, a fim de que se tornem, de fato, social e economicamente viáveis, valorizando a prática do Associativismo e Cooperativismo. Esforços devem ser envidados para regredir as áreas desertificadas no semiárido nordestino, até recuperá-las completamente.

FOME E SEDE DE ÁGUA

Em decorrência da intensa irradiação solar, que atinge a região na maior parte do ano, ainda convivemos com a escassez de água, especialmente no semiárido, onde persiste o trágico drama das populações sem abastecimento normal de água. Por outro lado, sabemos, também, que esse drama poderá ser contornado, através de uma gestão eficiente dos recursos hídricos existentes para o consumo humano, consumo animal e outros usos produtivos. Esta gestão da água deve ser assegurada tanto em nível do conjunto da região, como em nível de cada sub-região, através da organização e fortalecimento dos Comitês de bacias hidrográficas já atuantes no semiárido.

Para atender mais plenamente às exigências atuais e futuras e enfrentar o desafio da escassez hídrica, sobretudo no caso de estiagem prolongada, que ameaça ciclicamente o Nordeste oriental, faz-se indispensável utilizar as reservas de bacias hidrográficas perenes, a fim de completar o suprimento hídrico desta região, sobretudo no tocante ao consumo humano e animal, bem como a garantia hídrica para a vida e o desenvolvimento das cidades de médio e grande porte da região Nordeste. Assim sendo, reafirmamos nossa posição, assumida em 2001, apoiando o empreendimento da revitalização do Rio São Francisco, bem como urgindo a realização de um amplo debate sobre o tema da interligação de bacias para que se chegue a uma solução capaz de responder ao mencionado desafio que, até hoje, não logrou uma solução consensuada e definitiva.

Afirmamos nosso apoio ao programa de construção de um milhão de cisternas para acumular água de chuva, captada nos telhados das casas das famílias que moram no meio rural, para consumo humano e uso doméstico.

FOME E SEDE DE SEMENTES

Constatando que a produção de alimentos necessita, crucialmente, da obtenção de sementes e que o mercado de sementes está cada vez mais sob o controle de multinacionais, parece-nos urgente que o poder público intervenha neste mercado para superar o eventual

gargalo deste insumo. Vemos como necessária a formação de bancos de sementes para o incentivo à produção de grãos, no tempo hábil, para o plantio no início da estação chuvosa, favorecendo o processo produtivo de alimentos e o cultivo de plantas medicinais, ornamentais e de plantas destinadas ao reflorestamento, sobretudo, na reposição de matas ciliares.

FOME E SEDE DE ALIMENTOS

Agraciado por Deus com intensa irradiação solar na maior parte do ano, o Nordeste precisa apenas criar as demais condições humanas para se tornar um celeiro de alimentos, capaz de atender às necessidades de sua população e, em muitos casos, fornecer alimentos para outras regiões. Esta produção deverá ser diversificada de acordo com os diferentes biomas e, às vezes, internamente diversificada em cada bioma, de acordo com os resultados de seu zoneamento econômico e ecológico. Para saciar esta fome e sede, é de relevância implantar em cada sub-região uma cadeia logística, a fim de assegurar a circulação dos insumos e produtos ao longo de toda a cadeia, desde o insumo inicial até o produto final nas mãos do consumidor.

FOME E SEDE DE ENERGIA

Como a energia hidrelétrica já não oferece grandes alternativas de ampliação, é imprescindível partir para fontes alternativas de geração energética, a partir da biomassa e das plantas oleaginosas (biodiesel), além de desenvolver a energia eólica e solar onde for viável, reformulando assim toda a matriz energética da região.

Apoiamos a criação de um Instituto de Desenvolvimento de Energia e Meio Ambiente – IDEA, que poderia ser sediado em Campina Grande, considerando a tradição e a competência de sua Universidade Federal (UFCG).

FOME E SEDE DE EDUCAÇÃO E CULTURA

No sistema formal de Educação, é necessário que se fortaleça a Educação Básica, com especial atenção à formação profissional de adolescentes e jovens, em vista de sua inserção no mercado de trabalho que, cada vez mais, vai se tornando exigente, em termos de qualificação, nos diversos setores da economia. É necessário, igualmente,

que se proceda a uma interiorização do Ensino Superior Público em cada sub-região, uma vez que se torna oneroso e desgastante o deslocamento diário de milhares de alunos para centros universitários, geralmente situados em cidades-polo. Esta interiorização requer também a atividade de pesquisa para um conhecimento mais apurado das peculiaridades da sub-região, a fim de orientar seu processo de desenvolvimento sustentável.

De suma importância, porém, é a formulação e implantação de um vasto sistema de educação continuada ou permanente envolvendo todos os residentes da sub-região para uma reciclagem completa, habilitando-os a se tornarem sujeitos de seu desenvolvimento e construtores do novo marco civilizatório. Este processo de educação continuada ou permanente deve, inclusive, facilitar as expressões culturais, típicas das suas tradições. Investimentos substanciais nesses programas poderão modificar, radicalmente, a fisionomia do Nordeste atual.

FOME E SEDE DE SAÚDE

Cabe aos Municípios assumirem a sua responsabilidade sobre a saúde dos seus cidadãos, com a medicina preventiva e a garantia dos primeiros socorros, assegurados pelo SUS, evitando-se a transferência indiscriminada de pacientes para outros centros urbanos, causando assim um verdadeiro colapso dos hospitais e prontos-socorros regionais, em detrimento da qualidade do atendimento médico e do respeito à dignidade humana. Vemos com muito otimismo o Programa de Saúde da Família (PSF), e almejamos que seja implantado, com eficiência, em todos os Municípios da região.

Por sua peculiaridade, o bioma da caatinga necessita ser devidamente pesquisado e explorado, pois sua vegetação pode encerrar essências de grande valor para a saúde humana e animal.

FOME E SEDE DE TRABALHO DIGNO

O Nordeste clama por políticas econômicas governamentais e empresariais que estimulem a criação de oportunidades de inserção condigna da população, principalmente do seu segmento jovem, na vida produtiva do país, através de políticas para a formação de mão de obra qualificada.

O Nordeste é dotado de expressivas potencialidades, de recursos subutilizados, mas também de uma população criativa. São estes fatores que não justificam a não-utilização da capacidade de trabalho de seu povo.

FOME E SEDE DE INSTITUIÇÕES ADEQUADAS

Em nível de cada sub-região, é indispensável a criação de uma Agência de Desenvolvimento para orientar e coordenar todo o desenvolvimento desta unidade espacial. Destacamos, com toda a ênfase, a refundação criativa da SUDENE e entendemos que, na estrutura do poder, o status de Ministério lhe confere condições e meios de realizar as políticas de que necessita a região, sobretudo, no empenho para a superação das desigualdades regionais pela correção urgente do Sistema Tributário, estabelecendo o modelo fiscal, já praticado em outros países, com a cobrança de impostos não na fonte, mas no destino do produto. A essa nova SUDENE devem ser atribuídas três funções principais: 1) assessorar a atuação da Presidência da República e do Congresso Nacional, com respeito ao Nordeste, na formulação de políticas públicas adequadas à sua realidade atual; 2) articular a ação de todos os ministérios nessa macrorregião; e, 3) apoiar as Agências de Desenvolvimento sub-regionais do Nordeste.

FOME E SEDE DE DIGNIDADE E CIDADANIA

Esta dignidade implica em assegurar a cada habitante da região, acima de tudo, trabalho condigno, mas também um nível de vida compatível com sua dignidade de pessoa humana, no tocante à infraestrutura habitacional e social.

Ao mesmo tempo, faz-se mister que a sociedade civil se mobilize, organize e articule para praticar, cada vez mais, a democracia direta e, assim, seja capaz de complementar e orientar decisivamente a democracia representativa, valorizando sempre mais os mecanismos de participação e controle social, tais como os diversos Conselhos Municipais e Estaduais e os Comitês de Combate à Corrupção.

Em cada sub-região, é de elevada conveniência que os Municípios que a integram formem um consórcio para atuarem mais solidária e complementarmente, superando as divergências político-partidárias em vista do bem comum e da solidariedade. Chamamos a

atenção para o fenômeno do desenvolvimento urbano, com toda sua complexidade e extensão, que exige criatividade e empenho na busca de solução dos problemas que afetam a qualidade de vida da população, notadamente nas periferias. Reconhecemos o valor social do saneamento básico, em processo de expansão, e consideramos indispensável a sua universalização.

FOME E SEDE DE DEUS

Dias virão em que “todos terão fome e sede de ouvir a Palavra do Senhor” (Am: 8,11).

O povo nordestino tem fome e sede de Deus! É preciso encarar, com todo o respeito, o valor da religião do povo. É de transcendental importância, ao mesmo tempo, que todo o povo de Deus no Nordeste - bispos, sacerdotes, diáconos, religiosos e religiosas, leigos e leigas, particularmente os agentes de pastoral -, empenhe-se decididamente a levar a cabo o Projeto Nacional de Evangelização QUEREMOS VER JESUS – CAMINHO, VERDADE E VIDA, com especial atenção às Santas Missões Populares, de modo que todos se tornem “discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida”.

Esse processo de educação da fé, à luz das exigências intrínsecas da evangelização – Serviço, Diálogo, Anúncio e Testemunho de Comunhão – acontece através do contato pessoal, do acolhimento e atenção ao outro, do trabalho de grupos, da ação comunitária, dos movimentos de massa e das celebrações. Como bispos, pastores que somos em nossas Igrejas diocesanas, conscientes da nossa missão de evangelizar, reconhecendo as potencialidades religiosas, culturais, sociais, econômicas e políticas da nossa região, queremos contribuir para que a população assuma sua cidadania e se torne sujeito de seu desenvolvimento sustentável, conforme o Papa Paulo VI proclamou em sua Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, de 8 de dezembro de 1975, e o magistério do Episcopado Latino-Americano vem enfatizando, sobretudo, em suas Conferências Gerais. O Núncio Apostólico no Brasil, em carta dirigida aos Bispos do Nordeste, lembra as palavras de Bento XVI que afirma: “A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política.

Mas toca à Igreja, e de maneira profunda, empenhar-se pela justiça, trabalhando pela abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem”.

Na reunião dos bispos em Campina Grande, em maio de 1956, Dom Hélder Câmara assim se pronunciava: “Não somos bispos de almas desencarnadas”. Estamos conscientes de exercer, neste particular, o que é próprio da nossa missão na Igreja e da nossa responsabilidade na sociedade.²

Campina Grande, 29 de novembro de 2006.

-
- 2 Este Encontro dos Bispos do Nordeste 2 realizou-se em Campina Grande, nos dias 28 e 29 novembro de 2006, e resultou em documento de Declaração dos Bispos a partir das reflexões e debates ocorridos. A Declaração a ser entregue ao Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, foi intitulada **O Nordeste tem fome e sede numa região com elevadas potencialidades**. Assinaram essa Declaração as seguintes autoridades religiosas: Dom Acácio Rodrigues Alves, Bispo Emérito de Palmares/PE; Dom Adriano Ciocca Vasino, Bispo de Floresta/PE; Dom Antônio Muniz Fernandes, Presidente e Arcebispo eleito de Maceió/AL; Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Arcebispo da Paraíba/PB; Dom Bernardino Marchiό, Bispo de Caruaru/PE; Dom Dulcênio Fontes de Matos, Bispo de Palmeira dos Índios/AL; Dom Edvaldo Gonçalves Amaral, Arcebispo Emérito de Maceió/AL; Dom Epaminondas José de Araújo, Bispo Emérito de Palmeira dos Índios/AL; Dom Fernando Iório Rodrigues, Bispo Emérito de Palmeira dos Índios/AL; Dom Francesco Biasin, Bispo de Pesqueira/PE; Dom Genival Saraiva de França, Secretário e Bispo de Palmares/PE; Dom Heitor de Araújo Sales, Arcebispo Emérito de Natal/RN; Dom Irineu Roque Scherer, Bispo de Garanhuns/PE; Dom Jaime Vieira Rocha, Vice-Presidente e Bispo de Campina Grande/PB; Dom Jorge Tobias de Freitas, Bispo Emérito de Nazaré/PE; Dom José Cardoso Sobrinho, Arcebispo de Olinda e Recife; Dom José Carlos, Administrador Apostólico de Maceió/AL; Dom José Freire de Oliveira Neto, Bispo Emérito de Mossorό/RN; Dom José González Alonso, Bispo de Cajazeiras/PB; Dom José Maria Pires, Arcebispo Emérito da Paraíba/PB; Dom Luís Gonzaga da Silva Pepeu, Bispo de Afogados da Ingazeira/PE; Dom Manoel dos Reis de Farias, Bispo de Patos/PB; Dom Manoel Delson Pedreira da Cruz, Bispo de Caicό/RN; Dom Mariano Manzana, Bispo de Mossorό/RN; Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Arcebispo Emérito da Paraíba/PB; Dom Matias Patrício de Macedo, Arcebispo de Natal/RN; Dom Paulo Cardoso da Silva, Bispo de Petrolina/PE; Dom Valério Breda, Bispo de Penedo/AL.

Sobre o livro

Projeto gráfico e capa Erick Ferreira Cabral

Normatização e correção Elizete Amaral de Medeiros

Mancha Gráfica 10,5 x 16,7 cm

Tipologias utilizadas Adobe Garamond Pro 11/13,2 pt